



Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

Aprovado pelo Colegiado Territorial em 11 de agosto de 2011

Período 2011-14

Sudoeste do Paraná, agosto de 2011.

Composição do Colegiado Territorial

Organizações componentes do Colegiado

Governamentais

- 1 - ACAMSOP: Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná
- 2 - AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
- 3 - ASSEC: Associação dos Secretários Municipais de Agricultura - Reg. Pato Branco
- 4 - ASSEMA: Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente – Região de F. Beltrão
- 5 - EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- 6 - SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
- 7 - IAPAR: Instituto Agrônômico do Paraná
- 8 - INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 9 - SEAB: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
- 10 - UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- 11 - UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- 12 - NRE: Núcleo Regional de Educação
- 13 - UFFS: Universidade Federal Fronteira Sul

Não Governamentais

- 1 - ACESI/FETRAF: Associação do Centro de Educação Sindical/Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- 2 - CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Pato Branco
- 3 - CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – Região de Francisco Beltrão
- 4 - ARCAFAR: Associação das Casas Familiares Rurais
- 5 - ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- 6 - CAPA: Centro Apoio ao Pequeno Agricultor
- 7 - COOPAFI: Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar.
- 8 - COOPERIGUAÇÚ: Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços
- 9 - CRESOL/BASER: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária.
- 10 - MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens
- 11 - MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- 12 - SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar

Coordenação

Coordenação geral

ASSESOAR - Ari Silvestro

Secretaria Executiva

IAPAR - Norma Kiyota

Coordenação de Projetos

CAPA - Rome Schneider/ Luciana Cleci de Oliveira

Assessoria

Rogéria P. Alba (Convênio MDA)
Valdir P. Duarte (ASSESOAR)
Sidemar Presotto Nunes (UTFPR – Dois Vizinhos).

Coordenação da requalificação do PTDRS

Nilton Luiz Fritz – Emater

Assessoria metodológica e

Redação:

Valdir Duarte - conforme convênio para a requalificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e a Fundação RURECO.

Estrutura do PTDRS

Parte 1

0 – Apresentação _____	05
1 - Trajetória e introdução _____	06
2 - Desenvolvimento Territorial – concepção e método _____	12
3 - Gestão 2006-09: constatações e aprendizados _____	21
4 – Método de requalificação do PTDRS _____	24
5 - As prioridades e as câmaras temáticas 2011-14 _____	26
6 - O PTDRS 2011-14 _____	33
7- Memória em imagens _____	44

Parte 2

Diagnóstico Territorial 2011 _____	48
Anexos do PTDRS _____	121

Parte 1

Apresentação, trajetória, avaliação e Plano Territorial 2011-14

Apresentação

O presente documento é a versão escrita do esforço de avaliação, leitura do contexto e projeção das possibilidades territoriais futuras, realizado pelo Território Sudoeste do Paraná, no período que compreende do início de 2010 até agosto de 2011.

Constitui-se num dos resultados da mobilização permanente do Colegiado, da Coordenação, bem como das Câmaras Temáticas. Insere os anseios, reflexões e pistas formuladas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS dos 42 municípios do território e as contribuições do grupo de apoio à elaboração do PTDRS, constituído no final de 2010.

O documento está organizado em duas partes. A **Parte 1** descreve a trajetória vivenciada até o presente pelo Território Sudoeste do Paraná, introduzindo um olhar historicizado sobre os enfoques formulados e aprovados. Como a concepção e o método territorial são considerados em movimento permanente, com acordos e disputas, considerou-se fundamental aportar neste texto a base teórica e referentes ao método que sustentam o atual pensar e agir territorial.

Neste sentido, constitui a base do PTDRS o conjunto de constatações e aprendizados formulados a partir da análise do plano territorial 2006-09, que apresenta, inclusive, posicionamentos analíticos sobre a estrutura e a dinâmica de gestão no período.

O seminário territorial de planejamento apontou as prioridades e deu base para a reconstituição das Câmaras Temáticas para o período de 2011-14, a partir das quais formulou-se o plano territorial para o período, bem como, apontou-se as ações para 2011-12.

Como este documento é um instrumento de trabalho para as organizações componentes do território, como acima descrito, os fundamentos e as diretrizes de ação constituem a Parte 1, sendo a Parte 2 composta pelo diagnóstico territorial, aprovado pelo colegiado territorial, a partir do qual foram estabelecidas as prioridades e as estratégias territoriais. O diagnóstico com seus anexos, neste documento e na prática territorial, constitui-se na âncora dos trabalhos, não imediatamente visível nas primeiras páginas, mas acessível sempre que necessário.

Por fim, alguns anexos do PTDRS ilustram e detalham aspectos relevantes dos trabalhos.

1- Trajetória e Introdução

O debate adotado como estratégia de construção do PTDRS, ocorrido em 2006, apoiado no enfoque territorial de desenvolvimento, permitiu qualificar a percepção das dinâmicas municipais e intermunicipais no Sudoeste do Paraná, especialmente aos agricultores familiares e suas entidades, contexto em que se evidenciou uma prática de desenvolvimento com predominância de características corporativas. Por esta razão, o enfoque territorial, na elaboração daquele PTDRS do Território do Sudoeste, foram afirmados como desafios prioritários: a) o fortalecimento da institucionalidade; b) a rediscussão do referencial de desenvolvimento a adotar e; c) a definição da política de desenvolvimento, buscando afirmar novas bases para as negociações e os investimentos.

No curso inicial das ações territoriais, a ausência de tradição política de desenvolvimento negociada de forma democrática exigiu começar pelos problemas concretos, cujos debates, na elaboração do PTDRS, buscassem os fundamentos de uma estratégia de desenvolvimento. Por isso, em agosto de 2007, inicia-se novo debate sobre a política de desenvolvimento do território, que já revelou a maior facilidade no engajamento das entidades capazes de visualizar o contexto e a problemática para além de si mesmas (não corporativas) e apontou para a necessidade da criação de mecanismos que evitassem o envolvimento das entidades com foco apenas no acesso a recursos, sem participar dos diversos espaços colegiados que geriam o desenvolvimento territorial.

Do exercício realizado em 2007 e 2008, define-se a primeira lista das diretrizes fundantes das políticas de desenvolvimento para o território Sudoeste, conforme segue: (1) Mudança da matriz tecnológica para uma agricultura baseado na agroecologia e na agricultura familiar; (2) Fortalecimento das organizações; (3) Ampliação da participação; (4) Relação entre o rural e urbano, definido a partir do rural; (5) Desenvolvimento humano como um fim (autonomia).

Afirma-se que a política do território objetiva construir uma dinâmica que contemple a agroecologia e a agricultura familiar como fundamentais e que o desenvolvimento será construído a partir de atores sociais fortalecidos e capazes de se articular. Nesta articulação, supõe-se a presença e a voz dos agricultores e agricultoras familiares nas instâncias territoriais, nos Conselhos Municipais de

Desenvolvimento Rural, nas Prefeituras Municipais e nas organizações da agricultura familiar, refazendo a articulação entre o campo e a cidade, com o intuito de superar a submissão do campo às forças que controlam as cidades.

No desenvolvimento territorial, a multidimensionalidade da vida social ganha relevo, permitindo pensar na geração de renda e na ampliação das oportunidades de trabalho desde o Sudoeste (e do campo) também enquanto espaço de vida, com gente, com sonhos, com história, cuidando para desenvolver possibilidades de relacionamento econômico e político com o contexto mais amplo, isento de subordinação. Intenta-se fomentar as condições em que os agricultores familiares se constituam com voz e poder, disputando as concepções e os investimentos a partir de seus interesses, reorientando o Estado para a dinamização de políticas públicas adequadas à realidade do campo e da cidade, desde as características territoriais específicas.

O desenvolvimento territorial concebe e investe na ampliação da capacidade de cada pessoa, de cada família de agricultores familiares e de suas organizações, de decidir sobre os projetos que orientam e organizam suas vidas e a sociedade, a partir de suas demandas e necessidades, de forma articulada, só possível num território com capacidade de decidir sobre os rumos que quer dar para o desenvolvimento, na busca da emancipação econômica e política como componentes da cidadania desejada. Ou seja, o Sudoeste do Paraná pode e deve se desenvolver, determinando sua concepção de desenvolvimento e intervindo para seu reconhecimento e composição da agenda geral da sociedade.

No esforço feito, constatou-se que a participação territorial referente às organizações governamentais, foi mais intensa nas do governo do Paraná, sendo pontual a presença dos governos municipais. Com relação às organizações ligadas à agricultura familiar, apesar do número significativo na composição do colegiado, grande parte delas, faziam-se presente principalmente nas pautas de acesso a recursos.

O exercício de gestão do PTDRS, nos moldes planejados, revelou que a definição de eixos prioritários, apesar de fundamental, sem a afirmação coletiva de uma política articuladora dos programas e projetos, dificulta a superação das fragmentações e fragiliza-se a perspectiva da sustentabilidade no desenvolvimento. Ou seja, a abordagem territorial exige, por um lado, o esforço (teórico, metodológico e estrutural) que favoreça a articulação entre as organizações sociais e do Estado na construção dos programas e projetos; por outro, a internalização da abordagem territorial nos planejamentos e ações de cada organização da sociedade e do governo, com negociação interinstitucional dos papéis, alcançando

os âmbitos municipais, consideradas as possibilidades de articulação e a diversidade de condições. Tal movimento supõe, para realizar-se, a ampliação da participação dos agricultores e agricultoras familiares.

Considerando esta trajetória de formulação, escrita, implementação e gestão das ações de desenvolvimento territorial, no início de 2010, a coordenação do colegiado inicia e dá curso a um processo sistemático de reflexões sobre a dinâmica vivenciada, levando grande parte dos debates coletivos a assumirem um caráter avaliativo, de mensuração e quantificação das ações realizadas, bem como de caracterização das relações políticas e programáticas estabelecidas. Uma memória dos eventos territoriais que prepararam a trajetória de requalificação do plano territorial evidencia: 08 de fevereiro, a coordenação reúne-se em Verê; no dia 04 de março, em Francisco Beltrão e, no dia 13 de abril, em Pato Branco.

As atividades acima referidas desembocaram no primeiro evento do colegiado, no dia 13 de maio do mesmo ano, em Dois Vizinhos, que dá início à trajetória de organização, partilha e debate dos dados disponíveis, delineando os principais indicadores a priorizar na continuidade. Assim, no dia 08 de junho, acontece o primeiro seminário territorial com participação das câmaras temáticas, bem como das organizações componentes do colegiado, em Francisco Beltrão, cuja produção e posicionamentos permitiram formular as referências e o método para o Seminário de Planejamento Territorial, realizado nos dias 17 e 18 de junho, também em Francisco Beltrão, com o objetivo de '*Construir diretrizes e ações do Território do Sudoeste do Paraná*'.¹

Coincidentemente, em julho, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dá os encaminhamentos para a escrita e a requalificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, nos territórios do Paraná, viabilizando, em convênio com a Fundação RURECO, uma estrutura de apoio (financeira e humana) que foi acolhida e articulada pela coordenação territorial, a partir de dezembro, ao processo de avaliação e planejamento já em curso.

Na sequência, o colegiado institui o Grupo de Apoio à requalificação do PTDRS, que constituiu-se na âncora dos debates e elaborações da consultoria, cujas propostas foram, oportunamente, sendo estudadas, debatidas, complementadas e aprovadas nas instâncias territoriais, especialmente no colegiado.

Iniciou-se com o trabalho de diagnóstico, recompilando os dados secundários já previstos no

1 Convite, programação e relatório em anexo.

plano geral de atividades, com investimento na geração de dados primários no âmbito do grupo de apoio à requalificação do PTDRS, da coordenação, das câmaras temáticas, do colegiado e dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável. Tal processo, culminou com o encontro territorial dos CDMRS, em 10 maio de 2011, em Itapejara D'Oeste, finalizando as bases para a escrita da versão final do diagnóstico, debatido e aprovado pelo colegiado territorial no dia 11 de julho, em Francisco Beltrão.

O segundo movimento visou, com base no diagnóstico recém aprovado, bem como no afirmado pelo PTDRS anterior e na elaboração dos eventos internos ao território, a mobilização das câmaras temáticas, tendo em vista definir as diretrizes prioritárias para a ação territorial para os próximos anos. Foi durante esta dinâmica que demandou-se a elaboração de propostas para inclusão no Plano Plurianual do Paraná, permitindo que algumas das diretrizes encontrassem uma maior possibilidade de efetivação dependendo, evidentemente das negociações estabelecidas pelo conjunto dos territórios do Paraná.

Além destas definições de médio prazo, as câmaras temáticas produziram as bases para o detalhamento do plano anual do território 2011-12, já como início da implementação das decisões tomadas nesta requalificação.

Extrato da história do Território do Sudoeste

O Sudoeste do Paraná foi ocupado, a partir do início do século XIX, por descendentes luso-brasileiros, mesclando-se num espaço já povoado por indígenas das etnias Kaingang, Guaranis e Xetás. O encontro dessas populações vai gerar o caboclo, um grupo social considerado típico.

Já na década de 1940, o esgotamento dos solos ocupados pela agricultura familiar nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, provoca a expansão da fronteira agrícola em direção ao Paraná.

No território do Sudoeste, em 1957, ocorre a Revolta dos Posseiros, na disputa pela terra contra as companhias colonizadoras, representantes do capital comercial externo ao Sudoeste, que atuavam com cobertura do então governo do estado Moisés Lupion. Dirigida pelo capital comercial local, a revolta contra as companhias colonizadoras é vitoriosa, levando, em 1962, à criação do GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, com o objetivo de regularizar os títulos das terras aos posseiros. Essa luta marcou a história e constituiu-se num elemento de identidade coletiva, baseada numa estrutura fundiária que permitiu a modalidade do trabalho familiar no campo.

Outro elemento estrutural determinante na formação socioeconômica da região Sudoeste, foi a Revolução Verde, cuja tensão e conflito, ocasionados pela entrada do capital no campo, faz surgir um conjunto de organizações sociais de contraponto, detentoras de experiência e acúmulo no trabalho de formação política e organizativa.

Em 1997, a organização de um processo denominado de Pacto Nova Itália pretendia articular forças sociais locais para reproduzir na região uma experiência semelhante à desenvolvida no Norte da Itália, iniciativa que se limitou à esfera dos governos municipais.

Nos anos de 1998-99, um conjunto de organizações, governamentais e da sociedade civil, começou a se organizar para a construção de políticas e instrumentos para buscar o “desenvolvimento rural sustentável”. Tal processo resultou a formalização do Protocolo Geral de Cooperação e Parcerias e na assinatura da Carta do Sudoeste, com a proposta de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sudoeste do Paraná.

No período de 1997 a 2002 é criado o PRONAF – Infraestrutura e Serviços na região de Francisco Beltrão, que beneficia 9 municípios (Bom Jesus do Sul, Barracão, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Manfrinópolis, Marmeleiro, Santa Izabel do Oeste, Enéas Marques, Planalto) e permite a realização de cursos para conselheiros coordenados pela EMATER e DESER, avaliados mais tarde pelo IparDES.

Em 1998, é constituído o Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste, abrigando a participação de 41 instituições de abrangência regional e representantes dos 42 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Um dos principais resultados alcançado por esse fórum foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná, apontando como prioridades a Agroindústria, a produção de Leite e a Fruticultura. Como este Fórum se desarticula ainda em 2002, 07 municípios integrantes da microrregião da Fronteira, com o incentivo da antiga Secretaria de Desenvolvimento Rural (atual Secretaria de Agricultura Familiar) do MDA, formaram o Consórcio Intermunicipal da Fronteira, envolvendo os municípios de Capanema, Planalto, Perola do Oeste, Bela Vista da Caroba, Ampére e Pranchita, posteriormente incluindo Realeza e Santa Izabel do Oeste.

Em 2003, com a criação do SDT, surge o PRONAT, beneficiando 13 municípios de menor IDH da fronteira: Capanema, Planalto, Perola do Oeste, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul, Barracão, Pinhal de São Bento, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Manfrinópolis, Marmeleiro e Renascença. Neste mesmo ano, ocorre a criação da Secretaria de Desenvolvimento

Territorial e a formulação de uma política nacional de fortalecimento dos territórios rurais, no âmbito do MDA. No ano de 2004, inclui-se os 27 municípios da macro região de Francisco Beltrão, sendo ampliado o território e criado um Colegiado com 24 entidades, 12 da sociedade civil e 12 governamentais, seguido do trabalho de mobilização e organização de instituições governamentais e não governamentais, desembocando na elaboração do primeiro Plano de Trabalho de Desenvolvimento Rural (PTDR) elaborado em debates com cerca de 250 pessoas.

Em 2005, por decisão das instâncias estaduais que coordenavam a dinâmica territorial no Paraná, os quinze municípios pertencentes à microrregião de Pato Branco foram inseridos no território do Sudoeste, chegando à atual configuração de 42 municípios. Essa mudança tornou o Sudoeste o território com o maior número de municípios do Brasil.

Considerando esta trajetória, a requalificação do PTDRS, realizada em 2010-11, o presente documento dá as bases e define as diretrizes para o desenvolvimento do território do Sudoeste do Paraná no próximo período e apresenta as ações para o plano 2011-12.

2- Desenvolvimento Territorial – Concepção e Método

As políticas de Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento territorial implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, entende que o conceito de desenvolvimento territorial está em construção e em disputa, tanto no plano teórico, quanto político. Trata-se de uma abordagem que procura alcançar, aos domínios institucionais da sociedade, ferramentas para percepção e intervenção sobre a realidade, contando, necessariamente, com o envolvimento de um conjunto diversificado de forças sociais que tenham uma identidade sociopolítica, uma visão de futuro e objetivos comuns.

A crítica a dois processos complementares estimularam os formuladores e os operadores das políticas públicas a elaborarem e implementarem uma política de desenvolvimento calcada na perspectiva da territorialidade no Brasil. De um lado, as políticas de desenvolvimento rural podem ser consideradas insuficientes e/ou ineficazes, porque, na história, não proporcionaram “melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade” das populações rurais. De outro lado, as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural configuram uma nova ruralidade, formada com base nas “múltiplas articulações intersetoriais” (NEAD, 2003, p.11).

Essa perspectiva supõe uma abordagem diferenciada das práticas de planejamento e gestão das políticas de Estado e de governo, rompendo os processos centralizadores e verticais de elaboração das estratégias de desenvolvimento, como fruto de uma “lógica vertical e descendente” da ação do Estado, em suas distintas instâncias. Além disso, configura e introduz a participação social nestas políticas, tornando-as públicas, tanto na elaboração, quanto na implementação, no monitoramento e na avaliação.

Contudo, a incorporação desse enfoque não significa apenas uma ampliação da escala espacial de planejamento das ações de desenvolvimento (do município para o território), mas uma ampliação dos atores sociais envolvidos na construção dessas iniciativas, visando fortalecer as capacidades de organização, mobilização, diálogo, negociação, planejamento e autogestão, especialmente das populações marginalizadas pelas tradicionais dinâmicas de desenvolvimento.

É nesta perspectiva que o planejamento territorial articula-se com a gestão social para conformar uma visão integradora das dinâmicas de desenvolvimento num determinado espaço social. Em tal dinâmica, torna-se imprescindível a democratização nas relações institucionais e a transparência nos procedimentos internos à gestão territorial, de maneira que se aprofundem e consolidem os laços de

proximidade, confiança, cooperação, identidade e o comprometimento dos sujeitos sociais entendidos como protagonistas.

Desenvolvimento territorial: uma abordagem *do e desde* o rural

Nos debates sobre desenvolvimento rural tem se falado muito em “desenvolvimento territorial”, “enfoque territorial”, “construção de territórios”, “articulação territorial”. Qual as novidades dessa abordagem?

Pensar o rural a partir de uma concepção territorial significa afirmar o desenvolvimento como a socialização dos bens materiais e simbólicos à população, em condições equitativas no campo e na cidade. Significa pensar a organização do espaço de forma totalizadora, integrando os territórios rurais e urbanos, rompendo a dicotomia onde o primeiro representa o “atraso” nos processos de desenvolvimento.

O rural passa a ser interpretado não mais pelos critérios da delimitação espacial definidos pelas prefeituras municipais e adotados na metodologia do IBGE, mas a partir de uma combinação múltipla de elementos inter-relacionados, como, por exemplo, o número total de habitantes do município, a densidade demográfica e a localização e características geográficas, tal como propõe VEIGA (2002). De acordo com essa concepção de ruralidade, aproximadamente, 90% das cidades brasileiras poderiam ser classificadas como núcleos urbanos de características essencialmente rurais, uma vez que há uma forte interdependência entre o espaço rural e o espaço urbano, necessitando-se de ações que efetivamente articulem alternativas estratégicas que sejam capazes de reduzir as profundas assimetrias historicamente construídas entre as denominadas regiões.

Nesse contexto, os territórios rurais passam a ser concebidos como espaços criados a partir da vontade coletiva de uma diversidade de atores sociais, tendo em vista a existência de um conjunto de características e processos que lhes conferem uma identidade específica. Visto sob esse enfoque, o desenvolvimento não é resultado apenas da *“ação verticalizada do poder público, mas sim da criação das condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável”* (MDA/SDT, 2005a, p. 8). Essa visão expressa, portanto, uma nova concepção a respeito dos papéis a serem desempenhados tanto pelo Estado, implicando num aprofundamento da descentralização das políticas públicas, atribuindo-se competências e

responsabilidades aos espaços locais e na consolidação da função ativa e propositiva das organizações sociais não estatais. A capacidade de intervenção e de mobilização dos atores da sociedade civil torna-se assim um instrumento central no processo de superação das dificuldades estruturais que bloqueiam o desenvolvimento territorial.

Segundo o relatório síntese do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, “a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns”. As discussões realizadas nesse seminário destacaram a existência de “duas propriedades fundamentais de um território”: de um lado, trata-se de uma “realidade em evolução”, “uma configuração mutável, provisória e inacabada” e, de outro lado, “resultado simultâneo dos ‘jogos de poder’ e dos compromissos estabelecidos entre os atores sociais” (MDA/CONDRAF, 2005c, p.16).

Nessa perspectiva, o rural deve ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões e não apenas na sua função básica voltada à produção. O rural, visto sob o enfoque territorial, engloba a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, a preservação do patrimônio cultural e das formas de reprodução dos saberes e conhecimentos tradicionais, a geração de ocupação em atividades não agrícolas, a articulação com os demais setores econômicos, a preservação de formas de sociabilidade e convivência, a articulação de um arcabouço institucional e organizativo específico e o compartilhamento de identidades culturais particulares. Concebido a partir dessa perspectiva metodológica, o rural não pode ser resumido a um “setor econômico”, na medida em que abarca uma diversidade de características que lhes são inerentes, na qual a dimensão econômica convive com outras dimensões essenciais, como a sociocultural, política e ambiental².

A SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial define o território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA/SDT, 2005a, p. 7-8).

2 Para fins de materialização do plano de desenvolvimento, o território do Sudoeste considera como dimensões do desenvolvimento a Produção, a Saúde e o Saneamento, o Lúdico e as Artes e a Educação. Obviamente as mediações para atingir novas diretrizes e patamares nestes âmbitos implica em relações sociopolíticas e ambientais.

Essas noções territoriais conformam um método particular de abordar o desenvolvimento que permite a diferentes atores, tanto ao Estado quanto às organizações da sociedade civil, intervirem no processo de planejamento estratégico, constituindo um arranjo institucional que aumente a eficácia das ações, implementando modalidades apropriadas para as atividades econômicas e potencialização dos recursos disponíveis, superando as visões estritamente setoriais e localizadas para a implementação das ações. A consolidação dessa abordagem na cultura institucional do Estado e das organizações sociais deve ser vista como um movimento de mão dupla, interdependente, pois o aprofundamento dessa concepção de territorialidade na esfera da sociedade civil tem disseminado esse enfoque no seio do Estado e vice-versa. Mas a adoção dessa perspectiva por uma parcela do Estado amplia as possibilidades para a sua incorporação pelas entidades da sociedade civil.

Considerando que os territórios rurais constituem-se, desde o pilar identitário dos interesses das populações tradicionais e da agricultura familiar que os ocupam, a experiência demonstra que o desenvolvimento emanado desta concepção está desafiado a lidar com forças que não constituem um potencial de negociações e consensos. É o caso da hegemonização pelas modalidades de territorialização fomentadas pelo agronegócio, nos seus aspectos fundiários, tecnológicos, ecológicos, comerciais, educativos e sócio-organizativos. Tal situação implica, pois, em assumir que a territorialização acontece também por disputas de caráter estruturante, com remotas chances de consenso.

Planejamento e gestão de territórios rurais

A implementação de uma estratégia integradora e democrática das ações voltadas ao desenvolvimento será possível se esse processo contar com o pleno envolvimento das diversas forças sociais existentes nos municípios, tanto das instituições governamentais quanto das organizações da sociedade civil comprometidas com a democratização sociopolítica e econômica, considerando os investimentos estatais, em todas as etapas do ciclo de planejamento e gestão do desenvolvimento. Trata-se de sensibilizar, motivar e envolver efetivamente o conjunto dos agentes locais interessados em compartilhar dos desafios políticos colocados pela construção coletiva de uma nova territorialidade, superando a participação formal, entendida como instrumento de fiscalização da aplicação dos recursos públicos, da lógica de planejamento de caráter centralizado, verticalizado e descendente, em que o papel das entidades sociais se dá, fundamentalmente, na fase de implementação dos projetos (MDA/SDT, 2005a, p. 10).

Nesse sentido, quando se fala em desenvolvimento territorial, envolve-se as forças sociais em todas as fases (sensibilização, realização do diagnóstico, definição de eixos e das prioridades específicas, elaboração do plano e dos projetos, implementação e avaliação dos resultados). É preciso que se criem mecanismos institucionais que estimulem a participação ativa e paritária das diferentes formas de organização e representação social, o fortalecimento de redes sociais de cooperação e de parcerias institucionais e o estabelecimento de processos de concertação social (MDA/SDT, 2005e, p. 9). Com isso, a ação do Estado passa a incorporar a premissa da descentralização, com participação social.

A gestão social é concebida conceitualmente como *“um processo de gerir assuntos públicos, por meio da descentralização político-administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica ampliação dos níveis de capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território”* (MDA/SDT, 2005d, p. 14). De acordo com essa perspectiva, os processos de gestão estão voltados diretamente para favorecer níveis efetivos de deliberação por parte da sociedade civil, contribuindo para a afirmação de compromissos entre as esferas pública e privada (MDA/SDT, 2005d, p. 15), desde a esfera local até a nacional.

Ao Estado cabe o papel de animador desses processos de concertação e articulação interinstitucional, visando integrar horizontalmente as ações governamentais com as iniciativas das organizações da sociedade civil e, ao mesmo tempo, verticalizar as ações prioritárias, proporcionando uma sinergia coerente e planejada entre as esferas local e extra local, e integrando as diversidades inter-regionais. Para tanto, é preciso reconhecer que o Estado necessita investir na ampliação dos processos de capacitação das organizações locais, no sentido de fortalecer sua capacidade de intervenção autônoma e de inserção nos espaços de gestão compartilhada (MDA/SDT, 2005d, p. 14). Nesse sentido, isso significa que a resolução dos problemas enfrentados pelas populações que habitam um determinado território não é uma “responsabilidade exclusiva” do Estado, necessitando ser assumida e compartilhada com os diferentes atores sociais, econômicos, políticos e culturais que participam da construção desse novo arranjo institucional.

A organização da gestão social demanda o estabelecimento dos papéis a serem desempenhados por esses atores e para a concretização de espaços de debates que estimulem a busca de compromissos entre as partes envolvidas, sempre procurando encontrar os pontos de convergência para superar os principais entraves ao desenvolvimento.

Ainda que tenham conformações específicas, essas institucionalidades deverão sempre expressar a diversidade social, buscando a representatividade, a pluralidade e a paridade entre as forças sociais, “*para que processos horizontais de negociação e decisão, transformem práticas verticalizadas de gestão em processos de planejamento ascendente, baseados na construção de acordos multisetoriais*” (MDA/SDT, 2005a, p. 12). A criação dessas institucionalidades (fóruns, conselhos, consórcios etc.) capazes de estabelecer pactos que orientem a integração das ações desenvolvidas pelos diversos atores sociais, promovendo a convergência desses interesses, constitui-se num outro relevante requisito para a consolidação dessas iniciativas territoriais.

Os processos de gestão social precisam estar apoiados, portanto, nas formas de organização social dos territórios, nos laços de proximidade, identidade, confiança e cooperação, existentes entre os agentes locais (MDA/SDT, 2005a, p. 10). A criação e o fortalecimento das redes sociais de cooperação são instrumentos voltados para incrementar a capacidade técnica, gerencial e articuladora dos atores sociais, possibilitando maior grau de autonomia e de exercício do poder pelas comunidades envolvidas na implementação do plano territorial de desenvolvimento (MDA/SDT, 2005d, p. 12). A mobilização dessas redes torna-se, assim, uma ferramenta relevante na conformação de novas institucionalidades, de novas regras de jogo, de novos espaços para a resolução dos conflitos (MDA/SDT, 2005e, p. 14). E onde esse processo encontra-se frágil ou não existe, “*é preciso criar espaços e condições para gerar o aprendizado e o esforço de identificação de complementaridades capazes de pôr em diálogo os diferentes agentes, fazer confluir suas perspectivas individuais, tatear e construir convergências onde há isolamento e fragmentação, formar esse capital social*” (MDA/SDT, 2005a, p. 10).

Além da importância de articular institucionalmente os agentes sociais em redes, outro aspecto fundamental da construção da gestão participativa dos territórios é a convergência das diferentes iniciativas de políticas públicas. Cabe destacar a necessidade de integração das ações desenvolvidas por esferas distintas de atuação (municipal, territorial, estadual e nacional) e, principalmente, dos programas governamentais executados por diferentes instituições e/ou organizações da sociedade civil atuantes em uma mesma esfera. Nesse caso específico, torna-se imperativo produzir complementaridades entre as ações das áreas econômica, social e ambiental, integrando-as dentro de uma estratégia de intervenção num determinado território (MDA/SDT, 2005e, p. 10).

A modalidade de compreensão da territorialidade

Para fins de uma compreensão apropriada ao movimento que incorpora a territorialidade como uma de suas características, cabe dar atenção ao conjunto de dados referentes também aos espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

Contudo, como a relação dos dados é extensa, os mesmos serão progressivamente apropriados, de acordo com as deliberações das diretrizes prioritárias e das ações, consideradas as demandas prementes e a capacidade operativa do conjunto das organizações envolvidas na dinâmica territorial.

Indicadores do Social

1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Longevidade (índice)
2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Educação (índice)
3. Mortalidade infantil até 1 ano de idade (número por mil nascidos vivos)
4. Número de leitos hospitalares (número por mil habitantes)
5. Número de homicídios (número por cem mil habitantes)
6. Famílias atendidas por transferência de benefícios sociais (razão entre o número de famílias atendidas e a população total)

Condição Demográfica

1. Taxa de urbanização (razão entre população urbana e população total, em %)
2. Densidade demográfica (habitantes por km²)
3. Razão entre população masculina e população feminina (razão, sempre dividindo o menor valor pelo maior, tal que o resultado é menor ou igual à unidade)
4. População com mais de 60 anos (%)

Características político-institucionais

1. Comparecimento nas eleições (razão entre o número de eleitores que compareceram para votar no primeiro turno das eleições e o número total de eleitores cadastrados, em %)
2. Número médio de Conselhos Municipais (média ponderada dos municípios)
3. Participação nos Conselhos Territoriais (razão entre o número de participantes de instituições governamentais e o número de participantes da sociedade civil, sempre dividindo o menor valor pelo maior, tal que o resultado é menor ou igual à unidade)

4. Acesso à justiça (número de acessos às diferentes instâncias, média ponderada dos municípios)
5. Transferências intergovernamentais da União (razão entre a soma das transferências da União e a soma das receitas totais, média ponderada dos municípios)

Situação Econômica

1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Renda (índice)
2. Índice de Gini – Renda (índice)
3. Índice de Gini – Terra (índice)
4. Participação da agricultura no Produto Interno Bruto (razão entre a participação da agricultura e a soma dos demais setores – indústria, comércio e serviços, sempre dividindo o menor valor pelo maior, tal que o resultado é menor ou igual à unidade)
5. Rendimento médio da produção agropecuária (R\$/ha)
6. Razão entre estabelecimentos agrícolas familiares e patronais (razão)

A justificativa para este procedimento será esclarecida na seção que trata da definição dos sinais para a transformação das variáveis em índices. O mesmo vale para as demais variáveis definidas desta forma.

7. Exportações (US\$ per capita)

Condições ambientais e Saneamento

1. Abastecimento de água (% dos domicílios)
2. Disponibilidade de esgoto sanitário – rede geral e pluvial (% dos domicílios)
3. Disponibilidade de coleta de lixo (% dos domicílios)
4. Drenagem dos solos (índice)
5. Resistência à erosão (índice)
6. Fertilidade dos solos (índice)

Estruturas de conhecimento e lazer

1. Bibliotecas (existência ou não em cada município, média ponderada dos municípios – representa a proporção da população do território com acesso no município de residência)
2. Clubes (existência ou não em cada município, média ponderada dos municípios – representa a proporção da população do território com acesso no município de residência)

3. Ginásios de esportes e estádios (existência ou não em cada município, média ponderada dos municípios – representa a proporção da população do território com acesso no município de residência)
4. Cinemas (existência ou não em cada município, média ponderada dos municípios – representa a proporção da população do território com acesso no município de residência)
5. Unidades de ensino superior (existência ou não em cada município, média ponderada dos municípios – representa a proporção da população do território com acesso no município de residência).

3- Gestão Territorial 2006-09: constatações e aprendizados

Nos posicionamentos formulados durante os diferentes momentos de estudo, debate e encaminhamentos coletivos, constatou-se que predominaram, no passado recente, os enfoques unidimensionais produtivistas nas ações de desenvolvimento, levando às tradicionais ações desarticuladas, a diversos estrangulamentos e contradições difíceis de equacionar naquela lógica, fomentando uma dinâmica de desenvolvimento social e ambientalmente injusta, quando não economicamente inviável por não ser equitativa, apesar de, nos discursos, as intenções sinalizarem o contrário.

A reflexão e a crítica coletiva, no esforço de retraçar as estratégias define seis eixos prioritários para o território: (1) desenvolvimento humano e qualidade de vida; (2) desenvolvimento econômico; (3) recuperação e gestão ambiental; (4) educação do campo; (5) serviços sociais e infraestrutura; e (6) desenvolvimento político-institucional.

Eixos que traduziram-se nas seguintes linhas de ação:

1) Produção agroecológica sustentada com políticas de crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) diferenciada; 2) Adoção de políticas de proteção ambiental, especialmente da recuperação das bacias hidrográficas; 3) Fortalecimento e ampliação dos programas de educação do campo, já implantados e revelando uma demanda crescente; 4) Estreitamento das interações e redes territoriais através da otimização dos transportes e canais de comercialização; 5) Avanço na democratização dos serviços públicos de saúde e saneamento; 6) Adoção de programas de cultura e lazer focados no resgate de autoestima para as diversas gerações da população rural.

As avaliações do PTDRS desenvolvido até 2009, revela avanços e limites conforme descritos nos tópicos abaixo.

a) sobre o fortalecimento institucional das organizações participantes do colegiado

Os investimentos territoriais realizados permitiram investir na estruturação física e motora de cooperativas diversas, inclusive de seus sistemas, de Casas Familiares Rurais e de espaços de formação como a sede da ASSESOAR. Considera-se que os objetivos propostos nesta linha de ação foi eficaz, havendo investimentos ainda em fase de implementação e outros que debatem-se para atender os objetivos colocados nas justificativas do investimento;

b) sobre a fragmentação/articulação das políticas territoriais

Observou-se que a estruturação física não se traduziu, necessariamente, numa maior participação destas organizações nas dinâmicas territoriais, havendo casos claros de distanciamento o que, de alguma maneira, explica-se pela já exposta prática de aproximar-se quando havia possibilidades de captar algum recurso para uso corporativo. Contudo, ao final o plano territorial, constatou-se que houve um incremento na qualidade da participação. Nos últimos dois anos, especialmente, as organizações participantes o faziam por interesse nos rumos e nas estratégias territoriais, mantendo uma presença constante mesmo diante dos sucessivos cortes de recursos, e/ou não aprovação, pelo governo federal, para as ações territoriais planejadas. O desafio da capilaridade das ações territoriais nos municípios, contudo, permaneceu em aberto.

c) sobre a eficácia dos investimentos realizados

Referindo-se aos investimentos econômicos, conforme o plano territorial, que apontava para a efetivação de iniciativas ecológicas na produção, a eficácia foi baixa, com a maioria das iniciativas abandonando, ou não adotando, os referenciais da agroecologia, havendo estruturas e equipamentos em desuso, ou em uso fora dos objetivos do projeto. Além da conjuntura geral de refluxo da agroecologia devido, inclusive, aos investimentos e as apostas das políticas oficiais no agronegócio, a ausência de estrutura operacional do território para o monitoramento dos projetos, foi decisiva para a baixa eficácia dos investimentos.

d) sobre a estrutura de gestão territorial: colegiado, câmaras temáticas e assessoria territorial

No período recém-passado, houve uma significativa movimentação das câmaras temáticas com relevante produção de indicadores e de ações, embora a maioria das propostas não foram implementadas por falta de recursos. Grande parte desta movimentação foi proporcionada pelo investimento de tempo e dinheiro das próprias organizações do colegiado.

Para a infraestrutura mínima (veículo, equipamentos e materiais de escritório), bem como para o serviço de secretaria do território (denominado assessoria territorial), houve a continuidade da disponibilização, embora demandando um esforço contínuo de elaboração e negociação (contratos anuais).

Como acima referido, a existência de recursos para investimento não acompanhado de recursos para custeio revela uma concepção pouco séria na elaboração das políticas e nos destinos dos recursos públicos, levando ao desperdício e ao desgaste das propostas.

Avaliou-se que o investimento nas negociações, por parte do Território do Sudoeste, junto a outras fontes de financiamento oficial, para além da SDT/MDA, foram insuficientes, situação que deverá ser considerada no próximo plano territorial, tendo em vista a sua superação.

e) sobre a relação com o CEDRAF e SDT

O território Sudoeste tem uma característica de significativa participação de organizações da sociedade, especialmente da agricultura familiar, combinado com uma participação mais frágil dos governos municipais e suas organizações territoriais (ACAMSOP e AMSOP). A ausência de deputados no esforço do fortalecimento das dinâmicas territoriais é absoluta, já que dedicam-se, por canais e relações próprias, a negociar suas emendas parlamentares (recursos públicos). Esta característica, às vezes tensa na dinâmica territorial do Sudoeste, se traduziu em dificuldades nos diálogos e negociações no CEDRAF e com a SDT.

f) sobre a o território e as estruturas de governo

Observa-se que a multiplicidade de canais de investimentos de recursos públicos para diversas necessidades territoriais tem se revelado num dos fatores que dificulta o reconhecimento da modalidade territorial de ação, inclusive porque implicaria em compartilhar o destino dos recursos, por exemplo, das emendas parlamentares. Caminhos diferentes definem as linhas de investimento em outras políticas, como as de crédito, de habitação, energia, etc.

No que tange à agricultura familiar e camponesa, seu bem estar e papel sócio-produtivo, devido à concepção predominante do alimento como mercadoria e dos alimentos ecológicos como 'nicho de mercado', tem sido consenso geral o fortalecimento do papel do mercado privado, combinado com a desresponsabilização do Estado com relação à garantia do acesso a alimentos suficientes e saudáveis à sociedade, especialmente à população mais empobrecida.

Tal concepção inviabiliza o investimento no conjunto das políticas estatais estruturantes como as de assistência técnica, de agroindustrialização, de armazenamento e de transporte mesmo que, comprovadamente, o manejo dos alimentos básicos pelos meios privados de mercado tenha se revelado incapaz de democratizar o acesso ao alimento à população em geral e a renda dos agricultores familiares, principalmente nos municípios menores .

4- O método da requalificação do PTDRS

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), define o território como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais. Neste sentido, sua constituição tem por base a identidade do lugar e dos diferentes atores sociais que o compõem. O processo de apropriação e produção do território compreende e inclui fatores econômicos, políticos, culturais e ambientais.

A abordagem territorial adotada exige uma análise da realidade socioeconômica e política, realizada pelos seus atores, especialmente aqueles que ficaram à margem na atual modalidade de gestão do desenvolvimento, sempre articulada com outros atores situados “fora” do território. Para implementar tal abordagem, é fundamental estudar e acompanhar as diferentes forças atuantes no território, de modo a instituir uma rede de conhecimento, informações e de práticas sociais apropriadas ao desenvolvimento territorial, bem como as dinâmicas de territorialização que se opõem à democratização dos bens materiais, do conhecimento e dos mecanismos de decisão .

O enfoque territorial prima por um desenvolvimento de caráter sustentável que democratize a riqueza manufaturada e natural, em iniciativas zelosas pelo fortalecimento do sentimento de solidariedade, materializada em redes de cooperação, possível na dinamização da economia local e na articulação de políticas de Estado que alavanquem o desenvolvimento territorial, na concepção assumida.

Assim, para garantir a ampliação do debate e a participação dos diversos atores sociais na construção do PTDRS no Sudoeste do Paraná, o método adotado compreende priorizar os enfoques avaliativos do PTDRS 2006-10, em todos os âmbitos da atual modalidade de gestão territorial, e a realização de oficinas com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, desembocando num seminário territorial com representantes destes, para finalizar as contribuições. O diagnóstico é fruto também das interpretações e dos significados atribuídos pelos participantes, sobre as condições e contradições do território, entre elas o papel da agricultura familiar e o seu futuro, tendo em vista a redefinição/reafirmção de estratégias, consideradas as implicações do olhar que deverá avançar para incluir efetivamente as cidades.

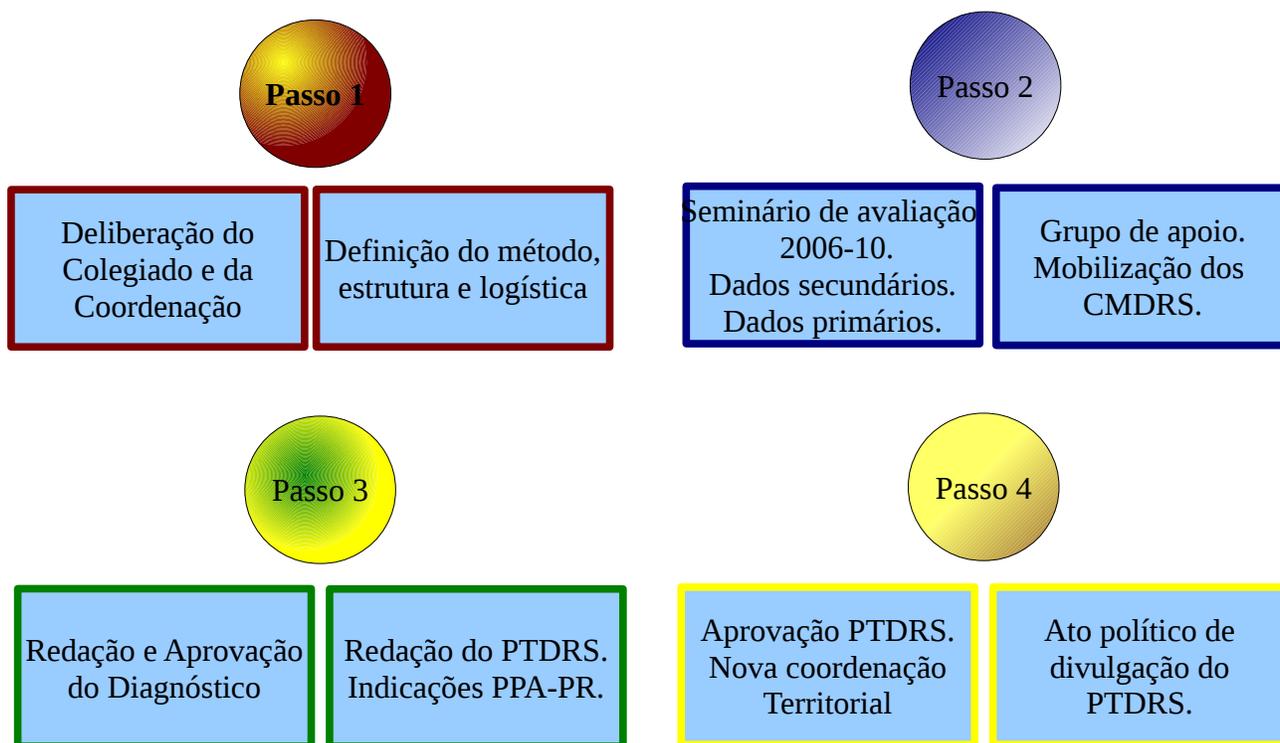
A atenção primeira aos dados primários, tendo em vista os realces propostos no seminário de julho de 2010 (04 câmaras temáticas), bem como dos dados secundários, ficou a cargo do coletivo de apoio à requalificação do PTDRS³, constituído pelo Colegiado no final de 2010, cuja redação ficou a

3 Nilton Fritz, Roseli Alves, Jaci Poli, Sidemar Prezotto Nunes, Rogéria Pereira Alba.

cargo da consultoria contratada.

A coordenação política do processo de reelaboração do Plano Territorial ficou a cargo da coordenação do colegiado territorial, contando com o suporte metodológico da assessoria territorial, bem como da consultoria contratada.

Representação da dinâmica da requalificação do PTDRS



5- As prioridades territoriais 2011-14, no bojo das câmaras temáticas

O diagnóstico realizado, com relação à agricultura familiar, no território do Sudoeste do Paraná, reafirma seu significado econômico e numérico, bem como a importância do enfoque multidimensional no desenvolvimento. Entretanto, foram identificados problemas que demonstram a urgência de operacionalizar novos rumos no desenvolvimento, a exemplo do êxodo, especialmente da população jovem do campo; da falta de infraestrutura produtiva que desconcentre a produção e a renda; da dificuldade de acesso a serviços essenciais, como: saúde, educação e lazer; do alto e crescente índice de degradação da fertilidade do solo, bem como da crescente contaminação química e biológica dos recursos naturais e dos alimentos.

A matriz tecnológica predominante, por conduzir à monocultura e à especialização, subordina os agricultores familiares a uma lógica que torna, na maioria das vezes, a produção inviável, devido à dependência dos insumos externos, do mercado controlado pelo setor privado e focado nos trajetos de longa circulação (como estratégia de acúmulo econômico) e de uma cultura produtiva parametrizada pelo capital financeiro (modalidade acoplada ao agronegócio).

A organização territorial denota possibilidades de guiar estratégias e ações para a emancipação econômica do agricultor familiar e das demais populações do campo, bem como do território, na medida em que efetiva a participação dos representantes dos atores sociais do território do Sudoeste do Paraná. Aposta-se que esta modalidade de gestão do desenvolvimento possa superar a tradicional forma assistencialista e clientelista da atuação do Estado, transmutada em cultura predominante.

Os consensos estabelecidos pelo processo de requalificação do PTDRS aprovaram, para o próximo período (3 a 4 anos), os realces estruturados nas seguintes dimensões⁴:

5.1 – Indicações do Seminário de Planejamento Territorial⁵

5.1.1 - Produção, Renda e Abastecimento

1- Prover recursos públicos e subsídios que fortaleçam as modalidades produtivas assentadas na Agricultura Familiar e Camponesa, pautadas pela agroecologia, com a soberania das sementes,

4 Dimensão, neste documento, é concebida como um conjunto articulado de questões, preocupações, necessidades que encontram sustentação e efetividade na dinâmica geral do planejamento e da ação territorial.

Documento aprovado em 18 de Junho de 2010, organizado e homologado pelo Colegiado Territorial, em 15 de julho do mesmo mês.

5 Realizado em Francisco Beltrão, em 17 e 18 de junho de 2010.

caminhando para transformar o Sudoeste do PR em área livre de transgênicos;

2- Articular, otimizar e ampliar, nesta perspectiva, os serviços de ATER pública, combinada com outras iniciativas da agricultura familiar e camponesa, a exemplo da cooperativada;

3- Desenvolver a economia solidária como união estratégica entre o campo e a cidade, em modalidades como cooperativas e associações;

4- Buscar a autonomia dos agricultores familiares/camponeses e combater a integração, concebida como forma de controle das cadeias de produção por parte empresas;

5- Conhecer, fiscalizar, denunciar e cobrar a aplicação da legislação existente, com relação ao nível de contaminação de alimentos e dos solos, para afirmar uma nova forma de produção e alimentação;

6- Viabilizar a diversificação produtiva através de agroindústrias familiares e camponesas, fortalecendo a perspectiva da descentralização destas estruturas;

7- Avaliar os problemas e ampliar o mercado institucional para estimular a produção agroecológica e a valorização profissional do agricultor familiar/camponês;

8- Implementar o SUASA, com vistas a viabilizar o fortalecimento das agroindústrias familiares;

9- Criação de centros de abastecimento para os produtos da agricultura familiar/camponesa do Sudoeste do Paraná e ampliação de feiras, realizadas pelas pessoas de baixa renda, como forma de dinamizar formas solidárias de comercialização, estabelecendo vínculos com as organizações das cidades interessadas em melhorar a qualidade da alimentação.

5.1.2 - Comunicação e Lazer

1- Investimentos em infraestrutura de comunicação e informática, sincronizadas com as opções locais de geração de renda;

2- Investimentos e infraestrutura de lazer, arte e convivência para todas as idades, nas comunidades;

3- Mobilização das comunidades por políticas públicas onde o Estado destine os investimentos para o embelezamento dos espaços públicos e das famílias;

4- Fortalecimento da identidade do povo do campo, através da valorização e recuperação da

história local e da conservação do patrimônio das comunidades – escolas, igrejas, praças e pavilhões.

5.1.3 - Educação Pública

1- Reposicionar geográfica e politicamente a escola pública, no/do campo e na/da cidade, vinculando-a aos problemas do desenvolvimento atual e aos problemas cotidianos de onde a escola está inserida;

2- Implementar as diretrizes operacionais, nacionais e estaduais, de educação do campo, reforçando e ampliando o trabalho já em curso;

3- Promover a aproximação das escolas e universidades públicas com os movimentos e organizações, tanto populares como outros órgãos públicos, que respaldem um novo papel do ensino oficial para o desenvolvimento;

4- Enfrentar as estratégias empresariais (conteúdo e método) junto às escolas, principalmente no ensino fundamental e médio, tendo em vista afirmar os valores da cooperação e o debate das questões agrárias;

5 - Formação político pedagógica de educadores/as, Conselhos Escolares, Associações de Pais, Mestres e Funcionários e outros profissionais da escola para lidar com processos educativos que levem em conta a realidade onde a escola está inserida;

6- Criar incentivos aos profissionais que trabalham com as escolas consideradas difíceis quanto ao acesso e ao contexto;

7- Formar profissionais afinados com as demandas do desenvolvimento sustentável do Sudoeste do PR.

5.1.4 - Saúde e Saneamento

“Enquanto não houver uma política de abastecimento, com água e alimentos de qualidade para toda a população, não diminuirão os problemas de saúde. Precisamos de uma política de prevenção aliada ao acesso à água e aos alimentos saudáveis” - afirmação do GT, durante o seminário.

1- Tornar públicos os riscos e as consequências da contaminação química, da água e dos alimentos, sobre a saúde humana e o ambiente, destinando recursos públicos para o controle e garantia da qualidade da água, para o tratamento dos dejetos e para a superação da contaminação por agrotóxicos;

2- Ampliação dos recursos para a estrutura de saúde preventiva nos municípios, especialmente

em relação aos hábitos alimentares e às deficiências de saneamento, fortalecendo os PSFs;

3- Formação dos agentes que trabalham com a saúde, voltando-se para a prevenção e a utilização de fitoterápicos, homeopáticos e outras modalidades de saúde alternativa;

4- Política regional, da AMSOP, para captação e armazenamento de água por cisternas, proteção da água através da técnica de solo cimento e florestamento das nascentes, combinada com a restrição das políticas de perfuração de poços artesianos;

5- Considerar o saneamento nos programas públicos de habitação;

6- Apostar no hospital regional do Sudoeste e na formação de médicos, como difusores da saúde preventiva, relacionada às mudanças nas condições do desenvolvimento;

7- Cuidados com o solo, usado para produção e para construções, protegendo os mananciais e a disponibilidade de água potável;

8- Diferenciar, desde a matriz curricular do curso, a formação de médicos no Sudoeste do PR, com enfoque compatível com a realidade específica do campo e da medicina preventiva;

5.1.5 - Questão agrária, geração e acesso à energia e sucessão nas famílias

1- Reafirmar a reforma agrária como uma necessidade para o desenvolvimento do Sudoeste do PR;

2- Tornar o problema fundiário num dos debates centrais do desenvolvimento do território, no Sudoeste do Paraná;

3- Reordenamento fundiário, adequando a estrutura fundiária à legislação do módulo mínimo;

4- O território deve ser o espaço propositivo da questão agrária, não um simples executor de políticas de outros níveis;

5- Afirmar o papel econômico da agricultura familiar e camponesa no que se refere à produção de alimentos diversificada e de qualidade. As práticas de produção para o auto sustento devem ser potencializadas como estratégia de atendimento das necessidades alimentares da sociedade brasileira;

6- Conceber o acesso à energia com preço justo como um direito fundamental para a dignidade de vida;

7- O potencial energético da região deve garantir o acesso e a diminuir o custo da energia para os agricultores familiares/camponeses e trabalhadores urbanos. Adotar, também para as atividades produtivas, o tarifamento progressivo da energia, conforme o consumo;

8- Destinar recursos públicos para a reestruturação do campo, no bojo do qual será equacionado o problema da sucessão na agricultura familiar;

9- Forjar consensos em relação às principais ações do desenvolvimento territorial como base para construir uma força política capaz de alterações nos rumos do desenvolvimento nos âmbitos: regional, estadual e nacional;

10- Os royalties das hidrelétricas do Sudoeste do PR deverão ser utilizados para a aquisição das terras dos agricultores familiares/camponeses a destinar para as matas ciliares e a proteção ambiental prevista em lei, além de outras necessidades do desenvolvimento dos municípios;

11- Investimento em alternativas energéticas já disponíveis, como a energia solar, consideradas já nas linhas de crédito de habitação. O objetivo é democratizar o acesso e desconcentrar os processos de produção de energia, especialmente junto à população do campo;

12- Desenvolver programas que favoreçam o retorno de quem, vivendo na cidade, queira voltar para a agricultura.

5.1.6 - Meio Ambiente

1- Tornar a questão ambiental em tema articulador de debates populares e da sociedade, no campo e na cidade;

2- Tornar o território numa instância de luta na busca pela compensação por cuidados ambientais promovidos pela agricultura camponesa/familiar;

3- Buscar o desenvolvimento de programas voltados ao meio ambiente, desde universidades (na formação de profissionais), instâncias de governo e legislativas, escolas públicas e organizações comprometidas.

4- Desenvolver mecanismos e instrumentos, na forma de políticas, que incentivem a preservação ambiental;

5- Adequação da legislação ambiental às condições da agricultura familiar/camponesa;

6- Desenvolver uma política de remuneração à unidade de produção e vida familiar (UPVF), acoplada à sua decisão de adotar a agricultura ecológica. Tal política tem em vista democratizar o acesso ao alimento ecológico, em contraponto à 'prática do nicho' na comercialização de alimentos ecológicos;

7- Normatizar a instância do Estado responsável pela realização dos serviços do Sisleg;

8- Lutar pela proibição dos químicos comprovadamente danosos à vida social e natural;

9- Adotar, como foco principal dos debates ambientais, os problemas da contaminação química e biológica do ambiente e dos alimentos.

5.2 – Prioridades hierarquizadas pelo Colegiado Territorial⁶

5.2.1- Prover recursos públicos e subsídios que fortaleçam as modalidades produtivas diversificadas e o papel econômico e social da Agricultura Familiar e Camponesa, pautados pela agroecologia com a soberania das sementes, caminhando para transformar o Sudoeste do PR em área livre de transgênicos;

5.2.2- Considerar os aspectos da identidade do povo do campo, como fundamentais, a ser trabalhados em ações como a valorização e a recuperação da história local e também da conservação do patrimônio das comunidades;

5.2.3- Afirmer os valores da cooperação e o debate das questões agrárias nas escolas públicas;

5.2.4- Tornar públicos os riscos e as consequências da contaminação química da água e dos alimentos sobre a saúde humana e o ambiente, destinando recursos públicos para a qualidade da água, o tratamento dos dejetos e a superação da contaminação por agrotóxicos;

5.2.5- Reafirmar a reforma agrária como uma necessidade para o desenvolvimento do Sudoeste do PR, estabelecendo o módulo máximo regional e garantindo o módulo mínimo para todos os agricultores;

5.2.6- Conceber o acesso à energia a preço justo como um direito fundamental para a dignidade de vida;

5.2.7- Abrir espaços nas políticas públicas para que incorporem as preocupações e implementem instrumentos tendo em vista equacionar os problemas relacionados ao trabalho infantil, gênero e geração;

⁶ Formuladas pelo Colegiado Territorial, em 15/07/2010, a partir da análise da produção do seminário de planejamento.

5.2.8- Gerir o território do Sudoeste do Paraná de forma a fortalecer a articulação interterritorial e com outros ministérios.

Referendadas no diagnóstico, estas prioridades foram encaminhadas pela coordenação do colegiado, às Câmaras temáticas, tendo em vista desdobrar o plano de ação para 2011-12. Ao mesmo tempo, ficou estabelecida a meta de realizar o planejamento da infraestrutura e da logística necessária para a gestão territorial.

Consideradas a diferentes dimensões do desenvolvimento, a posição do colegiado é que a coordenação capitaneie formas de viabilizar a busca de recursos em outras fontes oficiais, para além dos disponibilizados pelo MDA, já que este trabalha com orçamentos simbólicos, consideradas as demandas do desenvolvimento.

A estrutura inicial para dar encaminhamento às atividades territoriais ficou organizada em quatro câmaras temáticas, a saber:

- 1- Produção, renda e abastecimento
- 2- Educação Pública
- 3- Questão agrária, geração e acesso à energia e sucessão
- 4- Meio Ambiente, Saneamento e Saúde

6 - Plano Territorial Sudoeste do Paraná – PTDRS 2011-15

6.1) Estrutura territorial e método de gestão

O Território Sudoeste do Paraná, conforme seu regimento em vigor, é composto pelo colegiado territorial, o órgão máximo de deliberação a respeito das estratégias e das políticas e pela coordenação do colegiado, composta por 04 organizações membros (duas do Estado e duas da Sociedade). Tem como modalidade organizativa permanente as câmaras temáticas, responsáveis pela análise do contexto e pela geração das diretrizes e ações que, uma vez aprovadas pelo colegiado, ganham suporte estrutural e financeiro para a implementação. Cada um destes espaços movimenta-se a partir da escolha de coordenações e de um calendário regular.

O Território Sudoeste conta com uma estrutura mínima de equipamentos de escritório, comunicação e um veículo, estrutura esta sediada de forma itinerante pela organização que assume a coordenação geral do território.

Como recurso humano para animar a comunicação, a circulação de informações e garantir as condições das atividades do colegiado e da coordenação, existe a figura da 'assessoria territorial', no momento composta por uma pessoa, que acumula as funções de secretaria, produção de relatórios das atividades das instâncias gestoras e dos projetos desenvolvidos pelo território, prestação de contas, elaboração de projetos e apoio metodológico às atividades territoriais.

É desejo manifesto do colegiado configurar a relação com os CMDRS, futuramente com os coletivos de conselhos nos municípios, como a instância onde as ações territoriais ganham materialidade e capilaridade, obviamente uma decisão que implica no aumento da capacidade operacional e de acompanhamento das ações de desenvolvimento por parte do território.

6.2) Relações políticas, organização interna e gestão territorial

Estratégia	Estruturação física, financeira e humana do Território e fortalecimento das condições de negociação política
Características	Refere-se às condições para a organização e a mobilização dos agentes territoriais (Colegiado, Conselho, Câmaras Temáticas, Coordenações, Assessoria e Secretaria), tendo em vista garantir a logística (infraestrutura material, de pessoal e financeira) para realizar o plano territorial, bem como para aumentar a atenção e a dedicação ao diálogo com a sociedade territorial e os governos nos três níveis.
Justificativas	A política de desenvolvimento territorial (co-gerida) entre governo e organizações

	<p>sociais, especialmente do campo, ao avançar, revelou desafios. Grande parte deles pela ausência de condições de acompanhamento das ações implementadas, a exemplo das atividades econômicas implementadas no PTDRS anterior e da consolidação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, nos 42 municípios.</p> <p>O esforço de requalificação do plano territorial revelou a ausência, a fragmentação e a burocratização dos dados necessários para conhecimento satisfatório das condições e das potencialidades territoriais. Constatou-se que os dados dos diagnósticos oficiais desdobram-se, no máximo, até as médias territoriais, ocultando especificidades, problema sem solução adequada no curto período que antecede as elaborações e/ou requalificações dos planos.</p> <p>A estrutura disponibilizada para o Território Sudoeste, com 42 municípios, é equiparada à de outros territórios com 1/5 deste número, ou seja, é absolutamente insuficiente para qualificar os trabalhos. Tem ocorrido que, como as organizações do Estado, participantes do colegiado, não dispõem de recursos adicionais para o custeio de atividades territoriais, este compromisso tem penalizado as organizações da agricultura familiar, normalmente frágeis, levando, na prática, a prejuízos à dinâmica territorial planejada.</p> <p>É vontade expressa das organizações componentes do colegiado, considerada a multidimensionalidade do desenvolvimento desejado, estabelecer condições e canais de acesso a outras fontes de recursos públicos.</p> <p>Sendo a política territorial de desenvolvimento uma deliberação do governo federal, a mesma tem sido fragilizada, pelo próprio governo, devido aos mecanismos oficiais fragmentados e desarticulados de investimentos públicos no território, como tem acontecido com os recursos das emendas parlamentares e do crédito para a agricultura familiar e camponesa.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Ampliar e garantir as condições para a organização e a mobilização dos agentes territoriais (Colegiado, Conselho, Câmaras Temáticas, Coordenações, Assessoria e Secretaria); . Aumentar a atenção e a dedicação ao diálogo com a sociedade territorial e os governos nos três níveis; . Consolidar e acompanhar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, nos 42 municípios; . Constituir e consolidar um coletivo permanente de pesquisa, composto pelas universidades públicas membros do território e pelas organizações públicas de pesquisa, para gerar e disponibilizar dados e subsidiar a tomada de decisões nas ações territoriais.
Responsabilidade	Colegiado e Coordenação.
Atividades permanentes	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Formação e acompanhamento continuados aos conselhos municipais de desenvolvimento, na perspectiva dos enfoques territoriais; 2 – Fomento e acompanhamento à constituição de consórcios intra territoriais, consideradas as especificidades materiais e culturais e os anseios; 3 – Reuniões regulares do colegiado, da coordenação e das Câmaras Temáticas; 4- Calendário de diálogo com organizações da sociedade e de governos, no território, tendo em vista reforçar a estratégia territorial;

	<p>5- Participação na dinâmica interterritorial no PR;</p> <p>6- Negociações com espaços governamentais no Paraná e em Brasília;</p> <p>7- Publicação dos informativos territoriais;</p> <p>8- Dinamização do serviço de comunicação e secretaria;</p> <p>9- Coordenar os aportes das participantes do colegiado ao desenvolvimento do planejado;</p> <p>10- Constituir e manter uma equipe de apoio pedagógico aos processos de formação e acompanhamento;</p> <p>11- Negociar a constituição de um coletivo de pesquisa, integrado pelas universidades públicas e outras interessadas do colegiado, dedicadas a esta tarefa, tendo em vista qualificar, de forma permanente, o diagnóstico territorial, inclusive com micro dados, subsidiando as ações enquanto são desenvolvidas.</p> <p>12- Buscar a participação oficial das instituições governamentais como as autarquias, secretarias municipais e de estado, prefeitos e instituições afins, nas Câmaras Temáticas;</p> <p>13- Acompanhar e envolver-se com os encaminhamentos em curso a respeito da reestruturação da logística e infraestrutura de transportes no território, em articulação com a AMSOP/ACAMSOP.</p>
--	--

6.3) Estratégias e ações, a partir das câmaras temáticas

6.3.1 - Produção, renda e abastecimento

Estratégia 1

Ação Estruturante	Desenvolvimento da Agroecologia
Problema e justificativa	<p>Como afirmado no diagnóstico, as modalidades produtivas predominantes na agropecuária, adequadas para a territorialização do agronegócio, tem levado à progressiva inviabilidade econômica e ecológica da agricultura familiar e camponesa, bem como dos municípios mais empobrecidos do território.</p> <p>Constata-se a contaminação e degradação progressiva e crônica do meio ambiente (solo, animais, plantas) que, conduzidos pela água e pelos alimentos, manifestam os efeitos nocivos dos agroquímicos também na saúde humana.</p> <p>Devido às restrições à comercialização e à não proteção contra a degradação ambiental e econômica, a legislação sanitária, ambiental e as logísticas de comercialização demonstram-se inadequadas.</p> <p>Os enfoques ecológicos na produção agropecuária foram, de longa data, abandonados pelos órgãos oficiais de pesquisa e pelas políticas de crédito, impactando negativamente esta opção no conjunto das organizações do território.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Produzir alimentos ecológicos e estruturar a logística de comercialização visando a acessibilidade dos mesmos por toda população; . Responsabilizar o Estado pelo investimento na infraestrutura de armazenamento e comercialização dos alimentos da agricultura familiar, diversificados e ecológicos; . Qualificar os processos nas agroindústrias familiares, a partir da adequação da

	legislação sanitária, ambiental e comercialização (SUASA); . Construir estratégias para o investimento oficial em pesquisa nos enfoques agroecológicos.
Público-Alvo	Agricultores Familiares e Camponeses e consumidores das cidades.
Órgão Responsável	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, SESA, CEASA. Dependerá das negociações estabelecidas pela coordenação.
Horizonte Temporal	O programa de desenvolvimento da agroecologia é contínuo, com início imediato das negociações e a implementação.
Formas de Implementação	. Programa de pesquisa em agroecologia executados pelo IAPAR e CPRA e disponibilização pública do conhecimento; ampliação da assistência técnica; capacitação de técnicos e agricultores em agroecologia, através de um centro de capacitação. . Construção de central regional, pontos de comercialização e pequenas agroindústrias nos municípios, dinamizados por logística pública para distribuição, armazenamento e comercialização dos produtos no âmbito intra e interterritorial. . Implementação do programa de monitoramento da qualidade de água e de alimentos com o método utilizado pelo MAPA/ANVISA, no âmbito territorial e estruturação das condições da certificação de produtos orgânicos e/ou ecológicos; . Implementação de um programa de revitalização e criação de agroindústrias de pequeno porte, distribuídas nos municípios conforme suas diretrizes e potencial produtivo. . Dinamização de um plano continuado de formação e acompanhamento, focados no fortalecimento das modalidades de cooperação e nos métodos de gestão do trabalho.

Estratégia 2

Ação Estruturante	Recuperação e conservação da paisagem do Sudoeste do Paraná
Problema e justificativa	O uso intensivo dos solos, o manejo inadequado das águas e a delapidação dos remanescentes florestais para a incorporação de áreas ao processo produtivo provoca a perda da produtividade dos solos, o esgotamento dos mananciais superficiais e subterrâneos de água, implicando na queda da produção, da produtividade e da renda das famílias do espaço rural e do território.
Objetivos	. Conscientizar dos agricultores sobre a modalidade de produção adequada, tendo em vista a proteção ambiental. . Discutir práticas que possibilitem, através de um manejo correto dos solos, ampliar capacidade da armazenagem de água no perfil do solo, minimizando o efeito de períodos curtos de déficit hídrico. . Possibilitar a inclusão das áreas de APP e RL como produtoras de água, de frutos e de energia, através do uso de sistemas agroflorestais. . Ampliar a produção através da recuperação do equilíbrio ambiental que possibilita a convivência de espécies de interesse econômico com hospedeiras de espécies que controlam os insetos causadores de danos e doenças.

Público alvo	Agricultores familiares e Camponeses, e todos os residentes no espaço rural.
Responsabilidades	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/EMATER, Cooperativas, Prefeituras Municipais, Agricultores Familiares.
Horizonte temporal	Deve ser encarado como um processo, com ações a favor da natureza, iniciadas imediatamente e continuamente monitoradas e melhoradas.
Forma de implementar	Através de recursos públicos, incrementar ações de conservação dos solos, do uso de plantas de cobertura como adubos verdes, e destinação planejada das águas das chuvas retardando o tempo de escoamento aos rios. Participação das Prefeituras Municipais, construindo e mantendo estradas vicinais planejadas para receber águas das chuvas e, em sintonia com a paisagem como um todo, minimizar os efeitos físicos destas águas. Fazer campanhas para o retorno do uso da adubação verde como meio de fortalecer a fertilidade dos solos. Diminuir e/ou eliminar o uso de contaminantes de águas e solos, num tempo médio, possibilitando ambientes despoluídos e saudáveis. Mapear as propriedades, para averbação das áreas de APP e RL, planejando o espaço da unidade de produção e vida rural.

Estratégia 3

Ação Estruturante	Produção de sementes sob o controle dos Agricultores Familiares; resgate de sementes crioulas.
Problema Justificativa	e Com o avanço descontrolado do uso dos OGMs - organismos geneticamente modificados - as sementes transgênicas, controladas por um pequeno número de empresas esta levando à perda da autonomia dos agricultores familiares. Esta situação representa a perda de sementes que foram melhoradas pelos povos, durante milhares de anos. Está em curso a aprovação de leis e normas que ferem a soberania dos países e favorecem apenas as empresas interessadas no lucro que, ao colocar apenas um número ínfimo de gens nas sementes originais, se autodenominam proprietárias da semente, apropriando-se da trajetória natural e da cultura por ela carregada.
Objetivos	. Possibilitar aos agricultores familiares e suas organizações a manutenção de sua autonomia, arbitrando na definição do que e onde plantar com base na sustentabilidade e no compromisso da produção de alimentos diversificados para toda a população. . Garantir às populações das cidades o acesso e o consumo de alimentos limpos e diversificados, produzidos por agricultores familiares; . Conscientizar a população do território de que não se combate a fome no mundo com este modelo de produção, uma vez que degrada os solos, gera exclusão social e uma violenta erosão genética em todos os continentes; . Fomentar modalidades de produção e acesso a sementes destinada à garantia da alimentação diversificada, apropriadas à condição de autonomia, à renda dos agricultores e à proteção do patrimônio natural.
Público alvo	Agricultores familiares, organizações da Agricultura Familiar que comercializam alimentos e os consumidores nas cidades.

Responsabilidades	SEAB, Cooperativas, órgãos de fiscalização da produção de sementes e mudas, CLASPAR e Unidades de Beneficiamento de Sementes, unidades públicas de manutenção de reserva genética.
Horizonte temporal	Implantar ações imediatamente, antes que o processo de mercantilização das sementes dos AF e Camponeses seja totalmente contaminado.
Formas de implementação	Fazer campanhas, utilizando a mídia e atuando com as escolas, para esclarecer os consumidores dos perigos dos OGMS, tecnologia que, uma vez hegemônica, vai trazer dependência, erosão nutricional, exclusão social e aumento da miséria no campo.

Estratégia 4

Ação estruturante	Incentivo à implementação do SUASA, como forma de fortalecer a Agroindústria Familiar no Sudoeste
Problema e justificativa	As normas e leis vigentes foram pensadas e implementadas para favorecer grandes projetos de produção e grandes plantas fabris, em detrimento da produção em pequena escala. O agricultor familiar que herdou dos antepassados “o saber fazer” de inúmeros alimentos como salames, queijos e vinhos, está sendo alijado da possibilidade de produzir para o consumo de sua família e para consumidores que lhe são próximos. O modelo de fiscalização e inspeção vigente é punitivo, restritivo e incoerente, implementado para fortalecer a produção em escala e eliminar a concorrência da produção artesanal com o sabor do colonial e natural.
Objetivos	. Facilitar e melhorar os processos produtivos no meio rural; . Viabilizar as agroindústrias de pequeno porte, produzindo com qualidade, com higiene e sabor típico; . Apresentar à sociedade alternativas de alimentos em relação aos processados em complexos industriais, com custos elevados e qualidade duvidosa.
Público alvo	Agroindustriais do Sudoeste, Serviços de Inspeção Municipais, Prefeituras Municipais, Órgãos de saúde pública, AMSOP, ACAMSOP 13
Responsáveis	SEAB/EMATER, CSAs dos Municípios, Serviços de Vigilância Sanitária dos Municípios, 7 ^a e 8 ^a Regional de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde.
Horizonte temporal	Iniciar a discussão para mudança do atual paradigma, e envolver todos os segmentos ligados a saúde pública, para implantar o SUASA nos municípios e no território, no prazo de dois anos.
Forma de implementação	Iniciar discussões na Câmara Temática de Produção, Renda e Abastecimento, ampliando para o âmbito dos órgãos públicos de saúde e culminar com o envolvimento dos Serviços de Inspeção Municipais já implantados e em funcionamento. Promover palestras, seminários, audiências públicas; Tornar a proposta factível com adesão de pessoas conscientes da sua importância para o fortalecimento da Agroindústria familiar.

Estratégia 5

Ação estruturante	Revitalização e Recuperação das Agroindústrias do Sudoeste
Problema Justificativa	e Existem no Sudoeste do Paraná cerca de 200 agroindústrias familiares e associativas de pequeno porte, muitas com funcionamento deficitário, outras em processo de regressão na produção de alimentos. Agroindústrias com potencial de ampliação da produção, se atendidas com acompanhamento gerencial, técnico e capacitação em processos de certificação e adequação às normas e leis.
Objetivos	. Possibilitar a multifuncionalidade das Unidades Agroindustriais de Agricultores Familiares e Associações de Agricultores, para que tenham sustentabilidade econômica ao longo do tempo; . Incluir as Agroindústrias existentes numa rede de comercialização que traga sinergia para a logística de alcançar os consumidores urbanos nos municípios do território num menor tempo possível. . Fortalecer a agricultura familiar para que protagonize projetos de ampliação da sua renda; . Possibilitar a manutenção de processos de produção de alimentos com sabor do colonial adquirido ao longo de anos, passado de geração a geração, específicos de locais, de comunidades, de regiões, de territórios.
Público alvo	Famílias proprietárias de agroindústrias e agricultores de associações que detém o controle de unidades Agroindustriais.
Responsabilidade	SEAFI, Secretária de Saúde, SEAB/EMATER, UTFPR
Horizonte Temporal	Planejamento para implantar o processo de acompanhamento para os próximos 5 anos.
Forma de Implementação	Constituir uma equipe de técnicos no âmbito do Grupo Gestor do Território para acompanhar um processo de recuperação e revitalização das Agroindústrias existentes. Trabalhar em sintonia com o meio acadêmico que produz conhecimento sobre os processos produtivos, procurando levar inovações, mudanças em processos visando diminuir custos, ampliar produtividade, reduzir gastos de energia, etc.

6.2.2 – Educação Pública

Ação estruturante	Implementação da política de educação pública do/no campo
Problema / justificativa	O atual sistema público de educação tem sido um dos componentes do quadro de estímulos ao êxodo rural, especialmente da população jovem. O desmonte das escolas do campo é realizado pelas administrações, na maioria das vezes, desconsiderando o posicionamento das famílias e de suas comunidades. A tradição organizativa e de gestão do ensino escolar, em qualquer lugar, baseado em modelos nacionais inflexíveis e impróprios para a formação cidadã, se traduziram em inadequação curricular para os povos do campo e os territórios

	rurais, no despreparo dos professores/as para os desafios atuais e na insensibilidade em relação aos potenciais e problemáticas específicos do território e da população do campo.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Reestruturar o currículo e a pedagogia do ensino escolar público, comprometendo-o com os atuais desafios territoriais e a realidade dos educandos e suas comunidades, o que implica na valorização da possibilidade da permanência no campo, com vida digna; . Qualificar a infraestrutura das escolas do campo segundo os padrões brasileiros normais de investimento escolar; . Fomentar a valorização dos profissionais da educação, com patamares salariais compatíveis; . Disponibilizar modalidades continuadas de formação dos profissionais da educação, imputando-lhes responsabilidade compatível; . Divulgar as diretrizes e o decreto da lei sobre a educação do campo para as administrações públicas municipais e os conselhos municipais de desenvolvimento, tendo em vista a operacionalização das diretrizes nacionais de educação do campo; . Identificar comunidades que se posicionam pela permanência das escolas, disponibilizando-lhes assessoria e acompanhamento territorial, tendo em vista formular alternativas de funcionamento escolar apropriadas às condições do campo, inclusive quanto à organização dos tempos pedagógicos; . Contribuir para que as famílias desenvolvam o senso crítico sobre a realidade do país e do campo, desmascarando as diferentes ideologias e fazendo o posicionamento contra ideológico; . Contar com recursos previstos nos orçamentos municipais para estas dinâmicas.
Público-Alvo	Crianças, jovens e professores do meio rural. Moradores das comunidades.
Responsabilidades	Ministério da Educação – MEC Secretaria Estadual de Educação - SEED Secretarias Municipais de Educação Organizações da agricultura familiar e camponesa. Obs.: Depende das negociações estabelecidas pela coordenação territorial.
Horizonte Temporal	O programa de educação pública do/no campo é contínuo, reforçando o trabalho já iniciado.
Estratégia de Implementação	Estruturação física e reaparelhamento das escolas públicas do/no campo; Consolidação das Casas Familiares Rurais; Formação continuada dos educadores do campo; Realização de concurso público específico para educadores do campo com plano de cargo e salário valorizados e compensação financeira nas dificuldades de acesso; Implementação das diretrizes da educação do campo, conforme produzidas pela articulação sudoeste e estadual e nacional da educação do campo e aprovadas pelo MEC; Constituir equipe territorial permanente de assessoria.

6.2.3 – Questão agrária, geração e acesso à energia e sucessão

Ações Estruturantes	Acesso à terra; Estruturação das Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVF); Conhecimento da condição da juventude; Debate público da Questão Agrária e da Energia no desenvolvimento territorial.
Problema/justificativa	O índice de UPVFs sem documentação é relevante e constitui-se num dificultador na sucessão, combinando-se com o alto percentual das unidades que se encontram num quadro de ausência de condições básicas para subsistir com dignidade. A existência de famílias sem terra que vivem por longo tempo em áreas ocupadas, sem reassentamento, as marginaliza em relação ao acesso às políticas de Estado, principalmente as estruturantes. O território Sudoeste, exportador de energia hidrelétrica, é penalizado ao pagar valores de mercado para a sua própria energia no consumo residencial e produtivo. As famílias desalojadas pelas barragens em vias de construção são obrigadas a lutar para que seus direitos econômicos, sociais e culturais sejam reconhecidos pelas empresas e garantidos pelo Estado, esforço organizativo que não elimina o risco de perdas e marginalização, constituindo-se num problema territorial.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> . Promover o acesso à terra, à regularização fundiária na sucessão familiar e à organização da propriedade; . Mobilizar e negociar o assentamento as famílias acampadas no território e regularizar a situação das ocupações; . Melhorar a habitação rural, estradas de acesso às UPVF e a comunicação; acesso a políticas públicas (recursos); . Garantir os direitos das famílias atingidas pelas barragens; . Formulação e luta para implementação de uma política diferenciada de valores para o uso da energia residencial e produtiva, especialmente para a agricultura familiar e camponesa, para os trabalhadores e as microempresas das cidades no território.
Público-Alvo	Agricultores Familiares, Camponeses e Sem Terra, microempresas e população das cidades.
Responsabilidades	SEAB, TELEPAR, Ação Social, SEMA, COOHAPAR, SANEPAR, COPEL, ITCG Obs.: Depende das articulações e negociações estabelecidas pela coordenação territorial.
Horizonte Temporal	A realização destas ações é contínua, com início imediato.
Estratégia de Implementação	Construção e melhorias de moradias; saneamento básico, destino adequado do lixo reciclável (embalagens) e dejetos, ajardinamento, rodovias de acesso; energia, telefone, internet por rede elétrica. Crédito, disponibilização de terra, valorização das atividades rurais, legalização e titulação das propriedades. Mobilização e negociação para o assentamento das famílias sem terra e estruturação de suas UPVFs.

	<p>Garantia dos direitos das famílias atingidas pelas barragens. Debate público para formulação e luta para implementação de uma política diferenciada de valores para o uso da energia residencial e produtiva, especialmente para a agricultura familiar e camponesa, bem como para os trabalhadores e as microempresas das cidades do território.</p>
--	---

6.2.4 – Meio Ambiente, Saneamento e Saúde

Ações Estruturantes	<p>Estudos dirigidos e divulgação de experiências temáticas (saúde, saneamento, meio ambiente e legislações pertinentes). Abordagens sem fragmentação espacial (rural ou urbano), analisando os espaços municipais de forma integrada.</p>
Problema/justificativa	<p>No Território Sudoeste, estão se agravando, em áreas rurais e urbanas, o assoreamento dos rios, a contaminação das fontes de abastecimento de água, a impermeabilização do solo e a devastação de áreas naturais, além de problemas indiretos decorrentes destes.</p> <p>A especulação imobiliária concentra a população nas proximidades das regiões centrais dos municípios, acelerando a formação de “bolsões de calor” nas cidades, agravado pela ausência de cobertura vegetal; vivencia-se os impactos ambientais e sociais da construção de barragens e agravam-se os problemas decorrentes da impermeabilização do solo urbano.</p> <p>O Território não elabora ou desenvolve políticas públicas ou programas educativos para a informação da população e dos gestores locais, buscando evitar a situação.</p> <p>Há o potencial de utilização de fontes de energia renováveis, havendo a necessidade de definir os tipos, o custo de implantação e o custo social e ambiental; de trabalhar a gestão integrada em microbacias hidrográficas; de melhorar a qualidade da água de abastecimento (quantidade e qualidade), incluindo a difusão do uso de cisternas, com dimensionamento, custo de implantação, economia.</p> <p>Já foram trabalhados pela câmara temática as seguintes abordagens:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação da bacia do Rio Pato Branco e a Lei Municipal de Mariópolis sobre compensação ambiental aos agricultores; 2. Experiência da Emater em legislação ambiental de Apucarana e Proposta para projeto de pagamento por serviços ambientais; 3. ACESI: Projeto Água e Qualidade de Vida; 4. Elaboração de Plano Diretor: A experiência de Mariópolis-PR; 5. Elaboração de planos diretores: O caso de Presidente Prudente-SP.
Objetivos	<p><u>Desenvolver os seguintes temas representativos:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Impactos ambientais e sociais da construção de barragens; 2. Utilização de fontes de energia renováveis: tipos, custo de implantação, custo social e ambiental; 3. Gestão integrada em microbacias hidrográficas;

	<p>4. Ações visando a qualidade da água de abastecimento (quantidade e qualidade), incluindo a difusão de modelos de cisternas, como dimensioná-la, custo de implantação, economia;</p> <p>5. Impermeabilização do solo urbano e suas consequências.</p> <p>Tema permanente:</p> <p>6. A problemática sobre a utilização de agrotóxicos ilegais (contrabandeados) e dos agroquímicos em excesso no território</p>
Público-Alvo	Prefeitos, secretários municipais, gestores locais, população, universidades, institutos de ATER
Responsabilidades	Articulação via Grupo Gestor para que a AMSOP atue em conjunto com o GETESPA e demais Câmaras Temáticas para sensibilização dos prefeitos, secretários de agricultura e meio ambiente, de educação, de saúde.
Horizonte Temporal	Atividades para execução, reprogramação e avaliação permanentes.
Estratégia de Implementação	Debates e estudos internos; produção de materiais.

Memória da requalificação do PTDRS, em imagens



Colegiado do Território Sudoeste



Colegiado do Território Sudoeste



CT Questão Agrária, Juventude e Sucessão



CT Educação Pública



CT Produção, Renda e Abastecimento



CT Meio Ambiente, Saúde e Saneamento

Memória em imagens – continuação



Grupo de animação do debates do PTDRS com o Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.



Grupo de animação do debates do PTDRS com o Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.



Debate PTDRS – CMDRS



Debate PTDRS – CMDRS



Itapejara D'Oeste, 10/05/2011



Seminário Territorial CMDRS – 10/05/2011

Memória em imagens – continuação



Seminário Territorial CMDRS – 10/05/2011



Seminário Territorial CMDRS – 10/05/2011



Seminário Territorial CMDRS – 10/05/2011



Colegiado aprova o PTDRS - 11/08/2011



Colegiado aprova o PTDRS - 11/08/2011



Parte 2

1- Diagnóstico Territorial do Sudoeste 2011 _____	48
2- Anexos do PTDRS _____	121

Território Sudoeste do Paraná

Diagnóstico para requalificação do PTDRS 2011-14

Território do Sudoeste, fins de abril de 2011

Índice

. Apresentação _____	51
. Área, localização e relevo _____	52
. Histórico e dinâmica da ocupação da terra _____	53
. Dados populacionais e renda _____	58
. Organização e gestão territorial _____	60
. Ensino Público _____	62
. Saúde e Saneamento _____	67
. Indicadores oficiais do desenvolvimento _____	70
. Dinâmica produtiva na agropecuária _____	71
. A prática da 'agricultura orgânica' _____	77
. As políticas públicas e o poder do território _____	79
. Enfoque campo-cidade para o desenvolvimento territorial _____	80
. Referências analíticas produzidas pelas instâncias territoriais _____	81
. O olhar dos CMDRs sobre a realidade territorial _____	85
. Anexos _____	89

Anexos com dados complementares
Na sua maioria detalhados por município

Variação Populacional _____	90
Aspectos Populacionais – Urbana, rural e ponderada _____	92
Índices de Desenvolvimento _____	94
Número de Estabelecimentos por Setor da Economia _____	96
Empregos Gerados por Setor da Economia _____	98
Lavouras Permanentes – Banana e Laranja _____	100
Principais rebanhos _____	102
Valor bruto da produção por atividade _____	104
Número de matrículas no Ensino Fundamental em 2006 - Abrangência Municipal _	108
Número de médicos e leitos em Hospitais por 1000 habitantes _____	110
Renda per capita, do trabalho, por chefe de família e transferências governamentais	112
Demonstrativo da evolução da disponibilidade de consultas e custos unitários _____	114
Desenvolvimento Territorial – Concepção e Método _____	115

Apresentação

Este documento combina as reflexões acumuladas na dinâmica da gestão territorial do Sudoeste do Paraná com os dados secundários acessados, de forma a permitir um olhar suficiente sobre o contexto, como base para requalificar o PTDRS.

Partindo do PTDRS 2007, foram utilizados os dados secundários conforme as fontes referidas, bem como dados primários produzidos durante a dinâmica territorial, especialmente nos debates do colegiado, das câmaras temáticas e das discussões dos CMDRs, estas últimas envolvendo a participação de 362 conselheiros/as. Contou-se ainda com entrevistas a informantes qualificados em áreas onde os dados padeciam de maior fragmentação e/ou não estavam publicados.

Para esta elaboração, foram fundamentais as contribuições e pistas aportadas pelo grupo de apoio à requalificação⁷, indicado pelo Colegiado Territorial, em novembro de 2010. A elaboração coube a Valdir P. Duarte, conforme contrato de repasse 0321679-88/2010 – MDA – PRONAT, de prestação de serviços de consultoria, firmado com a RURECO.

Um conjunto de dados detalhados, inclusive por município, encontra-se nos anexos.

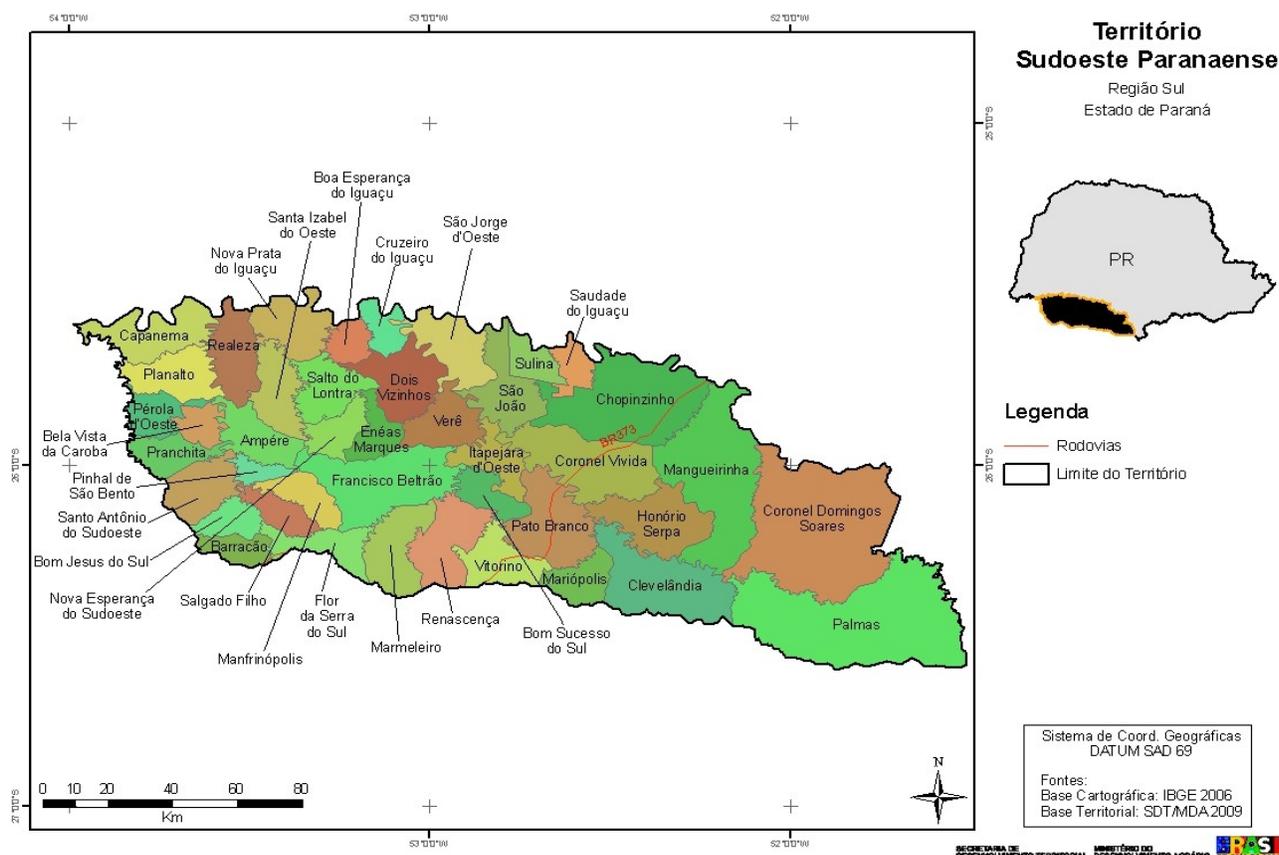
O documento foi apresentado ao colegiado territorial em 14 de abril de 2011, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para receber as contribuições finais.

A obtenção dos dados secundários referentes ao território, principalmente os oficiais, revelou um contexto de grande desatualização, fragmentação e burocratização. Em várias solicitações, esbarrou-se no argumento de que era necessário consultar diferentes comissões de ética e instâncias jurídicas para que os dados fossem disponibilizados. Assim, diante dos prazos estabelecidos para este trabalho, muitos dados não puderam ser incluídos ou articulados, configurando, de antemão, um desafio à organização territorial no sentido de constituir um coletivo que se ocupe, de forma permanente, com a produção e organização dos dados da realidade num nível de especificidade apropriados ao desenvolvimento territorial. Possivelmente as universidades públicas participantes do território sejam os principais atores dinamizadores de uma iniciativa neste sentido.

⁷ Roseli Alves do Santos, Sidemar Presotto Nunes, Nilton Fritz (coordenador), Jaci Poli, Rogéria P. Alba e Antônio Marcos Myskiw.

Diagnóstico Territorial 2011

Área, localização, clima e relevo



Situado no 3º Planalto Paranaense, o Território do Sudoeste do Paraná estende-se por uma área de 17.043 km² (8% do território estadual), partilhado politicamente em 42 municípios⁸. Limita-se, no sentido norte-sul, entre a margem esquerda do rio Iguaçu e a região Oeste de Santa Catarina e, no sentido leste-oeste, entre o território Centro-Sul e a província de Misiones – Argentina.

A constituição geológica é de basalto da formação Serra Geral, decorrente do derrame de lava do vulcanismo fissural ocorrido durante a era Mesozoica, resultando num relevo constituído por planaltos, com altitudes médias de 630 metros⁹, inserto no bioma da Mata Atlântica.

8 Ampère, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Eneás Marques, Francisco Beltrão, Flor da Serra do Sul, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Renascença, Realeza, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino, conforme o mapa acima.

9 Média calculada com base nos dados disponíveis na AMSOP - http://www.amsop.com.br/inf_territoriais.php

De acordo com a classificação climática de Koeppen¹⁰, ocorre o tipo climático pluvial temperado (mesotérmico), com a temperatura do mês mais frio entre 18° e – 3° C, sendo frequentes as geadas, enquanto as temperaturas médias anuais são inferiores a 21°C. O clima é úmido, sem estação seca, com chuvas bem distribuídas entre 1.000 e 2.000 mm anuais, classificado como Cfb - clima temperado marítimo úmido (maiores altitudes) e do Cfa - clima subtropical úmido (lugares mais baixos).

Entre esses dois tipos climáticos, podem ser identificados ainda cerca de dezoito microclimas, com variações de chuvas e temperaturas, conferindo ao território a possibilidade de cultivar uma gama de produtos pecuários e agrícolas. Em alguns municípios, é possível cultivar abacaxi, manga, cana-de-açúcar, maracujá, banana e abacate, espécies pouco resistentes a temperaturas mais baixas, enquanto que os municípios de maior altitude são propícios para o cultivo de uva, maçã, pêssego e cítricos (MDA, 2006). Devido ao relevo com declives acentuados, uma área de mais de 460.000 ha, equivalente a 39,6% de toda a região, é suscetível à degradação do solo por erosão, exigindo cuidados especiais nas atividades produtivas e em outros usos do solo. Potencialmente, este risco é maior segundo o IPARDES, alcançando 784.280 hectares, ou 46,12%, aumentando à medida que se ampliam as práticas da monocultura.

Não foi possível localizar mapas ou descrição mais detalhados em posse das organizações do território, de forma a permitir que as condições edafoclimáticas¹¹ específicas dos 18 microclimas acima referidos pudessem servir de base ao planejamento da estratégia territorial quanto à diversificação da produção agropecuária com enfoque ecológico, especialmente de alimentos, bem como melhorar a produtividade do trabalho. O avanço deste campo de conhecimento torna-se fundamental para considerar os potenciais diversos, passíveis de aproveitamento pela agricultura familiar, além de ser chave para contrapor-se aos monocultivos e à degradação das condições ambientais.

Histórico e dinâmica da ocupação da terra

“A ocupação brasileira do Sudoeste do Paraná, no século XIX e XX, moldou-se, economicamente, em torno de duas paisagens geográficas distintas: os campos de Palmas até Clevelândia, em que predominavam pastagens naturais, foram ocupados por fazendeiros procedentes de Guarapuava a partir de 1840. A região

10 Geógrafo e climatologista Russo, nascido em 1846.

11 Compreende-se por condições edafoclimáticas o estudo que combina fatores do meio, entre eles o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação solar, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e o índice pluviométrico.

que abrange Pato Branco, Francisco Beltrão e adjacências, até a fronteira com a Argentina onde predominava a floresta ombrófila mista, abundante em araucárias e erva-mate, prestou-se mais às atividades de extrativismo da erva-mate, suinocultura extensiva e, a partir da década de 1940, à agricultura familiar”. Protásio Paulo Langer - Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, p. 72, 2007.

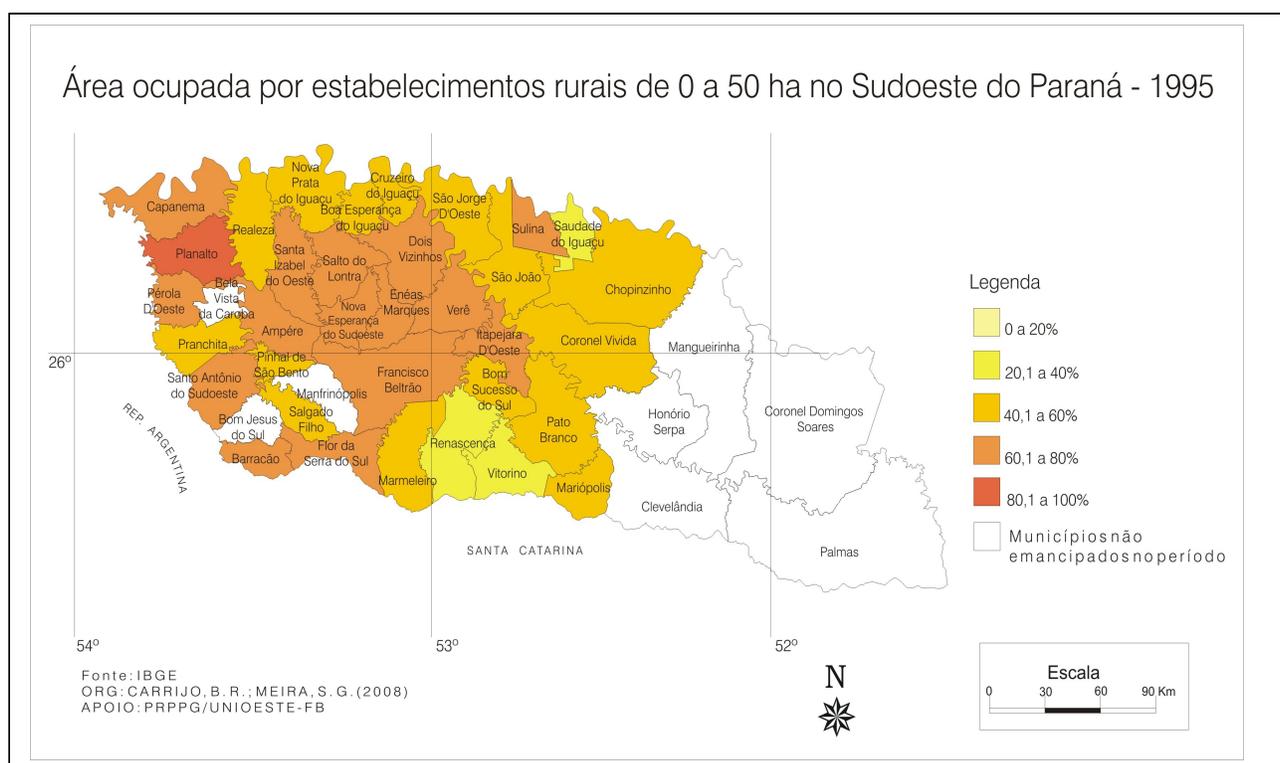
Normalmente estudados desde abordagens eurocêntricas e ufanistas, os povos indígenas originários são pouco percebidos na literatura desde a perspectiva da resistência – armada e cultural - aos conquistadores, uma vez que a ocupação do sul do Brasil, por descendentes de europeus, era constituinte do projeto geopolítico do império brasileiro da época, para apropriar-se de terras consideradas desocupadas, que atuou como viabilizador da conquista, indutor do povoamento, dotador de equipamentos e gestor da ocupação do solo. Refazer esta leitura constitui-se num desafio fundamental para equacionar as ações e as prioridades, tendo em vista incluir parcelas da população definidas na literatura como 'minorias', ausentes não apenas das políticas oficiais, como do imaginário e do pensar da população e das organizações territoriais.

Assim, o território do Sudoeste do Paraná foi ocupado, a partir do início do século XIX, por descendentes de origem luso-brasileira, que se instalaram, num espaço já povoado por populações indígenas das etnias Caingangue, Guarani e Xetá, cuja miscigenação, longe de ser pacífica, gerou o caboclo como grupo social típico. Já as migrações mais intensas ocorreram na década de 1940, devido ao esgotamento dos solos utilizados nos cultivos e à falta de terra para as gerações descendentes de migrantes europeus, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Em 1957, ocorre a Revolta dos Posseiros, na sua maioria, coincidentes com os migrantes acima referidos, em luta pela terra contra as companhias colonizadoras aliadas ao governo do Paraná¹². A vitória contra as companhias, fruto da aliança entre o capital comercial local e os colonos, com apoio de setores do governo federal, se refletiu na formalização da estrutura fundiária partilhada em pequenas unidades, a partir de 1962, com a criação do GETSOP – Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, constituído desde as políticas federais.

O mapa a seguir, embora referente a uma parte do território, ilustra a ocupação da terra por unidades agropecuárias menores de 100 hectares.

12 Moisés Lupion.



Extraído de: Representação Cartográfica como instrumento de análise da estrutura fundiária no Sudoeste do Paraná. Beatriz Rodrigues Carrijo, et al – 2008.

No período pós revolta, a cultura organizativa da população do campo do território, na defesa de seus interesses¹³, afirma-se e manifesta-se desde as elaborações e ações de enfrentamento às diretrizes da Revolução Verde e da questão agrária, a partir dos anos 1960 e 70¹⁴, gerando, a partir dos anos de 1980, um significativo número de organizações da população do campo, tais como cooperativas, sindicatos, associações e movimentos. Organizações, cuja existência traduz-se, no bojo do controle das estratégias territoriais, em períodos de autodeterminação e proposição e períodos de refluxo e cooptação.

O índice de Gini da estrutura fundiária dos municípios brasileiros, segundo o Atlas da Questão Agrária – Dataluta¹⁵ - UNESP, localiza o território do Sudoeste do Paraná na predominância dos valores 0,350, indicando um melhor nível da distribuição da terra se comparado ao índice nacional de

13 Como acima referido, pela indisponibilidade de elementos organizados, este quadro não incorpora a trajetória dos indígenas com as suas modalidades de resistência, ou a relação com a Guerra do Contestado, ocorrida temporal e geograficamente muito próximo. Apesar do esforço, trata-se do olhar e do estudo do colonizador.

14 Neste período, por influência da Igreja Católica, na atuação da JAC – Juventude Agrária Católica, foi criada primeira organização dos agricultores familiares no território, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, dedicada aos trabalhos organizativos, à formação pastoral e relativa às técnicas produtivas, confrontando-se, desde a sua origem, à Revolução Verde devido aos seus impactos sociais excludentes e à degradação ambiental.

15 http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm

0,802 e do Paraná, de 0,706¹⁶. Situando-se na classe de imóveis de até 100 ha, e caracterizado como parte do espaço nacional ocupado 'por movimentos socioambientais camponeses', o território sente-se constantemente tensionado pela abordagem derivada dos enfoques do agronegócio como estratégia de desenvolvimento.

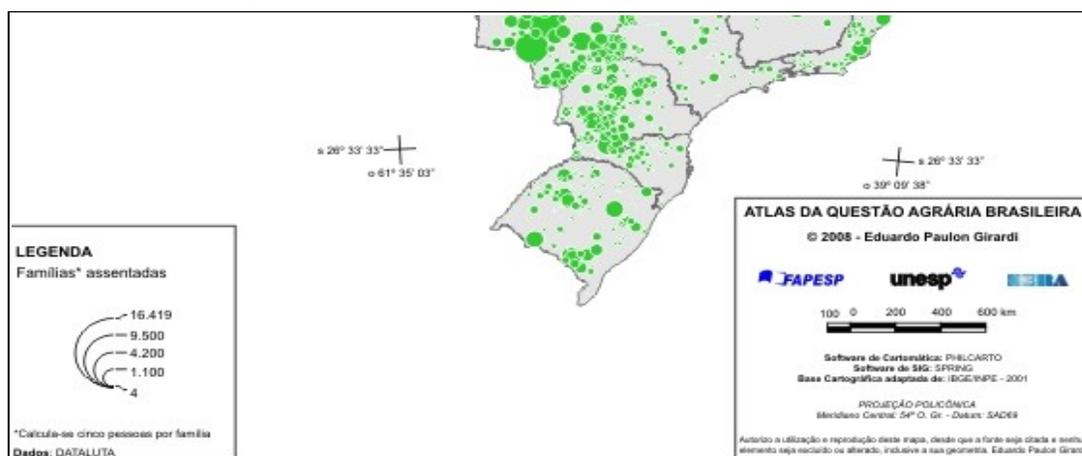
O MST informa que, em 2010, conta-se com 2.200 famílias assentadas e 500 acampadas no território.

Isto porque

*“a Agricultura Familiar/Campesinato e o Agronegócio, constituem-se em duas modalidades distintas e conflitivas de territorialização. (...) o campesinato e o latifúndio/agronegócio, apresentam dois diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e se confrontam no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.”*¹⁷
(Atlas da Questão Agrária).

A imagem a seguir, visualizando a grande quantidade de assentamentos, ilustra o movimento de desterritorialização e reterritorialização de agricultores familiares e camponeses em contraponto ao agronegócio no Brasil, cujo curso está plenamente ativo e impacta o território do Sudoeste, mantendo a incógnita quanto à sua efetivação como espaço apropriado às possibilidades de bem-estar equitativo, resultado esperado do desenvolvimento territorial.

Recorte do mapa dos assentamentos 1979-2006, no Brasil – Dataluta, 2011



Obs.: As marcas em verde indicam os assentamentos realizados nos últimos 25 anos, na sua absoluta maioria, como fruto de lutas sociais pela terra.

16 Os últimos dois dados são do SNCR-INCRA.

17 http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm

O uso da terra produtiva na agropecuária do território enquadra-se na caracterização lavouras/pastagens, estando, do ponto de vista da estrutura fundiária, da distribuição da terra conforme a tipificação, da titulação e da relevância na renda, conforme os dados abaixo, segundo o IBGE¹⁸.

Número de estabelecimentos agropecuários segundo a condição 'Agricultura Familiar'			
Território Sudoeste	Total	Agricultura não Familiar	Agricultura Familiar
	44 479	4 947	39 532
	100%	11,1%	88,9%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

Distribuição dos estabelecimentos agropecuários 'familiares' segundo condição da propriedade da terra				
Território Sudoeste	Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário
	39 532 88,9%	33 248	482	2 022
		74,8 %	1,1%	4,6%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

Área dos estabelecimentos agropecuários segundo à tipificação Agricultura Familiar e não Familiar.			
Em hectares e percentual			
Território Sudoeste	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
	969 951	403 316 ha	566 635 ha
	100%	41,58%	58,42%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor			
Em mil R\$ e percentual			
Território Sudoeste	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
	1 505 476	R\$ 513 637	R\$ 991 838
	100%	34,12%	65,88%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

18 Os dados das tabelas foram selecionados do conjunto geral para o território.

Segundo o IPARDES, 97% dos estabelecimentos possuem menos de 100 hectares – sendo que 44% dos estabelecimentos possuem até dez hectares, ocupando 73% da área total do território (totalização de 37 municípios).

Constata-se que, 88,9% destes estabelecimentos são caracterizados como Agricultura Familiar, ocupando 58,42% da área, respondendo por 65,88 % do valor da produção agropecuária no território e abrigando 84,1% da população do campo. O quadro revela que, dos 88,9% das unidades pesquisadas, 74,8 têm título de propriedade, 1,1 são assentados sem titulação definitiva e 4,6% são arrendatários. O restante das unidades são caracterizadas como não familiares.

Por sua vez, a agricultura não familiar revela, além da concentração fundiária, um menor índice de eficiência produtiva em relação à área ocupada, uma vez que, sendo 11,1% dos estabelecimentos, ocupa 41,58% da área e responde por 34,12% do valor produzido.

Segundo o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (2010), no Rio Chopim estão previstos 12 projetos para construção de hidrelétricas, alguns serão PCHs (com capacidade instalada de produção de até 50 megawatts) e outras hidrelétricas de grande porte - UHEs. No rio Chopim, 1200 famílias perderão suas terras, enquanto a UHE do Baixo Iguaçu, com capacidade de 350 megawatts, atingindo os municípios de Capanema, Realeza, Planalto, Capitão Leônidas Marques e Nova Prata, afetará 300 famílias no Território do Sudoeste do Paraná.

Dados populacionais e renda

A população do território teve um crescimento continuado de sua população, passando de 557.443 para 565.392 e para 585.696 habitantes, correspondentes aos censos de 2000, 2007 e 2010, segundo os dados do IBGE. A totalização do censo 2000 para 2010 indicou um crescimento da população total equivalente a 5,07%.

A variação populacional positiva, no seu movimento intra território, evidencia, conforme os quadros abaixo, os municípios que ganharam (18) e os que perderam (24), revelando a continuidade do processo de concentração populacional no período correspondente à primeira década deste século.

Ganho populacional intra territorial

Municípios	2000	2010	(%)
Palmas	34.819	42.868	23,12%
Francisco Beltrão	67.132	78.804	17,39%
Pato Branco	62.234	72.260	16,11%
Itapejara do Oeste	9.162	10.529	14,92%
Dois Vizinhos	31.986	36.059	12,73%
Santa Izabel do Oeste	11.711	12.825	9,51%
Ampére	15.623	17.108	9,51%
Saudade do Iguaçu	4.608	5.002	8,55%
Barracão	9.271	9.957	7,40%
Salto do Lontra	12.757	13.671	7,16%
Santo Ant.do Sudoeste	17.870	18.912	5,83%
Mariópolis	6.017	6.265	4,12%
Coronel Domingos Soares	7.004	7.238	3,34%
Vitorino	6.285	6.407	1,94%
Marmeleiro	13.665	13.900	1,72%
Pinhal de São Bento	2.560	2.600	1,56%
Realeza	16.023	16.246	1,39%
Capanea	18.239	18.430	1,05%

Perda populacional intra territorial

Municípios	2000	2010	(%)
Salgado Filho	5.338	4.375	-18,04%
Manfrinópolis	3.802	3.127	-17,75%
Honório Serpa	6.896	5.956	-13,63%
Sulina	3.918	3.393	-13,40%
Bela Vista do Caroba	4.503	3.921	-12,92%
Boa Esp. do Iguaçu	3.107	2.768	-10,91%
Pranchita	6.260	5.623	-10,18%
Verê	8.721	7.871	-9,75%
Bom Jesus do Sul	4.154	3.796	-8,62%
Pérola do Oeste	7.354	6.764	-8,02%
Coronel Vivida	23.306	21.692	-6,93%
Flor da Serra do Sul	5.059	4.723	-6,64%
Clevelândia	18.338	17.193	-6,24%
Mangueirinha	17.760	16.683	-6,06%
São João	11.207	10.576	-5,63%
Enéas Marques	6.382	6.080	-4,73%
Chopininho	20.543	19.635	-4,42%
Planalto	14.122	13.604	-3,67%
Nova Esp. do Sudoeste	5.258	5.082	-3,35%
Bom Sucesso do Sul	3.392	3.287	-3,10%
Cruzeiro do Iguaçu	4.394	4.266	-2,91%
São Jorge do Oeste	9.307	9.081	-2,43%
Renascença	6.959	6.802	-2,26%
Nova Prata do Iguaçu	10.397	10.317	-0,77%

Fonte: IBGE. Elaboração: Valdir Duarte

Os dados comparativos revelam ainda que se, em 2007, a população no campo somava 215.720 e nas cidades 338.006 habitantes, em 2010, no campo vivem 174.881 e nas cidades 412.624. Este movimento, só na última década, significou uma queda da população do campo de 39,37 para 29,27%. Ou seja, o conjunto de políticas implementadas, a despeito do suposto esforço e acerto dos investimentos, não reverteu o quadro de esvaziamento do campo.

Em relação ao saldo das trocas migratórias, os dados do IBGE/Ipardes, demonstram que, entre os anos de 1995 e 2000, embora se visualize uma queda em relação ao período anterior, o Sudoeste ainda perdeu 35.545 pessoas, sendo 18.956 para fora do Paraná e 16.589 nos movimentos populacionais inter-territoriais. No último período, os dados do IBGE indicam que o movimento migratório para fora do território estabilizou-se e, entre 2000 e 2010, aconteceu um crescimento populacional do território de 5,07%, enquanto no Brasil foi 12,3% e no Paraná de 7,1%, neste caso, indicando uma perda populacional relativa.

Segundo o IPARDES, a densidade demográfica média do território, em 2009, foi de 34,38 habitantes por km², enquanto a de 2007 era de 32,64. O grau de urbanização, em 2007, foi de 65,85 e o índice dos idosos é de 27,27.

A população economicamente ativa do território é de 276.966 e a renda média por 'chefe de família' é de R\$ 511,70 (IBGE-2000). No mesmo período, a renda per capita é de R\$ 202,22 e a renda por transferência governamental é de R\$ 15,3, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano Brasileiro.

Confinada numa reserva de 8.682 ha, uma população de 2.263 indígenas descendentes de Caingangues e Guaranis, vivem nos municípios de Mangueirinha e Coronel Vivida (IBGE – 2007) e, a despeito de que, em 1853, na emancipação política do Paraná, 40% da população do Estado era negra e que, hoje, segundo dados do IBGE, eles representam 28,5%, no território do Sudoeste, sabe-se, pela esparsa literatura existente, que escravos chegaram em Palmas, trazidos por fazendeiros vindos do Rio Grande do Sul, por volta de 1840, constituindo suas comunidades, denominadas Adelaides Maria Trindade e Castorina da Conceição, aproximando a convivência, segundo Ferreira e Nascimento (2010), entre seis núcleos familiares “os Ferreiras, os Silvas, os Trindades, os Batistas, os Fortunato e os Santos”. Atualmente, moradores da cidade de Palmas, os negros estão invisíveis ao conjunto das políticas e ao reconhecimento histórico.

Organização e gestão territorial

Nos âmbitos do governo, o mecanismo de gestão governamental do território do Sudoeste, tradicionalmente dispõe de uma associação de municípios (AMSOP) e duas das câmaras de vereadores (ACAMSOP).

De parte das organizações da agricultura familiar e camponesa, opera uma articulação de sindicatos de trabalhadores rurais (a mais antiga, atualmente FETRAF), 04 bases de serviços de cooperativas (Cresol - bases Sudoeste e Fronteira, Sisclaf e Siscoopaf); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR e o CAPA – Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores.

As organizações da agricultura familiar e camponesa mantêm em funcionamento o seu fórum regional, abrangendo os municípios da microrregião de Francisco Beltrão. Mantém-se, de longa data, formas organizativas que dão curso a atividades organizativas e formativas das mulheres do campo, de onde ganham corpo e contorno as reflexões e ações em torno da questão de gênero, relacionadas à problemática da participação, dos direitos, da cidadania e do desenvolvimento.

O núcleo da rede Ecovida de Agroecologia desenvolve atividades regulares, na estratégia da Garantia de Conformidade Orgânica, integrando em torno de 1500 pessoas, de 15 municípios do

território¹⁹, tendo iniciado, em 2010, o cadastramento de agricultores junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de acordo com a lei de conformidade orgânica (dados da ASSESOAR, 2010). A assessoria e acompanhamento ao núcleo tem sido realizados pela ASSESOAR e pelo CAPA.

O cooperativismo da agricultura familiar, segundo a UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar (2010), subseção Paraná, no território do Sudoeste, as cooperativas dedicadas ao crédito (Cresol), são 28 com 23.856 associados/as; à produção de leite (CLAF), são 22 com 4.923 associados/as; à comercialização (COOPAFI), são 14 com 959 associados/as. Dentre as organizações de técnicos, no formato cooperativo, o Siscooperater reúne um total de 05 cooperativas e 257 técnicos/as cooperados no território. Totaliza-se 69 cooperativas e 29.995 cooperados/as.

Estão em funcionamento, conforme o mapa interativo do site da ARCAFAR - Sul, em 16 municípios²⁰ do território, as Casas Familiares Rurais.

O colegiado territorial do Sudoeste do Paraná se mantêm em atividade desde a sua constituição, em 2004, composto atualmente por 13 entidades representantes dos governos e 13 das organizações da sociedade, aglutinando as organizações dos campos acima relacionados. A composição em 2011 está como abaixo descrito. Entidades da sociedade civil: FETRAF/ACESI, ARCAFAR, ASSESOAR, CAPA, COOPERIGUAÇU, CRESOL, IAPAR, INCRA, MST, MAB, SISCLAF, SISCOOPAFI e CMDR – PB e FB e pelas entidades governamentais: INCRA, UFFS, UTFPR, EMATER, UNIOESTE, IAPAR, SEAB, ASSEC, ASSEMA, NRE, AMSOP, ACAMSOP. Em 2010/11, a coordenação geral do território é realizada pela ASSESOAR, compondo a coordenação territorial com a EMATER, o CAPA e o IAPAR.

Na trajetória territorial, o colegiado foi instituindo instrumentos de gestão das políticas, tendo em vista a necessidade do acompanhamento às ações de desenvolvimento aprovadas no âmbito territorial, incluindo aquelas com investimento de recursos públicos. Devido à ausência, até o momento, de recursos para manter um serviço permanente de monitoramento, nas situações emergenciais, são constituídos grupos de trabalho que operam na busca e organização dos dados para subsidiar o colegiado nas análises e posicionamentos. A insuficiência de recursos para esta atividade estruturante do território

19 Francisco Beltrão, Verê, Coronel Vivida, Marmeleiro, Pato Branco, Capanema, Manfrinópolis, Ampere, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Bom Jesus, São Jorge D'Oeste, Cruzeiro do Iguaçu e Barracão.

20 Capanema, Bom Jesus, Manfrinópolis, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Santa Izabel D'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Enéas Marques, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, São Jorge D'Oeste, Sulina, Chopinzinho, Coronel Vivida e Pato Branco.

leva à intermitência destes trabalhos, normalmente realizados se, e quando, alguma das organizações membro do colegiado podem dispor de sua estrutura, prejudicando o apoio oportuno aos projetos em andamento. O acompanhamento realizado em 2010 demonstrou que, por falta de um serviço contínuo, parte dos problemas constatados não são mais possíveis de reorientação apropriada, levando inclusive a perdas do recurso investido.

Ensino Público

Foram concedidas em 2010, pelo governo federal, 28.684 bolsas família no território, segundo o relatório consolidado do programa bolsa família do MS/SE/DATASUS.

De acordo com a SEED, em 2009, as matrículas em creches correspondem a 7.227; na pré-escola, 9.706; no ensino médio, 28.667; e, no ensino superior, segundo o MEC/INEP, o total de matriculados é de 14.063.

Com relação às condições de funcionamento das escolas públicas estaduais e municipais, conforme a AMSOP (2011), a partir de dados referentes a 22 municípios do território, organizados pela câmara temática da educação, nestes existem 121 escolas no campo e são transportados, diariamente, para a cidade 14.213 estudantes.

O nível de instrução formal da população do campo, especificamente as que 'dirigem' as unidades produtivas, segundo o senso do IBGE de 1996, 53% alcançou, no ensino fundamental, o 1º grau incompleto e 14% o ensino fundamental completo; 02% cursou o segundo grau (técnico agrícola) e 10% outros cursos de nível médio; 6% não foi à escola mas sabe ler e escrever e 6% é analfabeto, enquanto 6% tem formação superior em diversas áreas.

As matrículas no ensino fundamental, no ano de 2006, segundo dados das Secretarias Municipais de Educação, coletados pela AMSOP, nos 42 municípios do território estão abaixo demonstradas.

Matrículas no Ensino Fundamental - Ano de 2006

	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série	Total
Estudantes	20.105	24.311	22.602	24.065	13.198	12.838	11.007	9.893	138019
Turmas	1070	1072	974	988	456	439	397	366	

O quadro demonstra uma diminuição do número de matrículas entre os que cursam a 1ª. e a 8ª. série num percentual de 49,96%, indicando, a necessidade de um estudo maior a este respeito, já que, aparentemente, há um processo escolar que exclui os estudantes das escolas do território nas series finais do ensino fundamental.

A análise relativa à condição da escola pública nas escolas do campo, elaborada pela Câmara Temática da Educação, a partir do conjunto dos dados em levantamento pela AMSOP, permite concluir que, referente aos 13 municípios já tabulados:

a) menos de 07% das pessoas que vivem no campo estão em idade escolar no ensino fundamental até a 4 série, o que significa afirmar que a população deste espaço está, cada vez mais, constituída de pessoas adultas, quadro que contrasta com o fato de 46% dos municípios não possuírem o programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA, o que revela, por um lado, que grande parte da população adulta já acessou a educação formal, ou a falta de interesse para o programa;

b) como as escolas no campo são nucleadas, mais de 90% dos estudantes não estudam nas localidades onde moram, não havendo um estudo de quanto tempo permanecem no transporte escolar e, para além do custo financeiro, nas relações custo benefício para o fechamento das escolas no campo, não são incluídos os cálculos relativos aos ganhos ou perdas pedagógicas e quanto aos impactos para o desenvolvimento territorial causados pelo esvaziamento das comunidades;

c) Neste sentido, a continuidade do fechamento das escolas nos últimos 10 anos, mostra a tendência do não atendimento à legislação relativa às Diretrizes e Bases da Educação do Campo, aprovadas pelo MEC, há mais de um década e que, mesmo tendo alcançado um índice de 62% dos municípios quanto à instituição da coordenação de educação do campo nas secretarias de educação, 62,5% destes não conhecem ou não trabalham com as diretrizes da Educação do Campo;

d) Nos 13 municípios cujos dados foram levantados, 43% das escolas estão no campo e estudam nelas 25% dos educandos matriculados, indicando que, mesmo a estrita racionalidade econômica normalmente aplicada pelos gestores da educação pública na tomada de decisões quanto aos investimentos nas estruturas públicas de educação fundamental, não se revela eficaz de forma padronizada no território;

e) Do total dos professores dos referidos municípios, 20% trabalham em escolas do campo, mas uma minoria dedica-se de forma exclusiva às escolas do campo, o que explica grande parte das

dificuldades de avançar na criação das condições pedagógicas apropriadas às especificidades, à valorização, aos aspectos da identidade dos povos do campo;

f) As classes multisseriadas existem em apenas cinco escolas, 25 possuem educação infantil, o que representa uma melhor estruturação pedagógico-organizacional da educação do campo nos 13 municípios estudados. Em relação à organização pedagógica da educação básica, verifica-se, nos anos iniciais, um número maior de escolas organizadas por séries, enquanto os ciclos predominam nas séries finais;

g) Existem 40 diretores e 30 coordenadores pedagógicos para um total de 49 escolas municipais do campo, além de 70 profissionais auxiliares. Tais números relevam que as estruturas administrativas destas escolas estão aquém da necessária ao funcionamento satisfatório. Quando diretores ou coordenadores pedagógicos trabalham em mais de uma escola, as distintas rotinas prejudicam o envolvimento com as problemáticas específicas da escola e da comunidade;

i) Por outro lado, verifica-se um quadro positivo no que diz respeito à condição funcional e de formação dos professores. Mais de 70% são efetivos, sendo o número de contratados e estagiários inferior a 10%. Há uma significativa parcela de professores com habilitação de magistério, licenciatura ou pedagogia, combinada com uma procura dos professores por formação continuada em cursos de especialização, mestrado e doutorado;

j) Com apontamento positivo pelo diagnóstico está o fato da maioria dos professores lecionarem em uma escola e atuarem apenas na docência, sendo pequeno o número dos que compartilham a atividade docente com outra atividade não docente. Tal aspecto influi nos projetos de investimento em formação continuada devido à disponibilidade de tempo e um vínculo mais profundo com a escola, um potencial para realizar as atividades educativas de forma mais contextualizada e situada.

Modalidades de ensino que organizam o tempo de estudo em alternância com o tempo de casa e trabalho são, atualmente, utilizadas pelas Casas Familiares Rurais, pelo Curso Técnico em Agroecologia – ASSESOAR e pela Licenciatura em Educação do Campo – UTFPR - Dois Vizinhos, sendo um debate atual na Universidade Federal Fronteira Sul, com referência a cursos que envolvem a população do campo, como o de medicina veterinária. Dentro de uma pedagogia pautada pelo reforço à autodeterminação, à capacidade técnica, organizativa e política da população do campo, a disposição do

tempo de estudo em alternância tem sido referida pelas entidades participantes do território como uma modalidade adequada à dinâmica da vida no campo e nas UPVFs²¹, contribuindo para manter o vínculo com as comunidades e a identidade da agricultura familiar/camponesa. Mas, apesar dos posicionamentos já formulados com relação à sua maior eficácia com relação ao estudo da população do campo, tal modalidade não é oferecida em nenhuma das escolas públicas regulares.

No território, funcionam 02 colégios agrícolas, Francisco Beltrão, que formou 55 técnicos em 2010, e em Clevelândia, cuja publicação do número de formandos não foi localizada. Estes colégios cumprem uma demanda caracterizada no sistema de ensino como técnico profissionalizante. Uma das dificuldades relatadas pela reportagem da formatura 2010, da turma de Francisco Beltrão, é que dificilmente os jovens formados nestes colégios seguirão a profissão dos pais.

No âmbito da Articulação Sudoeste de Educação do Campo, com participação no comitê paranaense de educação do campo, a ASSESOAR assessora, no bojo do Projeto Vida na Roça, em acordo com o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, a escola de São Francisco do Bandeira, cuja dinâmica reconstruiu a relação com as comunidades do campo e o reorganizou o currículo, no intuito de acumular conhecimento e gerar referências, tornando-se uma iniciativa pioneira do Paraná, para o ensino médio no campo, conforme publicado na página 'dia a dia da educação, do governo do Paraná'²².

As universidades públicas, atualmente, comprometidas nas dinâmicas territoriais, componentes do colegiado, são Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Universidade Federal Fronteira Sul – UFF - Campus de Realeza, Universidade Tecnológica Federal - UTFPR, Campus de Dois Vizinhos e Pato Branco. Grupos de estudo destas universidades que constituem e dinamizam enfoques aproximados dos desafios da abordagem territorial do desenvolvimento destacam-se o GETERR – Grupo de Estudos Territoriais, da Unioeste e o grupo de Agroecologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus de Dois Vizinhos.

A trajetória territorial vivenciada produziu formas organizativas como a Articulação Sudoeste de Educação do Campo, tendo acumulado um conjunto de ações e publicações, foi assumida pela dinâmica territorial como uma das câmaras temáticas hoje atuantes.

21 UPVFs – Unidades de Produção e Vida Familiar, conforme definição cunhada pela ASSESOAR no âmbito das Escolas Comunitárias de Agricultores - ECAs, em meados dos anos de 1990. Um conceito que oferece categorias capazes da superação do enfoque produtivista carregado pela expressão UPF – Unidade de Produção Familiar.

22 Cfe. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/noticias/article.php?storyid=1690>

Segundo a AMSOP, em 2008, dados um tanto defasados devido à criação de mais universidades e cursos, o território contava com 18 instituições de ensino superior, cujo peso relativo ao número de estudantes matriculados pode ser assim visualizado:

UNIOESTE	1270
CESUL	437
UNIPAR	1920
FAF	233
FAMPER	518
UNICENTRO – Chopinzinho	402
FESC	235
CESREAL	253
UNISEP	1778
VIZIVALI	378
MATERDEI	378
FADEP	1513
UTFPR – FB	52
UTFPR - DV	126
UTFPR – PB	1563
UNICS	1532

As totalizações relativas a estas instituições revela:

Instituições de Ensino Privadas	13
Instituições de Ensino Público Estadual	02
Instituições de Ensino Público Federal – UTFPR	03
Instituições de Ensino de 3o. Grau	18
Municípios com instituições de 3o. Grau	10
Número de Cursos de 3o. Grau	111
Número de turmas	464
Estudantes	14.145
Professores	1158

Quanto à formação dos professores destas instituições, 75 são graduados, 418 pós graduados, 56 mestrados, 445 mestres, 46 doutorandos, 113 doutores, 04 pós doutorandos e 01 pós doutorado.

Saúde e Saneamento

A taxa de mortalidade infantil, segundo a CESA, em 2008, é 15,51 para mil NV. O IPARDES demonstra que os índices de saneamento básico reproduzem o padrão estadual de acentuada defasagem em relação ao serviço de esgotamento sanitário. Enquanto as áreas urbanas do território Sudoeste, de modo geral, apresentam cobertura de abastecimento de água e coleta de lixo em índices próximos à média estadual, grande parte dos municípios apresentam cobertura em esgotamento sanitário abaixo de 5%. Segundo o DATASUS, em 2005, o número dos estabelecimentos de saúde pública no território era de 290 e os privados 138 e o número de médicos é de 1,55 por 1000 habitantes, enquanto o de leitos é de 3,82 por 1000.

Quanto ao sistema público de atendimento à saúde no território²³

A estrutura do serviço

Com base na legislação federal que estrutura o Sistema Único de Saúde – SUS, o atendimento à saúde, a partir da estrutura estatal, está organizado em três níveis:

- a) A Atenção Básica, implementada no âmbito dos municípios, e por eles coordenada, focada especialmente nos programas de acompanhamento à população, nos locais onde vive, a exemplo do programa de saúde da família - PSF;
- b) O serviço de Média Complexidade, de caráter ambulatorial, operacionalizados pelo CRE – Centro Regional de Especialidades e pelo atendimento hospitalar neste nível;
- c) O atendimento de Alta Complexidade, com vistas a implementar o atendimento ambulatorial e hospitalar, conforme esta exigência.

As condições de implementação do direito

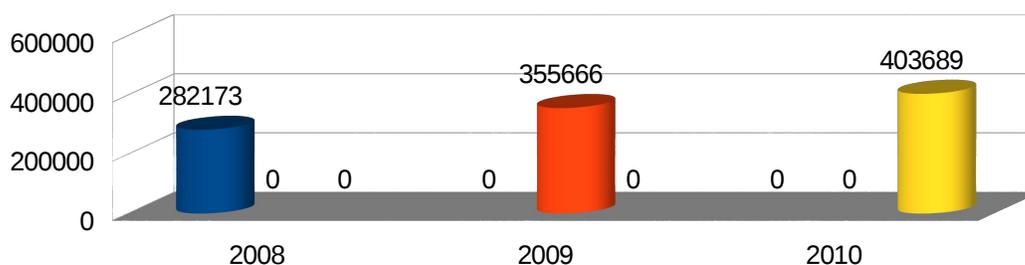
A execução dos serviços de atendimento à saúde, conforme aprovado pela constituição federal de 1988, tratando da saúde como direito, definiu que o sistema nacional de saúde guia-se pelos princípios da Universalidade, da Integralidade, da Equidade e da Descentralização. Sem a preocupação em descrever cada princípio neste documento, parte-se deles para analisar a situação do atendimento à saúde pública no território.

²³ Elaboração feita incluindo as informações obtidas no diálogo com Rosemari Guarda – coordenadora geral da ARSS – Associação Regional de Saúde do Sudoeste do Paraná, em março de 2011.

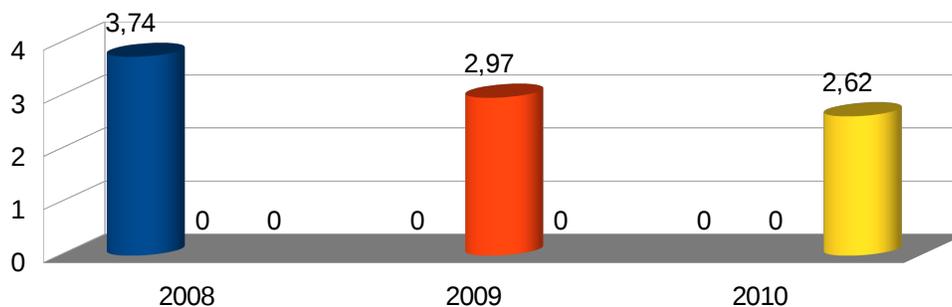
Observa-se, quanto à atenção básica, de responsabilidade organizativa dos municípios, com cofinanciamento do governo federal, que a cobertura do programa, nos 32 anos após a promulgação da lei, talvez tenha atingido 50% da população no território, havendo diferenças nos níveis de cobertura entre os municípios, sendo mais baixa nos municípios menores.

Já nas demandas de média complexidade, a descentralização do atendimento a partir das estruturas públicas não se efetivou por falta de investimentos, o que tem levado o atendimento a ser realizado por empresas hospitalares privadas. O avanço mais recente, ainda em operação inicial, foi a criação do hospital regional, em Francisco Beltrão. Mesmo assim, os atendimentos neste nível tiveram uma ascensão numérica nos anos de 2008, 2009 e 2010, enquanto houve queda no custo médio dispendido por atendimento, conforme revelam os dados abaixo²⁴.

Evolução do número de atendimentos - total anual
relativo a 27 municípios



Evolução do custo unitário por atendimento
Relativo a 27 municípios



Fonte: Associação Regional de Saúde do Sudoeste do Paraná.
Elaboração: Valdir Duarte

²⁴ Um quadro detalhado destes dados se encontra nos anexos.

Estes dados levantam questões quanto ao número de atendimento a consultas, se é satisfatório, ou se o será enquanto não se considerar prioritários os investimentos nas ações básicas de saúde, incluindo fatores como o saneamento, o tipo e a qualidade da alimentação e as condições de trabalho. Ao mesmo tempo, a diminuição do custo, pode ter a ver com maior eficiência, traduzida na eficácia das ações, mas pode tratar-se apenas de uma equação que revela o atendimento de uma demanda maior, nas mesmas condições de disponibilidade de recursos.

Por fim, com relação aos atendimentos de alta complexidade, estão parcialmente atendidas no território as especialidades de audição e hemodiálise, com falta de atendimento, por ordem decrescente de gravidade, a Osteopatia, a Neurologia, a Psiquiatria, a Dermatologia e a Ginecologia/Obstetrícia. Neste nível, as estratégias de atendimento adotadas exigem transporte de doentes para lugares distantes, levando ao encarecimento do sistema e drenando os recursos para o transporte, em prejuízo à qualidade do atendimento, uma vez que submete os pacientes, normalmente com significativo grau de gravidade, ao desgaste do deslocamento rodoviário.

Tal quadro deficitário afeta os gestores pela insuficiência de recursos²⁵ e pela dependência em relação aos interesses privados na área da saúde, desembocando em desafios.

Um *primeiro* campo dos desafios tem a ver com os investimentos, no sentido de torná-los suficientes e compatíveis com o contexto territorial. A superação deste limite, concretamente, deverá apontar uma estrutura pública de atendimento à saúde autosuficiente em relação às empresas hospitalares privadas, condição indispensável para que a política pública seja efetivada de acordo com os princípios legalmente instituídos.

Um *segundo* desafio refere-se à formação de profissionais para a saúde pública. Constata-se como um avanço fundamental a criação de cursos de medicina nas universidades públicas no âmbito territorial, contudo, há duas condições fundamentais no perfil destes cursos, através dos quais as universidades públicas podem contribuir para a superação dos problemas atuais: (1) a formação de profissionais de saúde motivados a atuarem na saúde pública, (2) organização curricular que permita a estes profissionais não só valorizarem, mas atuarem na saúde básica.

O *terceiro* desafio está em colocar em funcionamento o hospital regional, recém-inaugurado, no sentido de que, com uma estrutura adequada, se possibilitaria vincular a ele, por exemplo, os atendimentos do CRE, posicionando de forma marginal a necessidade de relacionar-se com modalidades

25 Como exemplo, a quantificação de consultas, num total de 10.920 para os 27 municípios do âmbito da 8ª Regional, não é definida com base num diagnóstico das necessidades, mas em função dos recursos disponibilizados, normalmente insuficientes.

privadas de atendimento, uma nova condição melhoraria a autonomia e a eficiência dos investimentos públicos.

De forma resumida, os desafios podem assim ser elencados:

- a) Consolidar o sistema público de saúde;
- b) Efetivar a universalização, combinada com um trabalho de conscientização dos usuários, para que possam atuar de forma a potencializar e melhor aproveitar a estrutura e os serviços disponíveis;
- c) Formação de profissionais com enfoque para os principais problemas enfrentados no contexto territorial, especialmente o nível básico;
- d) Melhorar o sistema de gestão do trabalho, com equipamentos adequados;
- e) O Estado assumir o controle do atendimento público à saúde.

Indicadores oficiais de Desenvolvimento

Quanto aos índices de desenvolvimento, segundo o ADHB, o gini-renda é de 0,57; o IDHM é de 0,65; o IDHM - longevidade é de 0,77; IDHM-educação 0,85, enquanto o IDHM é de 0,76, no ano de 2006.

Um aporte debatido demonstra que os dados gerais (índices médios oficiais publicados) apesar de permitirem análise interterritoriais, não se mostraram suficientes para formular estratégias territoriais equitativas no desenvolvimento entre os municípios já que, devido às dinâmicas políticas tradicionais, convivem com grandes disparidades. A título de exemplo, seguem recortes quanto à dinâmica populacional do território, permitindo o comparativo entre ganho e perda populacional dos municípios, no período entre os dois últimos censos do IBGE.

Municípios com perda populacional		Municípios com ganho populacional	
Manfrinópolis	-1,78	Capanema	0,15
Salgado Filho	-1,75	Marmeleiro	0,18
Honório Serpa	-1,36	Realeza	0,20
Sulina	-1,34	Pinhal de São Bento	0,23
Bela Vista da Caroba	-1,25	Coronel Domingos Soares	0,33
Boa Esperança do Iguaçu	-1,09	Vitorino	0,36
Pranchita	-1,00	Mariópolis	0,42
Verê	-0,97	Barracão	0,50
Bom Jesus do Sul	-0,86	Santo Antônio do Sudoeste	0,58
Pérola d'Oeste	-0,80	Salto do Lontra	0,72
Coronel Vivida	-0,67	Saudade do Iguaçu	0,87
Flor da Serra do Sul	-0,66	Ampére	1,08
Clevelândia	-0,60	Santa Izabel do Oeste	1,22
São João	-0,54	Dois Vizinhos	1,32
Enéas Marques	-0,44	Itapejara d'Oeste	1,50
Chopinzinho	-0,42	Pato Branco	1,63
Mangueirinha	-0,40	Francisco Beltrão	1,76
Planalto	-0,32	Palmas	2,32
Bom Sucesso do Sul	-0,28		
Nova Esperança do Sudoeste	-0,28		
Cruzeiro do Iguaçu	-0,27		
São Jorge d'Oeste	-0,24		
Renascença	-0,21		
Nova Prata do Iguaçu	-0,03		

Certamente políticas territoriais genéricas não tratarão adequadamente o município de Manfrinópolis, podendo beneficiar apenas o bloco dos municípios em maior crescimento, listados no quadro entre Ampére e Palmas. Cabe compreender as condições que levam estes municípios a concentrarem população enquanto os outros continuam perdendo, na dinâmica intra territorial. Análise semelhante se pode fazer com relação aos outros índices.

Dinâmica produtiva na agropecuária

Conforme o IBGE, no ano de 2006, 47,3% dos estabelecimentos familiares na agropecuária utilizaram financiamento e, quanto à orientação técnica, 51,5% a utilizaram, sendo 12,5% provida por governos, 14,7 por cooperativas (64,35% dos estabelecimentos são filiados a cooperativas), própria 5,4%, por integradoras 4% e por empresas privadas, 2,4%. Agrotóxicos foram utilizados em 67,7% dos estabelecimentos.

A evolução da ocupação da área do território em ha, de 1996 a 2006, revelam um aumento da área de pastagens em 81,7%, da área dedicada às lavouras em 8,32% enquanto a área reocupada com matas e florestas, cresceu em 52%²⁶.

Comparada à dinâmica do Paraná, destoa o crescimento da área de pastagem, certamente associada ao crescimento da atividade leiteira que, de 1996-2006, aumentou 132% e a produção média por estabelecimento cresceu em 200%. Esse processo de aumento da produção de leite veio acompanhado de uma queda no número de estabelecimentos que o produzem em 22,6%, sinalizando para a concentração da atividade produtiva na cadeia (IBGE, 2008).

De acordo com o IBGE, entre 1996 e 2006, período compreendido entre os censos agropecuários, o efetivo de praticamente todas as espécies animais e a produção animal aumentaram: bovinos (33,3%), aves (243,3%), ovos (429,7%), leite (132,3%). Dentre as principais espécies comerciais, apenas o efetivo de suínos reduziu 8,7%, conforme totalização elaborada por Sidemar Presotto Nunes.

Evolução da ocupação da área dos estabelecimentos agropecuários em 1996 e 2006 – em hectares.

	Total	Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Sudoeste PR	1.212.678	492.500	537.229	345.784	422.875	122.952	236.120

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: Sidemar Presotto Nunes.
Foram utilizados dados parciais da tabela original.

No território, a presença do Pronaf é tida como consolidada, atingindo a maior parte dos(as) agricultores(as) familiares. Contudo, para os agentes locais do crédito, como as Cresol, há um forte direcionamento do Banco do Brasil no destino dos recursos do Pronaf, cujo custeio é estritamente para as culturas de soja e milho, sendo que, mesmo a cultura do feijão, teria dificuldades de obter o crédito para custeio. A certeza do crédito para esses setores favorece, por sua vez, a emergência de um mercado de “pacotes tecnológicos”, em consonância com o quadro nacional demonstrado nos gráficos abaixo, em que empresas e cooperativas realizam vendas, para os agricultores familiares, de venenos, adubos e sementes para o plantio de cada safra. Na safra 2008/09, distribuído num total de 30554 contratos, o volume de crédito movimentado, do Pronaf, foi de R\$ 303.323.061,83, segundo dados do Banco do Brasil.

²⁶ Dados relativos a 37 dos 42 municípios – IBGE, 2008.

Gráficos comparativos entre a disponibilidade do Pronaf e o uso de agrotóxicos.



Gráficos elaborados em 2010, segundo dados do Banco do Brasil e ANVISA, por Valdir Duarte

No mesmo contexto, localiza-se a dificuldade de implementação da agricultura ecológica e/ou orgânica, com base no crédito público. As culturas de hortaliças, frutas, mel e cana-de-açúcar estão voltadas para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local, que se dá pela venda direta ou via atravessador, normalmente com baixa agregação de valor. O quadro atual é de necessidade de compra de hortaliças e frutas de outros territórios e estados, apesar do potencial local.

A comercialização constitui-se num dos principais gargalos para o desenvolvimento da agricultura familiar no território e as alternativas em base associativa ainda são incipientes. Iniciativas no setor de frangos diferenciados, embutidos, compotas, vinho, mel e laticínios apresentam um potencial de inserção da agricultura familiar em processos de agroindustrialização de pequeno porte e de acesso a novos mercados, mas o Pronaf Investimento, nesses casos, é pouco explorado, somando-se à ausência de políticas públicas estruturantes para este setor.

Ainda no que se refere à comercialização, a ausência da infraestrutura pública (formação, informação e logística) para os alimentos naturalmente diversificados, mantém a produção da agricultura familiar e camponesa refém das dinâmicas animadas a partir das empresas privadas, com foco nos mercados distantes, cujo critério prioritário de organização reduz-se à maximização do lucro, alcançada

na padronização e na produção em escala. Neste contexto, um conjunto de iniciativas locais de produção e comercialização de alimentos escapa das decisões políticas enquanto estratégia relevante. A percepção e o posicionamento sobre as feiras e a comercialização direta não se constitui em estratégia sequer das cooperativas da agricultura familiar²⁷, quanto mais em componente relevante de investimentos estatais. Enquanto isso, as atividades de comercialização local em curso se revelam como uma potente, e pouco explorada, ferramenta de inclusão econômica das famílias, cujas condições produtivas se encontram mais deterioradas²⁸.

Segundo o IBGE, Censo Agropecuário de 2006, quanto à orientação técnica, dos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste do Paraná, 60,06% não a receberam, 18,41 receberam ocasionalmente e 21,53 receberam regularmente. Estes índices no Paraná, respectivamente, são de 55,92%, 20,05 e 24,03%.

Em termos da produção agrícola, o Território Sudoeste é responsável por 10% da produção total de grãos no estado. Entre 1991 e 2000, a produção de milho e soja cresceu a taxas de 80% e 47%, respectivamente. De modo geral, na maioria dos municípios, a pauta agrícola é pouco diversificada e reproduz o padrão, com predominância desses dois produtos. Para 26 dos 37 municípios considerados nestes cálculos, soja e milho representam mais de 70% do valor da produção agrícola. No caso da pecuária, merece destaque o crescimento, para o mesmo período, de aves (51%), do leite (116%) e dos suínos (123%). O rebanho de bovinos, de acordo com dados do IBGE de 2005, é de 1.092.094 cabeças, caprinos 17.243 e bubalinos 1.816 cabeças.

A agricultura familiar está concentrada nas atividades agropecuárias de grãos, principalmente milho e soja, e leite. A produção em geral é vendida a grandes empresas ou cooperativas. Em menor medida, mas também com uma presença importante no sistema de integração à agroindústria, destaca-se a criação de aves, fumo e suínos.

Segundo o SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002), os empregados na indústria eram 25.002, no comércio 14.818, nos serviços 2.142 e na agropecuária 3.983. O número de estabelecimentos por setor é representado pela seguinte descrição: agências bancárias – 75, indústrias – 1252, construção civil – 397, comércio – 3312, serviço – 2521 e rurais – 51668.

27 (...) nos nossos municípios, os dirigentes acabam não apostando porque tem que dedicar tempo, tem que ter método, tem que ter afinidade, tem que ter planejamento, tem que ter acompanhamento, organização de local, dia, padrão.” Trecho de entrevista a dirigente do Siscoopafi, concedida a Valdir Duarte, em julho de 2009. In *Ecologia como Ideologia*.

28 *Desenvolvimento Multidimensional do Campo: concepção e método*. 2011, ASSESOAR.

Quanto ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), o território tem apresentado crescimento positivo em 3,2%, 4,5% e 5,4%, em 1991, 2000 e 2008, respectivamente, conforme dados da Secretaria de Estado da Fazenda. A região possui perfil econômico especializado numa produção agropecuária de pequenos e médios produtores, porém em atividades de baixa agregação de valor. Enquanto isso, as políticas públicas municipais investem na busca de alternativas de industrialização prioritariamente em modalidades fora da produção agropecuária, movida a subsídios e doações públicas.

No território, o programa de aquisição de alimentos (PAA) se desenvolve com duas linhas mais comuns: a compra antecipada especial e a compra direta da agricultura familiar. Segundo a Conab, 80% dos R\$ 5,5 milhões destinados, em 2005, ao PAA no Paraná, se concentraram no Sudoeste, o que favoreceu a diversificação produtiva da agricultura familiar ao criar mercado, principalmente para o açúcar mascavo, farinha e frutas.

Conforme as conclusões do Seminário sobre Crédito e Endividamento no Sudoeste do Paraná, realizado em Janeiro de 2011, as estratégias em relação à produção são frágeis, evidenciadas pelo planejamento baseado em percepção de curto prazo, quadro onde se fortalecem e implementam as diretrizes de empresas ou cooperativas que pautam a produção por meio da venda dos “pacotes tecnológicos”, dependência assentada na ausência de controle dos mecanismos de comercialização.

A insustentabilidade da reprodução da agricultura familiar nesse sistema revela-se no contexto de estiagens sucessivas, no aumento do custo da produção convencional, na dinâmica do preço da soja e do milho no mercado e na progressiva degradação do solo. Tal quadro leva a uma retomada do endividamento por parte da agricultura familiar, transformando o Pronaf num mecanismo de rolagem das dívidas e financiamento do consumo familiar.

No ano de 2000, de acordo com IBGE, na totalização para 37 dos 42 municípios, o território do Sudoeste teve a menor taxa de desempregados(as): 8% contra 13% para o Paraná. Quanto à distribuição dos ocupados pelos setores de atividade, o setor primário, da agropecuária, absorvia 42% dos ocupados do território contra 20% do Paraná. Na composição do Produto Interno Bruto, segundo o IBGE-2004, dos 42 municípios do território do Sudoeste, a agropecuária é o segmento da economia com maior participação, representando 41,4% do total. Por sua vez, os serviços representam 32,8%, e a indústria, 25,7%.

Apesar destes indicadores, segundo o cálculo do IBGE/IPARDES, no período de 2003/07, no espaço territorial caracterizado como região administrativa de Pato Branco (RA-14), o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, na agropecuária, teve um desempenho de -13,8%, a indústria de 48,1% e os serviços de 44,4%. A região administrativa de Francisco Beltrão (RA-13) demonstrou, na totalização dos seus municípios, que a agropecuária teve um desempenho de 3,5%, a indústria de 44,5% e os serviços de 55,9%. Considerando que, como componentes do mesmo território, estes espaços mantêm diferenças significativas na estrutura fundiária e na dinâmica produtiva da agropecuária, pode-se inferir que a capacidade econômica da agricultura familiar, em unidades produtivas menores, demonstra maior capacidade de enfrentamento das adversidades e de contribuição com a economia territorial. Ao mesmo tempo, o quadro indica que o investimento na industrialização é mais pujante na região administrativa de Pato Branco.

Quanto à orientação técnica recebida pelas unidades produtivas agropecuárias, os dados do censo do IBGE de 2006 revelam:

Ocasional	Regular	Não recebeu	Total pesquisado
7.252	8.479	23.659	39.390

Quanto à filiação a cooperativas e entidades de classe:

Associado	Cooperativa	Entidade de classe	Total pesquisado
16.538	1.508	13.892	39.390

No que tange às grandes diretrizes que pautam as ações produtivas no território, não é visível nas políticas públicas, bem como nas abordagens ambientais, a preocupação com a agrobiodiversidade, quadro consonante com o crescimento das práticas de monocultivos. Os enfoques oficiais e ambientais restritos à proteção da diversidade de animais e plantas silvestres, seguindo o padrão de pensamento nacional²⁹. Este contexto constitui-se num limitante estratégico para o território do Sudoeste do Paraná, que permanece capturado por modalidades de pensamento que o inserem no quadro sócio produtivo do Paraná e Nacional de forma subalterna, desfocado do seu potencial produtivo, ecológico e de contribuição ao bem-estar e à saúde pública, derivados de padrões apropriados de alimentação naturalmente diversificada e não contaminada.

²⁹ Agrobiodiversidade: diversidade cultivada - <http://www.slowfoodbrasil.com/content/view/310/95/>

Dadas estas condições, as possibilidades de práticas produtivas agropecuárias pautadas pela diversificação e pela sustentabilidade sofrem restrições importantes, quadro no qual as organizações da agricultura familiar, ao implementarem os investimentos territoriais feitos para a agroecologia, chegaram a resultados altamente limitados, possivelmente não justificando novos investimentos na mesma modalidade.³⁰

Prática da 'agricultura orgânica'

No ano de 2006, segundo o censo agropecuário do IBGE, nos 42 municípios do território, 1111 unidades produtivas agropecuárias 'fazem uso' da agricultura orgânica, sendo que 273 destas recebem alguma modalidade de certificação. Os praticantes representam 2,2 % do total das unidades, que totalizam 49.934. O maior número de praticantes por município aparece na tabela abaixo, considerando apenas os com mais de 50 praticantes)³¹:

Capanema	124
Francisco Beltrão	128
Nova Prata do Iguaçu	52
Santo Antônio do Sudoeste	54
Chopinzinho	57
Coronel Domingos Soares	74
Planalto	82

Do total das unidades produtivas do território, 10.102 afirmaram fazer uso de alguma modalidade alternativa de controle de pragas. Destas, 1596 utilizam controle biológico, 376 queimam resíduos e restos de cultura, 8.658 utilizam repelentes, caldas e iscas.

Os eventos avaliativos do PTDRS 2007-10 posicionaram-se no sentido de que o objetivo de assumir a perspectiva ecológica de produção como um dos componentes da sustentabilidade, especialmente ambiental, não foi alcançado. Ao contrário, houve um recuo e a modalidade tecnológica do agronegócio ganhou força.

A decisão tomada no PTDRS anterior considerou o caráter desafiador de implementar a agroecologia, uma estratégia com fortes dificultadores econômicos, tecnológicos e políticos, exigindo

³⁰ Diagnóstico de implementação dos projetos apoiados pelo PRONAT, entre os anos de 2003 e 2008, na área de investimento, encaminhado pela coordenação do colegiado, em 2010.

³¹ A relação completa dos municípios se encontra nos anexos.

desvincular-se das referências da produção ecológica como 'negócio privado' e como 'nicho de mercado', para gerar os indicadores de viabilidade. Nesta condição, tal objetivo só seria possível com um investimento efetivo da sociedade, especialmente das organizações da agricultura familiar mas, sobretudo, do Estado, tradicionalmente fomentador do agronegócio. Assim, as avaliações indicaram a limitação da implementação da perspectiva ecológica na produção, inclusive nas ações onde o território investiu em infraestrutura.³²

Houve referência nas avaliações quanto ao problema das políticas públicas relacionadas ao crédito para a agroecologia, bem como à formação dos agricultores e agricultoras, além do suporte técnico e da ausência de mecanismos eficientes de comercialização, com autonomia em relação aos meios controlados pelas empresas privadas. Aparentemente tal quadro não se alterou, cabendo uma análise mais apurada das causas, caso se confirme a agroecologia como importante para o desenvolvimento territorial.

Uma das reflexões possíveis para elucidar estas dificuldades diz respeito ao fato de predominar no território a abordagem da modernização da agricultura e da pecuária, na sua condição de subordinação à indústria, cuja perspectiva é entendida como avanço, tornando-se um anseio e, simbolicamente, significando avanço, já que adota um componente não crítico das dinâmicas tecnológicas no seu contexto e relação social. O enfoque da modernização da agricultura assenta-se na abordagem funcionalista e individualista de interpretação da realidade, por isso valoriza o mérito pessoal (aproveitamento das oportunidades, competitividade, empreendedorismo) e afirma a educação como fator principal de mobilidade social, uma vez que crê que o indivíduo formado técnica e profissionalmente teria maiores chances de sair da miséria e se realizar economicamente, pelas próprias forças.

Ao mesmo tempo, a modernização exige centralização de poder, resultado conseguido pela burocratização. Então, se para os indivíduos da agricultura familiar e camponesa, o conhecimento técnico é indispensável para o sucesso econômico, há que organizar formas de acesso mediadas, burocratizadas, como tem feito, de longa data, pelos serviços tradicionais de Ater. Os conhecimentos, inclusive os mais básicos, são concentrados nos técnico/as, de maneira que a empresa, ou o Estado, possa controlar. Este controle seria muito difícil caso o acesso ao conhecimento fosse massificado. São objeto

32 Conforme relatório apresentado por Rogéria P. Alba, aprovado pelo Colegiado Territorial em 11 de maio de 2010.

desta burocratização, no caso da agricultura familiar e camponesa, especialmente o conhecimento técnico-produtivo e o gerencial-administrativo.

Além da fragilidade e/ou indisposição política das organizações da Agricultura Familiar e do Estado, compreender o avanço do agronegócio implica em analisar a atuação das empresas privadas, obviamente colocando acima, e antes, de qualquer necessidade ambiental, equitativa, política ou filosófica, o crescimento contínuo do lucro. Neste sentido cabe um olhar especial sobretudo àquelas que se movem intra território, como as agropecuárias e agroveterinárias e os setores de fomento das cooperativas de produção.

As agropecuárias/veterinárias, no território Sudoeste do Paraná, em atividade, totalizam mais de 170 empresas, segundo relação extraída da lista telefônica online (www.telelistas.net), em outubro de 2010³³. Como dado ilustrativo, uma vez que não se dispõe da totalização territorial quanto ao número de pessoas contratadas por estas empresas, *“um dos dirigentes entrevistados informa que, em Francisco Beltrão, a estrutura de técnicos ligados às empresas agropecuárias, em tempo integral, que atua diariamente junto às famílias, é de 70 pessoas, enquanto as organizações da pequena agricultura, destinam apenas ½ tempo de 01 pessoa”*³⁴.

As políticas públicas e o poder do território

O volume de recursos públicos liberados à gestão por parte do grupo gestor do território é de aproximadamente R\$ 1 milhão por ano, enquanto que se estima que o total de recursos públicos destinados ao território do Sudoeste do Paraná é de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão ao ano. Conclui-se que os recursos disponíveis ao GGTESPA são mínimos em comparação ao volume total de recursos públicos aplicados (0,05%³⁵), o que leva a afirmar, ainda sem considerar os investimentos via empresas privadas (como os disponibilizados pelo BNDS), que a lógica do desenvolvimento não é discutida e não passa pelo colegiado e pelo âmbito territorial, mas segue outros canais e outras lógicas, conforme analisou e concluiu seminário de planejamento territorial, realizado em julho de 2010.

33 Levantamento realizado por Valdir Duarte.

34 Trecho elaborado com base no depoimento de Lindomar Schmitz, concedido a Valdir Duarte, em 14 de abril de 2010. In Ecologia como Ideologia – 2010.

35 Cálculo realizado por Sidemar P. Nunes, no primeiro semestre de 2010.

Se, de um lado, o volume de recursos é baixo, de outro, diversos projetos aprovados pelas organizações que compõem o grupo gestor foram apoiados politicamente pelo território e a própria execução conta com a participação do GGETESPA, como por exemplo, o curso de Licenciatura em Educação do Campo, a criação da Universidade Federal Fronteira Sul, projetos de assistência técnica e investimentos produtivos, como os feitos na estratégia leite e na comercialização e nos espaços físicos para formação.

Ao longo do tempo, o grupo gestor, na tentativa de se afirmar como um novo ator, ou se tornar o principal ator dentro de seu âmbito específico, realizou movimentos de aproximação com outros atores, particularmente com as prefeituras e a sua associação de municípios. Esforços também foram desenvolvidos tendo em vista firmar-se diante de representantes dos órgãos que coordenam o desenvolvimento territorial, como a SDT e a delegacia do MDA no Paraná.

O governo Estadual repassou ao território, em 2007, R\$ 162.225.341,15, relativos ao FPM, ICMS, Fundo de Exportação, royalties de petróleo e IPVA. Já o governo Federal transferiu um total de R\$ 272.121.446,94, provindos de FPM, ITR, LC 87/96 (lei Kandir), CIDE, FEX e FUNDEB. Há dificuldades em analisar os impactos e a relevância destes dados de forma isolada, já que não se dispõe dos totais alocados por outras linhas oficiais de crédito, especialmente dos de cunho empresarial.

Enfoque campo-cidade para o desenvolvimento territorial

Os enfoques originários dos espaços próximos às grandes regiões metropolitanas tendem a hegemonizar o pensar no sentido de criar o consenso com relação à extinção/absorção do rural pelas cidades, já que estas são consideradas como agentes dinamizadores e decisores dos parâmetros do desenvolvimento. Por esta razão, tais abordagens revelam-se inapropriadas para dar conta do pensar territorial, na perspectiva da equidade, em lugares como o Sudoeste do Paraná e a maioria dos territórios definidos pela política nacional da SDT.

A alternativa, considerando as produções de Marques³⁶ (2002) e Oliveira (2004)³⁷, é assumir que as maiores modificações no campo brasileiro, que buscam fazer frente ao êxodo e ao empobrecimento massivo, são provindas da ação dos movimentos sociais, da presença de conflitos, da instalação de assentamentos rurais e da territorialização do agronegócio. Conflitos e tensões mostram a

36 MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Ed. Terra Livre, São Paulo, 2002.

37 OLIVEIRA, A. de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Publicado em: Agricultura brasileira: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais. Brasília: Via Campesina, 2004.

necessidade de formular e colocar em curso uma estratégia de desenvolvimento do campo que incorpore o social, democratize o econômico e articule as cidades.

Tal enfoque ganha consistência e relevância teórica e política porque tanto o povo empobrecido do campo, quanto da cidade, está, diuturnamente, em busca de alternativas de produção e dignidade, tendo à frente o desenvolvimento centrado na propriedade privada e na sistemática ausência do Estado enquanto mecanismo de equidade social.

Referências analíticas produzidas pelas instâncias territoriais

Um olhar coletivo formulado a partir dos debates do conselho gestor do território aponta que o Sudoeste do Paraná se caracteriza pela existência de conjunto histórico de organizações sociais que procuram se colocar como resistência ao modelo de desenvolvimento atual. Contudo, mesmo na estrutura fundiária parcelaria e baseada em pequenos produtores, o Território é um local onde o agronegócio está consolidado e em processo de expansão. É urgente, portanto, para estas organizações sociais, analisarem suas próprias práticas diante das demais, se quiserem continuar se apresentando como portadoras de uma estratégia de resistência.

As empresas atuantes no território, para manter ou elevar seus lucros, promovem a intensificação dos sistemas produtivos, tendo em vista a redução dos custos operacionais, resultando em concentração da produção, uso crescente de capital, endividamento dos agricultores, crescente uso das tecnologias chamadas modernas, cujas consequências ao meio ambiente e à saúde humana são pouco conhecidas, debatidas e/ou consideradas, exercendo uma progressiva pressão sobre os recursos naturais.

Apesar dos diversos avanços conquistados em termos de acesso a direitos públicos, as organizações econômicas da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná não têm conseguido estabelecer um caminho com relevantes diferenças com relação ao proposto pelo mercado controlado pelas empresas, até porque se encontram inseridas nele e, para sobreviverem, utilizam estratégias semelhantes de intensificação dos sistemas produtivos, em prejuízo ao avanço da agroecologia que, de acordo com o último PTDRS, deveria ser a diretriz principal das ações. Nesse sentido, faz-se necessário analisar como se firmam as estratégias de desenvolvimento no território, particularmente como e onde são aplicados os recursos públicos, pois, apesar de se tratar de uma economia de mercado, as forças populares e democráticas organizadas são indispensáveis para gerar mudanças na condição da cidadania, na alocação justa dos meios produtivos e no acesso aos meios essenciais de vida.

Na condição efetiva do desenvolvimento territorial, diante dos avanços e limites, cabe um conjunto de questões sobre a noção, o caráter e a natureza do território, bem como do colegiado que o dirige³⁸.

- a) Concebe-se o território como o espaço geográfico do Sudoeste do Paraná, substituindo o que se costuma chamar de região? O que muda com esta troca de nomenclatura?
- b) O território é uma articulação de atores que possuem uma visão comum sobre as lutas, conflitos, disputas e contradições?
- c) O colegiado pretende se afirmar enquanto representante de todos ou de um determinado campo de interesses? Como o grupo gestor se legitima politicamente de forma a articular os interesses que representa?

No que se refere ao caráter e à natureza³⁹, o grupo gestor pode se assumir enquanto: **a. Canalizador de recursos públicos.** Para isso seria necessário reunir um conjunto de esforços para viabilizar o financiamento de distintos projetos que favoreceriam o desenvolvimento. Assumida esta perspectiva, torna-se fundamental elucidar e consensuar quais recursos e que noção de desenvolvimento; **b. Formulador de políticas públicas.** Com base na própria experiência metodológica e noção de desenvolvimento, o grupo gestor ocupar-se-ia em dinamizar processos participativos com o objetivo de formular políticas públicas. Então, visualizar e acordar quais políticas são estratégicas e como elas posicionam os diferentes atores territoriais tornar-se-ia uma prática corriqueira; **c. Articulador de políticas públicas.** Considerando que atualmente há sobreposição e desarticulação nas políticas públicas (na formulação e na execução), ao mesmo tempo em que não se pautam por uma noção única de desenvolvimento, caberia ao grupo gestor organizar estas políticas, de forma a torná-las mais efetivas; **d. Articulador político.** Nesse caso assume-se enquanto fórum político que trata das questões de desenvolvimento, sem, no entanto, assumir o papel de canalizador de recursos públicos. O desafio estaria em constituir-se como legítimo sem a capacidade de aporte financeiro; **e. Articulador dos atores do campo popular.** Nesse caso, participariam dele somente os atores considerados do campo popular, sem a presença de representações dos órgãos de Estado. Há um risco, no entanto, de assumir o papel que atualmente pertence ao fórum regional de entidades. **f. Articulador dos atores do Estado e do campo popular.** Nesse caso, além das entidades do fórum de entidades participam também órgãos do Estado,

38 Conforme debate conjunto do Colegiado e das Câmaras Temáticas, realizado em 15 de julho de 2010, na UNIOESTE.

39 O tópico a seguir foi elaborado pelo prof. Sidemar Presotto Nunes, como exposição provocativa ao debate do Colegiado e das Câmaras temáticas.

tensionado quem representa efetivamente o Estado com poder de encaminhamento e reorientação de políticas, bem como o que cabe ao estado nas ações de desenvolvimento territorial e como se lidaria com outros atores da sociedade civil; **g. Articulador de projetos empresariais e da relação com as empresas no processo de desenvolvimento.** Nesse caso, o grupo gestor se ocuparia do papel de “atrair” investimentos que promoveriam o desenvolvimento e negociaria as estratégias territoriais com as empresas. **h. Apoiar projetos do contexto territorial que estejam de acordo com as diretrizes do GGTESPA e MDA.** O grupo gestor se reservaria de discutir e apoiar os projetos que seriam desenvolvidos pelas organizações que o compõem. Novamente a questão sobre a legitimidade vem à tona. **i. Orientar-se-ia pela ideia de conflito,** considerando que há interesses opostos e antagônicos que não são possíveis negociar. **j. Orientar-se pela ideia de consenso,** considerando que todos os interesses podem ser concertados a ponto de serem complementares e favorecerem o processo de desenvolvimento.

A concepção de território assumida pelo Estado (MDA, SDT) caracteriza-se pelo realce a esta última concepção. Contudo, o território pode assumir uma ou mais formas acima indicadas, desde que elas não sejam contraditórias.

O seminário de planejamento territorial realizado em junho de 2010, analisando aspectos da realidade territorial, deu-se conta, no caso da sucessão na agricultura familiar, que as dificuldades não se devem somente à restrição da renda, problema já amplamente estudado e debatido, lembrando que, recentemente, a Epagri-SC confirmou por pesquisa essa constatação.

Evidenciou-se os conflitos entre gerações e a escola pública é compreendida como desajustada e incompatível com o mundo territorial de base econômica agropecuária. A nucleação da educação no campo foi considerada o 'começo do fim', pois aprofundou o desenraizamento e, o ensino formal por disciplina, impede articular conhecimento e realidade, servindo apenas à lógica do mercado. As escolas agrotécnicas e colégios agrícolas seguem formando profissionais com base no modelo da revolução verde, assentado numa abordagem que, quando fala em aumentar emprego, promove uma tecnologia que desemprega. Afirmou que o campo sofre uma 'invasão invisível' da mídia comercial, portadora de uma proposta que massifica e reforça, no pensamento cotidiano, a impressão de que o desenvolvimento atual torna-se possível somente com base em grandes e concorrenciais modalidades produtivas.

Quanto ao acesso e uso terra, duas realidades se mostram: a caracterizada por parcelamento de maior tamanho, concentra na região de Palmas, Clevelândia, Coronel Domingos Soares,

Mangueirinha, Honório Serpa e a outra triangulando Renascença, São Jorge, Capanema, com unidades fundiárias de menor porte, tipicamente familiares.

No território, ocorre uma fraca política de assentamentos, longe de uma reforma agrária que avance para tornar equitativa as condições de vida dos povos do campo, ao mesmo tempo em que a experiência com relação à política de crédito fundiário demonstra não se configurar como uma solução satisfatória.

A origem do Estado brasileiro, constituído e dinamizado como instrumento de dominação de classes, cumpre o papel de garantir o nível de concentração da riqueza no campo, de maneira que o capitalismo, no Brasil, diferentemente da Europa, não julga necessário democratizar o acesso e o uso da terra para que ocorra o desenvolvimento com democracia, contexto no qual, o crédito fundiário, se torna um paliativo, já que a promoção da inviabilidade é contínua e se agrava. *“A agricultura não está em lugar privilegiado como se diz estar”*.

Fazendo parte do movimento mundial que visa prover de forma abundante e garantida a disponibilidade de energia, tida como indispensável ao curso atual do desenvolvimento, no território do Sudoeste, as iniciativas da construção de hidrelétricas é retomada num quadro onde menos de 1% das empresas consomem cerca de 50% da energia produzida no Paraná; para a população trabalhadora se pratica o 4º preço mais alto de energia do mundo, apesar de um dos custos mais baixos, enquanto os grandes consumidores pagam apenas o custo⁴⁰. É por isso que ao formular propostas para o desenvolvimento territorial, torna-se urgente a pergunta: energia para que e para quem?

Torna-se necessário compreender e considerar os limites do Estado para o desenvolvimento territorial desejado, para saber o que fazer e encontrar um horizonte para as diretrizes e ações, considerando que, atualmente, o território não é o local reconhecido na formulação e canalização das políticas públicas.

40 O cálculo do preço para o consumidor pessoa física é estabelecido com base no custo do kwatt produzido pelas termoelétricas europeias.

O olhar dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRs, sobre o desenvolvimento territorial⁴¹

1 - Organização política e concepção de desenvolvimento

De maneira geral, os membros dos CMDRs presentes nos encontros têm um tempo de participação superior há cinco anos nos conselhos, demonstrando que, apesar da diversidade de condições e dinâmicas entre os conselhos, há um valoroso acumulado de experiências e conhecimentos em vista dos desafios da democratização da políticas de Estado e de Governo, na perspectiva de torná-las públicas.

Mesmo com este significativo tempo de atividade, os participantes afirmaram haver ainda dificuldade quanto à compreensão do papel dos conselhos no desenvolvimento nos municípios, visto que, por um lado, as condições políticas (relações de poder) diferem de município para município e de um governo municipal para outro, após os eventos eleitorais. Por outro, a estrutura disponibilizada, até o presente, conta com estrutura insuficiente para acompanhar e aprofundar uma dinâmica permanente de assessoria e formação dos conselheiros. Por estas razões, uma parte dos conselhos ainda 'são de gabinete', não tendo condições de influir nos rumos do desenvolvimento.

A abordagem territorial do desenvolvimento não é conhecida pela maioria dos conselheiros atuantes, quadro agravado pelo dia a dia de atuação isolada dos municípios na tentativa de solução de seus problemas. Solução cujo método, normalmente, encontra-se centrado no executivo, que faz seguidas 'romarias' para Curitiba e Brasília, num esforço, na maioria das vezes, frutífero apenas para os maiores municípios do território.

Constatou-se que há uma 'periferia' nas ações de desenvolvimento no território, que fragilizam de forma mais rápida os municípios menores, quadro agravado pela prática, aceita e pouco questionada, das emendas parlamentares como uma das ferramentas mais utilizadas no desenvolvimento territorial e dos municípios.

Afirma-se que as emendas parlamentares poderiam contribuir caso os recursos canalizados fossem direcionados pelos planos municipais de desenvolvimento, construídos de forma participativa, o que não vem ocorrendo. Como os recursos das emendas são muito maiores do que aqueles disponíveis para que o território organize políticas de investimentos, observa-se que a maioria das emendas se destina a municípios onde há maior número de eleitores, uma vez que os mandatos 'vivem e se alimentam' dos votos. Ou seja, as emendas são um instrumento que desequilibram os investimentos,

41 Posicionamentos formulados pelos CMDRs dos 42 municípios, nos meses de março e abril de 2011.

enfraquecendo ainda mais os municípios menores. Neste sentido, quanto maior volume de recursos via emendas parlamentares, maior é o empecilho para o desenvolvimento territorial.

Por esta razão, o sucesso da proposta territorial de desenvolvimento exige a criação de novos meios de acesso aos recursos públicos que se guiem por um enfoque solidário entre os municípios, diminuindo o peso ou eliminando as emendas parlamentares e a prática concorrencial entre os mesmos. Os consórcios já experimentados poderiam ser uma estratégia a adotar no desenvolvimento territorial.

Ao analisar a história recente dos investimentos no Território do Sudoeste do Paraná (últimos 20 anos), tem sido recorrente afirmações como: *'a agricultura familiar está abandonada'*, *'a renda do pequeno agricultor é cada vez menor'*, *'tudo o que se investe favorece as empresas enquanto o agricultor sai da roça'*, *'a agricultura vai se esvaziar'*, *'a juventude não quer ficar na roça'*, *'a educação está fora da realidade'*, *'os municípios menores estão ficando sem gente'* ... Então, se faz 20 anos que já se verificava esta situação e, de lá para cá, se fala muito dos investimentos realizados, do aumento efetivo dos recursos disponíveis, de que as políticas estão mais apropriadas, por que é que o problema, ao invés de se resolver, se agravou?

Vive-se um quadro onde não adianta apenas aumentar investimentos e disponibilizar recursos se eles não geram autonomia, renda e condições dignas de vida em todos os lugares. É hora de questionar profundamente as bases, os rumos e as políticas de desenvolvimento colocadas em prática, bem como seus meios de definição e gestão.

Mesmo os escassos investimentos territoriais (0,05% do total dos recursos públicos investidos no território), focados no beneficiamento de sementes, banco de germoplasma, cursos de formação, agroecologia, controle biológico, estruturação de cooperativas de leite e comercialização, enfrentam problemas de direcionamento que os coloca em dificuldade de funcionar. Os rumos e as políticas colocadas em prática, até o momento, foram ineficazes contra o esvaziamento do rural e o empobrecimento da população do campo, especialmente dos municípios menores, mas também do Sudoeste, se comparado a outros territórios do Paraná. Se foi realizado um aumento da produção bruta, houve aumento também a concentração.

Verifica-se, por outro lado, que até agora o tratamento do desenvolvimento territorial tem se dado apenas com os CMDRs, sem atuação conjunta com os outros conselhos já atuantes nos municípios, o que enfraquece o território, uma vez que mais da metade da população, hoje, vive nas cidades. Há limites para pensar e planejar o município e o território de forma que contemple o campo com suas comunidades e as cidades.

O último aspecto levantado quanto à organização política diz respeito à sintonia entre os poderes municipais, estaduais e federais nas ações de desenvolvimento, cuja superação da fragmentação a organização territorial pode contribuir em grande medida.

2 - A infraestrutura

A estrutura fundiária atual tem características limitantes para o desenvolvimento territorial e vem sendo agravada pelo aumento da concentração fundiária na mão dos grandes proprietários. Ao mesmo tempo, há a ausência de meios legais que garantam os investimentos nos espaços de vida e trabalho no campo, há falhas graves quanto à participação nas atuais formas de definir e gerir os planos anuais, o orçamento e o plano plurianual dos municípios, razão pela qual a constituição de cada município deverá incluir, com urgência, novos meios, legalmente amparados, para garantir a participação nas tomadas de decisão.

Repete-se, em variados lugares e há muito tempo, a ideia de que é necessário 'agregar valor' aos produtos dos agricultores. Contudo, as agroindústrias de pequeno porte ficam no papel por falta de recursos, acompanhamento técnico e empecilhos legais, enquanto as formas industriais de grande porte tendem a selecionar um pequeno número de agricultores mais capitalizados que '*permanecem no mercado*', como sempre aconteceu na história do território. A luta pela implantação do SUASA, parece esbarrar no campo político, ao não enfrentar o interesse das grandes empresas que industrializam e comercializam.

As infraestruturas viárias, de comunicação e ensino, tendem a se concentrar nos municípios maiores, com uma leve, e recente, tendência de desconcentração das estruturas públicas de ensino superior e tecnológico. Tal situação de concentração tem sido constante devido à prática tradicional dos gestores públicos municipais que buscam o desenvolvimento do município baseados na doação de recursos públicos para o capital privado, a instalar-se preferencialmente nas cidades. Do ponto de vista territorial, são os municípios que já contam com um histórico de acumulação de infraestrutura e renda que, concorrendo com os municípios mais frágeis, sediam iniciativas econômicas, mesmo que elas tragam poucas vantagens, se consideradas as necessidades da maioria da população.

O acompanhamento técnico público hoje disponibilizado às comunidades e às famílias é insuficiente e, na sua maioria, inadequado, o que facilita a contaminação do ambiente e dos alimentos pelos agrotóxicos. É consenso que o uso dos agrotóxicos está causando danos à saúde das pessoas no

Território do Sudoeste, sendo necessário realizar pesquisas para confirmar e tomar as decisões e medidas para resolver o problema.

As áreas urbanizadas das cidades são mais atrativas para os jovens, se relacionadas com as condições da área rural. Destacam-se as condições de conforto nas moradias, o saneamento que é praticamente inexistente na área rural, a dificuldade de acesso aos financiamentos apropriados à maioria das condições das famílias do campo. O transporte e estradas rurais dificultam o deslocamento de filhos de agricultores para estudar em cursos técnicos e superiores, obrigando-os morar na cidade. O acesso ao atendimento aos problemas de saúde por parte dos agricultores, por realizar seus afazeres nas primeiras horas do dia, é limitado porque geralmente não chegam a tempo de conseguir uma consulta, sendo forçados a permanecer todo o dia na cidade para ser atendidos. A segurança no meio rural também é precária, devido as distâncias e falta de policiamento.

Por fim, o meio rural é abandonado quanto ao a meios de comunicação como internet e telefonia, já que o poder público deixou este serviço para as empresas privadas e estas só fazem onde há muitos usuários, para aumentar seus lucros.

Anexos do diagnóstico

Dados complementares

Tabela 01- Variação Populacional
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR

Município	População 2000	População 2007	Variação População (2000 - 2007)
Ampére	15.623	17.067	9,24
Barracão	9.271	9.027	-2,63
Bela Vista da Caroba	4.503	4.136	-8,15
Boa Esperança do Iguaçu	3.107	2.866	-7,76
Bom Jesus do Sul	4.154	3.835	-7,68
Bom Sucesso do Sul	3.392	3.061	-9,76
Capanema	18.239	18.103	-0,75
Chopinzinho	20.543	19.224	-6,42
Clevelândia	18.338	17.599	-4,03
Coronel Domingos Soares	7.004	7.480	6,80
Coronel Vivida	23.306	21.571	-7,44
Cruzeiro do Iguaçu	4.394	4.150	-5,55
Dois Vizinhos	31.986	34.001	6,30
Enéas Marques	6.382	5.974	-6,39
Flor da Serra do Sul	5.059	4.685	-7,39
Francisco Beltrão	67.132	72.409	7,86
Honório Serpa	6.896	6.169	-10,54
Itapejara d`Oeste	9.162	10.537	15,01
Manfrinópolis	3.802	3.306	-13,05
Mangueirinha	17.760	17.119	-3,61
Mariópolis	6.017	5.805	-3,52
Marmeleiro	13.665	13.156	-3,72
Nova Esperança do Sudoeste	5.258	5.182	-1,45
Nova Prata do Iguaçu	10.397	10.452	0,53
Palmas	34.819	40.485	16,27
Pato Branco	62.234	66.680	7,14
Pérola d`Oeste	7.354	7.046	-4,19
Pinhal de São Bento	2.560	2.524	-1,41
Planalto	14.122	13.649	-3,35
Pranchita	6.260	5.811	-7,17
Realeza	16.023	15.809	-1,34

Renascença	6.959	6.762	-2,83
Salgado Filho	5.338	4.666	-12,59
Salto do Lontra	12.757	12.480	-2,17
Santa Izabel do Oeste	11.711	11.434	-2,37
Santo Antônio do Sudoeste	17.870	18.565	3,89
São João	11.207	10.900	-2,74
São Jorge d`Oeste	9.307	8.979	-3,52
Saudade do Iguaçu	4.608	4.931	7,01
Sulina	3.918	3.445	-12,07
Verê	8.721	8.002	-8,24
Vitorino	6.285	6.310	0,40
Total Território	557.443	565.392	1,43

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e contagem da população em 2007.

Tabela 02 - Aspectos Populacionais
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR

Município	População Total	Rural		Urbana		População Ponderada(1)	Área(K m2)	Densidade Demográfica
		Nº absolutos	%	Nº absolutos	%			
Total Território	557.443	215.720	38,70	338.006	60,64	557.443	17.091,0	32,62
Ampére	15.623	5.220	33,41	10.403	66,59	15.623	303,0	51,56
Barracão	9.271	3.446	37,17	5.825	62,83	9.271	177,6	52,20
Bela Vista da Caroba	4.503	3.746	83,19	757	16,81	4.503	148,0	30,43
Boa Esperança do Iguaçu	3.107	2.543	81,85	564	18,15	3.107	152,3	20,40
Bom Jesus do Sul	4.154	3.772	90,80	382	9,20	4.154	162,3	25,59
Bom Sucesso do Sul	3.392	2.085	61,47	1.307	38,53	3.392	190,9	17,77
Capanema	18.239	8.928	48,95	9.311	51,05	18.239	419,0	43,53
Chopinzinho	20.543	10.014	48,75	10.529	51,25	20.543	983,0	20,90
Clevelândia	18.338	3.524	19,22	14.814	80,78	18.338	703,6	26,06
Coronel Domingos Soares	7.004	6.207	88,62	797	11,38	7.004	1.559,9	4,49
Coronel Vivida	23.306	8.574	36,79	14.732	63,21	23.306	689,5	33,80
Cruzeiro do Iguaçu	4.394	2.180	49,61	2.214	50,39	4.394	161,7	27,17
Dois Vizinhos	31.986	9.604	30,03	22.382	69,97	31.986	418,9	76,36
Enéas Marques	6.382	5.132	80,41	1.250	19,59	6.382	195,0	32,73
Flor da Serra do Sul	5.059	4.469	88,34	590	11,66	5.059	258,5	19,57
Francisco Beltrão	67.132	12.301	18,32	54.831	81,68	67.132	719,2	93,34
Honório Serpa	6.896	5.453	79,07	1.443	20,93	6.896	531,5	12,97
Itapejara d'Oeste	9.162	4.201	45,85	4.961	54,15	9.162	250,1	36,63

Manfrinópolis	3.802	3.354	88,22	448	11,78	3.802	215,9	17,61
Mangueirinha	17.760	11.310	63,68	6.450	36,32	17.760	1.027,0	17,29
Mariópolis	6.017	2.246	37,33	3.771	62,67	6.017	231,8	25,96
Marmeleiro	13.665	6.497	47,54	7.168	52,46	13.665	392,0	34,86
Nova Esperança do Sudoeste	5.258	4.034	76,72	1.224	23,28	5.258	202,9	25,91
Nova Prata do Iguaçu	10.397	5.086	48,92	5.311	51,08	10.397	344,6	30,17
Palmas	34.819	3.408	9,79	31.411	90,21	34.819	1.586,1	21,95
Pato Branco	62.234	5.429	8,72	56.805	91,28	62.234	540,1	115,23
Pérola d'Oeste	7.354	4.634	63,01	2.720	36,99	7.354	224,3	32,79
Pinhal de São Bento	2.560	1.823	71,21	737	28,79	2.560	96,9	26,42
Planalto	14.122	9.308	65,91	4.814	34,09	14.122	330,5	42,73
Pranchita	6.260	3.100	49,52	3.160	50,48	6.260	226,5	27,64
Realeza	16.023	6.072	37,90	9.951	62,10	16.023	354,9	45,15
Renascença	6.959	4.031	57,92	2.928	42,08	6.959	446,1	15,60
Salgado Filho	5.338	3.180	59,57	2.158	40,43	5.338	181,3	29,44
Salto do Lontra	12.757	7.155	56,09	5.602	43,91	12.757	327,5	38,95
Santa Izabel do Oeste	11.711	6.016	51,37	5.695	48,63	11.711	321,9	36,38
Santo Antônio do Sudoeste	17.870	7.056	39,49	10.814	60,51	17.870	324,5	55,07
São João	11.207	5.419	48,35	5.788	51,65	11.207	371,8	30,14
São Jorge d'Oeste	9.307	1.032	11,09	4.558	48,97	9.307	382,2	24,35
Saudade do Iguaçu	4.608	2.621	56,88	1.987	43,12	4.608	151,3	30,46
Sulina	3.918	2.723	69,50	1.195	30,50	3.918	168,1	23,31
Verê	8.721	5.692	65,27	3.029	34,73	8.721	324,8	26,85
Vitorino	6.285	3.095	49,24	3.190	50,76	6.285	294,0	21,38
Total Território	557.443	215.720	38,70	338.006	60,64	557.443	17.091,0	32,62

Fonte: IBGE 2007.

Nota: (1) Para os municípios com densidade populacional maior que 80 hab/km² e população maior que 200 mil habitantes, a população ponderada corresponde à população rural do município em questão.

Tabela 03 - Índices de Desenvolvimento
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR

Município	IDHM	IDHM-Educação	IDHM-Longevidade	IDHM-Renda	Gini-Renda
Ampére	0,79	0,89	0,81	0,68	0,58
Barracão	0,76	0,85	0,76	0,68	0,57
Bela Vista da Caroba	0,74	0,85	0,77	0,59	0,53
Boa Esperança do Iguaçu	0,74	0,84	0,74	0,65	0,53
Bom Jesus do Sul	0,70	0,81	0,72	0,56	0,56
Bom Sucesso do Sul	0,78	0,85	0,82	0,66	0,54
Capanema	0,80	0,87	0,86	0,68	0,51
Chopinzinho	0,77	0,86	0,78	0,68	0,58
Clevelândia	0,73	0,82	0,72	0,65	0,56
Coronel Domingos Soares	0,70	0,79	0,77	0,55	0,60
Coronel Vivida	0,78	0,86	0,82	0,65	0,53
Cruzeiro do Iguaçu	0,74	0,85	0,74	0,63	0,55
Dois Vizinhos	0,77	0,90	0,72	0,70	0,54
Enéas Marques	0,78	0,85	0,79	0,70	0,60
Flor da Serra do Sul	0,73	0,82	0,76	0,62	0,53
Francisco Beltrão	0,79	0,92	0,73	0,73	0,58
Honório Serpa	0,71	0,81	0,74	0,58	0,60
Itapejara d'Oeste	0,79	0,88	0,81	0,67	0,54
Manfrinópolis	0,71	0,80	0,77	0,57	0,58
Mangueirinha	0,75	0,82	0,79	0,65	0,68
Mariópolis	0,80	0,89	0,82	0,69	0,59
Marmeleiro	0,75	0,87	0,74	0,66	0,54
Nova Esperança do Sudoeste	0,72	0,84	0,69	0,65	0,56
Nova Prata do Iguaçu	0,75	0,84	0,76	0,66	0,54
Palmas	0,74	0,81	0,72	0,69	0,66

Pato Branco	0,85	0,94	0,85	0,76	0,57
Pérola d'Oeste	0,76	0,87	0,77	0,63	0,54
Pinhal de São Bento	0,71	0,79	0,76	0,58	0,61
Planalto	0,76	0,85	0,79	0,64	0,52
Pranchita	0,80	0,86	0,86	0,70	0,58
Realeza	0,78	0,89	0,77	0,69	0,55
Renascença	0,75	0,86	0,74	0,64	0,56
Salgado Filho	0,76	0,84	0,84	0,59	0,56
Salto do Lontra	0,76	0,83	0,81	0,64	0,56
Santa Izabel do Oeste	0,77	0,84	0,80	0,66	0,57
Santo Antônio do Sudoeste	0,72	0,83	0,69	0,63	0,56
São João	0,77	0,88	0,76	0,68	0,60
São Jorge d'Oeste	0,75	0,88	0,71	0,67	0,56
Saudade do Iguaçu	0,78	0,83	0,82	0,70	0,65
Sulina	0,77	0,87	0,79	0,66	0,59
Verê	0,77	0,85	0,80	0,67	0,53
Vitorino	0,79	0,86	0,81	0,68	0,55
Total Território	0,76	0,85	0,77	0,65	0,57

IDHM IDHM-Educação IDHM-Longevidade IDHM-Renda Gini-Renda

Fonte:ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IBGE, 2010

**Tabela - 04 - Número de Estabelecimentos por Setor da Economia
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR**

Município	Agências Bancárias	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Rurais
Ampére	2	45	5	77	36	1.606
Barracão	1	19	6	83	40	767
Bela Vista da Caroba	0	2	0	8	5	905
Boa Esperança do Iguaçu	0	2	1	5	1	653
Bom Jesus do Sul	0	2	0	3	4	809
Bom Sucesso do Sul	0	4	0	9	2	595
Capanema	4	33	9	123	65	2.443
Chopinzinho	4	39	13	87	95	2.457
Clevelândia	4	59	11	111	72	721
Coronel Domingos Soares	0	9	0	9	3	861
Coronel Vivida	3	69	19	106	88	2.323
Cruzeiro do Iguaçu	0	7	1	9	6	548
Dois Vizinhos	6	72	30	247	214	2.124
Enéas Marques	1	5	0	14	19	913
Flor da Serra do Sul	0	4	2	12	3	1.079
Francisco Beltrão	7	196	88	534	482	2.983
Honório Serpa	0	4	1	17	9	948
Itapejara d'Oeste	2	12	8	41	22	1.090
Manfrinópolis	0	0	0	1	1	877
Mangueirinha	2	35	5	65	45	1.485
Mariópolis	1	31	2	40	27	631
Marmeleiro	3	35	1	67	41	1.465
Nova Esperança do Sudoeste	0	2	0	10	5	910
Nova Prata do Iguaçu	1	13	5	49	29	1.369
Palmas	6	91	25	194	145	502
Pato Branco	7	208	98	641	641	1.391
Pérola d'Oeste	1	8	0	37	16	1.231
Pinhal de São Bento	0	0	0	1	2	401
Planalto	1	17	2	60	24	2.425
Pranchita	1	13	2	47	27	818
Realeza	4	37	18	140	86	1.381
Renascença	1	10	2	27	20	836

Salgado Filho	1	6	0	24	12	730
Salto do Lontra	2	23	7	67	38	1.866
Santa Izabel do Oeste	2	22	0	47	26	1.545
Santo Antônio do Sudoeste	3	47	10	113	51	1.644
São João	2	18	8	47	33	1.609
São Jorge d`Oeste	1	21	6	51	24	1.437
Saudade do Iguaçu	0	2	4	17	19	399
Sulina	0	2	1	7	2	837
Verê	1	12	1	32	20	1.400
Vitorino	1	16	6	33	21	654
Total Território	75	1252	397	3312	2521	51668

Fonte: SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002)

**Tabela 05 - Empregos Gerados por Setor da Economia
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR**

Município	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Ampére	1.941	245	456	19
Barracão	160	234	408	8
Bela Vista da Caroba	10	11	168	8
Boa Esperança do Iguaçu	71	14	138	3
Bom Jesus do Sul	12	11	101	2
Bom Sucesso do Sul	5	35	127	27
Capanema	1.134	452	602	66
Chopinzinho	623	323	1.192	124
Clevelândia	1.035	318	630	238
Coronel Domingos Soares	345	20	299	88
Coronel Vivida	675	549	850	142
Cruzeiro do Iguaçu	151	29	161	31
Dois Vizinhos	2.726	1.095	1.470	177
Enéas Marques	119	49	297	81
Flor da Serra do Sul	85	34	166	1
Francisco Beltrão	4.213	2.859	4.481	339
Honório Serpa	96	52	290	66
Itapejara d'Oeste	401	137	286	87
Manfrinópolis	4	4	123	4
Mangueirinha	261	298	870	183
Mariópolis	227	184	232	50
Marmeleiro	251	276	438	55
Nova Esperança do Sudoeste	64	25	208	8
Nova Prata do Iguaçu	167	140	333	31
Palmas	3.827	819	1.802	615
Pato Branco	3.546	3.377	4.449	768
Pérola d'Oeste	28	152	303	23
Pinhal de São Bento	1	3	88	2
Planalto	143	284	369	39
Pranchita	118	138	347	57
Realeza	404	470	711	46
Renascença	148	83	205	83

Salgado Filho	35	59	230	21
Salto do Lontra	139	305	541	20
Santa Izabel do Oeste	156	255	489	36
Santo Antônio do Sudoeste	796	379	584	202
São João	230	665	450	40
São Jorge d`Oeste	323	125	304	57
Saudade do Iguaçu	54	38	309	14
Sulina	2	15	139	3
Verê	166	101	284	33
Vitorino	110	156	212	86
Total Território	25.002	14.818	26.142	3.983

Fonte:SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002)

Tabela 06 - Lavoura Permanente
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR

Município	Laranja		Banana	
	2004	2005	2004	2005
Ampére	0	850	0	150
Barracão	2.135	1.525	140	120
Bela Vista da Caroba	0	850	0	150
Boa Esperança do Iguaçu	780	650	30	28
Bom Jesus do Sul	810	675	140	112
Bom Sucesso do Sul	50	50	0	0
Capanema	0	1.250	22	600
Chopinzinho	330	750	180	240
Clevelândia	80	200	0	0
Coronel Domingos Soares	0	70	0	0
Coronel Vivida	300	500	0	0
Cruzeiro do Iguaçu	1.500	1.250	745	810
Dois Vizinhos	480	400	280	240
Enéas Marques	1.800	1.500	210	180
Flor da Serra do Sul	300	250	105	84
Francisco Beltrão	3.600	1.500	525	450
Honório Serpa	60	150	0	0
Itapejara d'Oeste	150	200	0	0
Manfrópolis	420	350	105	84
Mangueirinha	150	375	0	0
Mariópolis	40	100	0	0
Marmeleiro	840	700	60	56
Nova Esperança do Sudoeste	900	750	70	56
Nova Prata do Iguaçu	0	575	0	360
Palmas	0	0	0	0
Pato Branco	200	325	0	0
Pérola d'Oeste	0	250	0	300
Pinhal de São Bento	900	750	140	112
Planalto	0	750	13	330
Pranchita	1.260	1.050	140	120
Realeza	0	950	0	300

Renascença	600	500	175	140
Salgado Filho	900	750	210	168
Salto do Lontra	0	375	0	240
Santa Izabel do Oeste	0	300	0	90
Santo Antônio do Sudoeste	3.300	2.250	240	168
São João	150	375	0	0
São Jorge d`Oeste	150	375	150	30
Saudade do Iguaçu	70	175	150	30
Sulina	150	375	30	30
Verê	200	1.250	90	90
Vitorino	80	500	0	0
Total Território	22.685	26.770	3.950	5.868

Fonte:IBGE - Produção Agrícola Municipal (2005)

Tabela 07 - Principais rebanhos
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR

Município	Bovino			Bubalino			Caprino		
	2004	2005	Variação (%)	2004	2005	Variação (%)	2004	2005	Variação (%)
Ampére	33.391	33.629	0,71	135	143	5,93	754	850	12,73
Barracão	17.350	18.879	8,81	0	0	0,00	355	680	91,55
Bela Vista da Caroba	14.236	15.140	6,35	103	107	3,88	656	810	23,48
Boa Esperança do Iguaçu	18.505	18.375	-0,70	0	0	0,00	155	165	6,45
Bom Jesus do Sul	19.950	18.732	-6,11	89	97	8,99	65	420	546,15
Bom Sucesso do Sul	4.950	5.189	4,83	0	0	0,00	76	90	18,42
Capanema	39.768	38.594	-2,95	393	396	0,76	745	757	1,61
Chopinzinho	57.938	61.239	5,70	0	0	0,00	465	500	7,53
Clevelândia	22.940	22.718	-0,97	0	0	0,00	185	220	18,92
Coronel Domingos Soares	27.554	27.910	1,29	190	192	1,05	1.720	1.740	1,16
Coronel Vivida	40.119	40.825	1,76	128	116	-9,38	465	480	3,23
Cruzeiro do Iguaçu	19.920	19.650	-1,36	57	62	8,77	260	480	84,62
Dois Vizinhos	40.400	41.409	2,50	84	92	9,52	280	400	42,86
Enéas Marques	21.550	24.031	11,51	0	0	0,00	154	170	10,39
Flor da Serra do Sul	14.660	16.468	12,33	0	0	0,00	265	240	-9,43
Francisco Beltrão	52.670	58.208	10,51	0	0	0,00	852	935	9,74
Honório Serpa	23.225	23.556	1,43	0	0	0,00	280	350	25,00
Itapejara d'Oeste	13.527	13.231	-2,19	0	0	0,00	260	270	3,85
Manfrinópolis	19.275	22.969	19,16	0	0	0,00	515	850	65,05
Mangueirinha	35.531	40.131	12,95	0	0	0,00	325	350	7,69
Mariópolis	12.111	12.146	0,29	0	0	0,00	190	200	5,26

Marmeleiro	21.850	24.356	11,47	0	0	0,00	215	690	220,93
Nova Esperança do Sudoeste	27.450	27.931	1,75	0	0	0,00	350	380	8,57
Nova Prata do Iguaçu	37.156	36.694	-1,24	0	20	2.000,00	326	430	31,90
Palmas	35.960	36.420	1,28	155	150	-3,23	760	780	2,63
Pato Branco	27.590	26.596	-3,60	0	0	0,00	445	460	3,37
Pérola d'Oeste	16.202	17.621	8,76	63	60	-4,76	178	187	5,06
Pinhal de São Bento	13.370	13.340	-0,22	0	0	0,00	300	290	-3,33
Planalto	31.627	31.935	0,97	83	68	-18,07	504	520	3,17
Pranchita	8.900	9.027	1,43	9	10	11,11	150	165	10,00
Realeza	28.699	30.721	7,05	153	156	1,96	320	1.200	275,00
Renascença	16.470	16.932	2,81	0	0	0,00	500	525	5,00
Salgado Filho	20.670	22.725	9,94	0	0	0,00	400	800	100,00
Salto do Lontra	31.961	33.430	4,60	92	85	-7,61	383	650	69,71
Santa Izabel do Oeste	28.115	28.980	3,08	0	0	0,00	530	750	41,51
Santo Antônio do Sudoeste	25.920	27.933	7,77	0	0	0,00	750	820	9,33
São João	24.550	21.786	-11,26	0	0	0,00	380	400	5,26
São Jorge d'Oeste	39.936	39.837	-0,25	82	80	-2,44	220	240	9,09
Saudade do Iguaçu	13.395	18.330	36,84	0	0	0,00	150	160	6,67
Sulina	15.358	15.289	-0,45	0	0	0,00	145	150	3,45
Verê	25.176	24.729	-1,78	0	0	0,00	230	240	4,35
Vitorino	13.045	14.453	10,79	0	0	0,00	140	150	7,14
Total Território	1.052.970	1.092.094	3,72	1.816	1.834	0,99	16.398	20.944	27,72

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal – Elaboração: Sidemar Presotto Nunes

Valor bruto da produção por atividade

Atividade	Classe	Valor
MEL	Apicultura	R\$ 2.502.905,60
CERA DE ABELHA	Apicultura	R\$ 55.437,80
PROPOLIS	Apicultura	R\$ 10.762,50
POLEM	Apicultura	R\$ 276,80
FRANGO DE CORTE (AVES DE CORTE)	Avicultura	R\$ 806.387.578,95
OVOS DE GALINHA (FECUNDADO)	Avicultura	R\$ 280.193.395,20
PINTINHO < 1 SEMANA (PINTO PARA CORTE)	Avicultura	R\$ 273.051.713,88
PERU (PARA CORTE)	Avicultura	R\$ 138.382.938,60
GALINHA RECRIA	Avicultura	R\$ 44.479.486,20
GALINHA CAIPIRA (AVES CAIPIRAS PESO VIVO)	Avicultura	R\$ 32.261.846,56
OVOS DE GALINHA (PARA CONSUMO)	Avicultura	R\$ 27.606.820,69
PERU RECRIA (MENOS DE UM MES)	Avicultura	R\$ 16.518.290,04
GALO/GALINHA (DESCARTE)	Avicultura	R\$ 13.430.646,69
PERU < 1 SEMANA (PARA ENGORDA)	Avicultura	R\$ 10.218.729,00
OVOS DE PERU (FECUNDADO)	Avicultura	R\$ 6.737.716,31
PERU POSTURA DESCARTE	Avicultura	R\$ 4.173.240,00
PERU < 1 SEMANA (PARA MATRIZ)	Avicultura	R\$ 4.134.434,07
COELHO (PARA CORTE)	Avicultura	R\$ 370.493,48
OVOS DE CODORNA (PARA CONSUMO)	Avicultura	R\$ 345.114,00
PATO (PARA CORTE)	Avicultura	R\$ 32.920,32
CODORNA MATRIZ (DESCARTE)	Avicultura	R\$ 21.207,96
CODORNA (PARA CORTE)	Avicultura	R\$ 18.798,00
BOVINOS (BOI GORDO)	Bovinocultura	R\$ 248.998.159,60
BEZERROS (AS)	Bovinocultura	R\$ 46.400.191,20
GARROTES	Bovinocultura	R\$ 20.799.603,63
NOVILHAS	Bovinocultura	R\$ 18.911.287,36
VACA (PARA CRIA)	Bovinocultura	R\$ 3.602.717,04
TOUROS	Bovinocultura	R\$ 1.612.333,16
TOURO PO (REPROD. P/GADO DE CORTE)	Bovinocultura	R\$ 1.158.264,69
TOURO PC (COM REGISTRO)	Bovinocultura	R\$ 478.965,96
TOURO PO (REPROD. P/GADO DE LEITE)	Bovinocultura	R\$ 344.027,00
BUBALINOS (PARA CORTE)	Bovinocultura	R\$ 173.673,50
TRIGO	Culturas Inverno	R\$ 150.847.540,00
AVEIA PRETA (GRAO)	Culturas Inverno	R\$ 5.400.360,00
CEVADA	Culturas Inverno	R\$ 2.783.065,32
AZEVEM GRAOS	Culturas Inverno	R\$ 1.249.672,00
CANOLA	Culturas Inverno	R\$ 1.123.703,00
TRITICALE	Culturas Inverno	R\$ 585.997,72
AVEIA BRANCA	Culturas Inverno	R\$ 507.935,00
CENTEIO	Culturas Inverno	R\$ 63.013,50
TRUTA	Culturas Inverno	R\$ 23.660,00
SOJA	Culturas Verão	R\$ 802.645.313,88
MILHO	Culturas Verão	R\$ 274.005.536,00
FEIJAO	Culturas Verão	R\$ 126.272.749,40
FUMO	Culturas Verão	R\$ 79.980.199,04
CANA-DE-ACUCAR	Culturas Verão	R\$ 4.702.320,25
AMENDOIM	Culturas Verão	R\$ 731.410,40
ARROZ	Culturas Verão	R\$ 506.476,11
MILHO-PIPOCA	Culturas Verão	R\$ 380.882,43
EQUINOS (PARA TRABALHO)	Equinos	R\$ 1.058.245,30
EQUINOS (PARA CORTE)	Equinos	R\$ 106.210,00
NOZ PECAN	Especiarias	R\$ 1.146.690,00
ESTERCO DE SUINOS/BOVINOS	Estercos	R\$ 51.052.098,42
CAMA DE AVIARIO	Estercos	R\$ 27.949.709,25
ESTERCO DE POEDEIRA	Estercos	R\$ 6.846.059,35
HUMUS	Estercos	R\$ 52.200,00
GRAMADO	Floricultura	R\$ 210.250,00
ORNAMENTAIS	Floricultura	R\$ 164.700,00

Tabela 08

ORQUIDEA	Floricultura	R\$ 35.112,00
MUDA DE TUIA	Floricultura	R\$ 33.900,00
MUDA DE BOCA DE LEAO	Floricultura	R\$ 15.411,20
FLORES DIVERSAS	Floricultura	R\$ 13.987,40
MUDA DE AMOR PERFEITO	Floricultura	R\$ 10.200,00
MUDA DE ROSEIRA	Floricultura	R\$ 6.620,00
CRAVINIA	Floricultura	R\$ 5.640,00
PETUNIA	Floricultura	R\$ 5.592,00
CALENDULA	Floricultura	R\$ 1.812,20
CELOSIA PLUMOSA	Floricultura	R\$ 1.414,40
MACA	Fruticultura	R\$ 24.210.714,60
MELANCIA	Fruticultura	R\$ 16.025.520,00
UVA VINIFERA	Fruticultura	R\$ 15.733.410,00
PESSEGO	Fruticultura	R\$ 3.773.220,00
BANANA	Fruticultura	R\$ 3.659.415,00
LARANJA	Fruticultura	R\$ 3.336.665,92
MELAO	Fruticultura	R\$ 2.496.000,00
TANGERINAS	Fruticultura	R\$ 2.476.710,00
MORANGO (moranguinho)	Fruticultura	R\$ 1.741.408,00
FIGO	Fruticultura	R\$ 1.629.440,00
CAQUI	Fruticultura	R\$ 1.515.345,00
MANGA	Fruticultura	R\$ 1.357.725,00
ABACATE	Fruticultura	R\$ 1.077.300,00
ABACAXI	Fruticultura	R\$ 975.150,00
LIMAO	Fruticultura	R\$ 958.490,00
PERA	Fruticultura	R\$ 952.800,00
MAMAO	Fruticultura	R\$ 544.170,00
MARACUJA	Fruticultura	R\$ 413.950,00
GOIABA	Fruticultura	R\$ 345.720,00
JABUTICABA	Fruticultura	R\$ 326.040,00
UVA DE MESA	Fruticultura	R\$ 203.140,00
AMEIXA	Fruticultura	R\$ 156.285,00
MEXERICA	Fruticultura	R\$ 117.260,00
NECTARINA	Fruticultura	R\$ 83.570,00
AMORA (fruto)	Fruticultura	R\$ 27.400,00
FRAMBOESA	Fruticultura	R\$ 2.175,00
MUDAS DE OLERICOLAS	Mudas	R\$ 208.500,00
MUDAS DE EUCALIPTO	Mudas Florestais	R\$ 1.304.226,00
MUDAS DE ESSENCIAS FLORESTAIS NATIVAS	Mudas Florestais	R\$ 541.480,06
MUDAS DE PINUS	Mudas Florestais	R\$ 504.000,00

MUDAS DE ESSENCIAS FLORESTAIS EXOTICAS	Mudas Florestais	R\$ 110.792,00
MUDAS DE ERVA MATE	Mudas Florestais	R\$ 8.400,00
MUDA DE Videira	Mudas Frutíferas	R\$ 148.500,00
BATATA	Olericultura	R\$ 26.346.109,20
BATATA DOCE	Olericultura	R\$ 13.088.850,00
TOMATE	Olericultura	R\$ 7.097.642,28
ABOBORA (seca/madura)	Olericultura	R\$ 5.660.901,00
ALFACE	Olericultura	R\$ 4.006.219,32
COUVE-FLOR	Olericultura	R\$ 2.352.630,00
PEPINO	Olericultura	R\$ 2.342.145,75
REPOLHO	Olericultura	R\$ 2.287.522,71
CENOURA	Olericultura	R\$ 1.848.480,09
MILHO VERDE (espiga)	Olericultura	R\$ 1.600.410,00
CEBOLA	Olericultura	R\$ 1.312.851,00
BETERRABA	Olericultura	R\$ 1.184.448,54
SALSA (SALSINHA)	Olericultura	R\$ 931.872,00
ALMEIRAO	Olericultura	R\$ 879.162,00
CEBOLINHA (cheiro verde)	Olericultura	R\$ 859.208,00
CHUCHU	Olericultura	R\$ 846.132,09
ABOBORA-TETSUKABUTO (KABOTIA)	Olericultura	R\$ 796.740,00
ALHO	Olericultura	R\$ 786.856,80
RABANETE	Olericultura	R\$ 738.257,00
MORANGA	Olericultura	R\$ 725.290,00
ABOBRINHA VERDE	Olericultura	R\$ 712.826,00
COUVE	Olericultura	R\$ 612.218,00
PIMENTAO	Olericultura	R\$ 546.542,43
RUCULA	Olericultura	R\$ 473.072,00
BROCOLOS	Olericultura	R\$ 442.068,00
FEIJAO-VAGEM	Olericultura	R\$ 417.368,00
AGRILAO AQUATICO	Olericultura	R\$ 335.632,00
ERVILHA	Olericultura	R\$ 256.450,00
BATATA SALSA	Olericultura	R\$ 126.750,00
ACELGA	Olericultura	R\$ 47.544,00
ESCAROLA/CHICORIA	Olericultura	R\$ 25.056,00
BERINJELA	Olericultura	R\$ 19.780,00
PORONGO (CUIA)	Olericultura	R\$ 16.120,00
MANDIOCA INDUSTRIA	Outras Culturas	R\$ 33.250.662,18
MANDIOCA CONSUMO (HUMANO)	Outras Culturas	R\$ 7.240.090,00
VASSOURA (SECA C/SEMENTE)	Outras Culturas	R\$ 867.200,00
VINCA	Outras Culturas	R\$ 4.810,60

OVINOS (PARA CORTE)	Outros Animais	R\$ 6.640.390,00
CAPRINOS (PARA CORTE)	Outros Animais	R\$ 5.381.514,70
CAPRINOS - P/ REPRODUCAO	Outros Animais	R\$ 20.224,27
TILAPIA	Piscicultura	R\$ 4.274.240,00
CARPA	Piscicultura	R\$ 3.116.799,00
PESCADO DE AGUA DOCE (DE CAPTURA)	Piscicultura	R\$ 1.929.015,00
ALEVINOS	Piscicultura	R\$ 1.734.170,00
PACU	Piscicultura	R\$ 496.959,30
TRAIRA	Piscicultura	R\$ 277.458,00
BAGRE	Piscicultura	R\$ 213.218,00
CAT-FISH	Piscicultura	R\$ 139.464,00
TAMBACU	Piscicultura	R\$ 67.600,00
PIAUCU	Piscicultura	R\$ 25.050,00
LEITE	Produtos Animais	R\$ 553.117.183,80
BICHO DA SEDA (CASULO)	Produtos Animais	R\$ 613.293,40
LA	Produtos Animais	R\$ 75.906,60
MADEIRAS - EM TORA P/SERRARIA	Produtos Florestais	R\$ 86.986.667,50
MADEIRAS - LENHA	Produtos Florestais	R\$ 32.224.950,40
MADEIRAS - EM TORA P/LAMINADORA	Produtos Florestais	R\$ 15.634.907,70
MADEIRAS - EM TORA P/OUTRAS FINALIDADES	Produtos Florestais	R\$ 10.421.086,00
ERVA-MATE (em folha)	Produtos Florestais	R\$ 8.707.020,00
PINHAO	Produtos Florestais	R\$ 944.520,00
MADEIRAS - LASCA (palanque serrado/lascado)	Produtos Florestais	R\$ 144.350,00
SEMENTE DE SOJA	Sementes	R\$ 5.224.672,28
SEMENTE DE TRIGO	Sementes	R\$ 2.531.423,60
SEMENTE DE FEIJAO	Sementes	R\$ 218.363,79
SEMENTE DE AZEVEM	Sementes	R\$ 192.000,00
SEMENTE DE AVEIA PRETA	Sementes	R\$ 30.917,25
SEMENTE DE MILHO	Sementes	R\$ 13.968,24
SEMENTE DE AVEIA BRANCA	Sementes	R\$ 7.525,80
SEMENTE DE TRITICALE	Sementes	R\$ 4.226,04
SILAGEM DE MILHO E/OU SORGO	Silagens	R\$ 67.576.096,89
CAPINEIRAS (forragem verde p/alimentação anin	Silagens	R\$ 26.174.724,66
FENO	Silagens	R\$ 2.639.320,23
SILAGEM OUTRAS (SECA)	Silagens	R\$ 2.223.102,00
SUINOS (para abate)	Suinocultura	R\$ 199.112.437,50
SUINOS < 2 MESES (leitao p/recria)	Suinocultura	R\$ 52.973.790,00
SUINOS - LEITÕES P/ CORTE	Suinocultura	R\$ 17.579.304,80
SUINO FEMEA P/ REPRODUCAO	Suinocultura	R\$ 930.457,50

**Tabela 09 - Número de Matrículas no Ensino Fundamental em 2006 - Abrangência Municipal
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR**

Município	Total		Dependência Administrativa							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Ampére	2.422	349	0	0	1.116	206	1.190	143	116	0
Barracão	1.393	481	0	0	665	247	638	234	90	0
Bela Vista da Caroba	808	0	0	0	433	0	375	0	0	0
Boa Esperança do Iguaçu	485	19	0	0	252	0	233	19	0	0
Bom Jesus do Sul	284	482	0	0	134	244	150	238	0	0
Bom Sucesso do Sul	439	103	0	0	236	60	203	43	0	0
Capanema	2.097	867	0	0	1.171	464	926	403	0	0
Chopinzinho	2.141	1.173	0	0	1.055	629	1.017	544	69	0
Clevelândia	3.156	476	0	0	1.414	243	1.600	233	142	0
Coronel Domingos Soares	867	841	0	0	472	245	395	596	0	0
Coronel Vivida	3.093	516	0	0	1.649	170	1.270	346	174	0
Cruzeiro do Iguaçu	689	80	0	0	355	50	334	30	0	0
Dois Vizinhos	4.915	718	0	0	2.367	382	2.201	336	347	0
Enéas Marques	1.004	94	0	0	479	94	525	0	0	0
Flor da Serra do Sul	597	326	0	0	363	89	234	237	0	0
Francisco Beltrão	10.001	1.475	0	0	4.688	0	4.364	1.475	949	0
Honório Serpa	1.131	233	0	0	668	0	463	233	0	0
Itapejara d'Oeste	1.366	86	0	0	690	52	676	34	0	0
Manfrinópolis	389	243	0	0	218	109	171	134	0	0
Mangueirinha	2.187	1.402	0	0	1.140	482	993	920	54	0

Mariópolis	1.003	0	0	0	532	0	471	0	0	0
Marmeleiro	1.835	493	0	0	855	241	834	252	146	0
Nova Esperança do Sudoeste	661	277	0	0	331	153	330	124	0	0
Nova Prata do Iguaçu	1.506	159	0	0	744	83	762	76	0	0
Palmas	7.882	452	0	0	3.239	0	4.159	452	484	0
Pato Branco	10.088	378	0	0	4.487	219	4.277	159	1.324	0
Pérola d'Oeste	1.041	135	0	0	535	81	506	54	0	0
Pinhal de São Bento	570	0	0	0	314	0	256	0	0	0
Planalto	1.897	154	0	0	970	154	927	0	0	0
Pranchita	677	238	0	0	330	130	347	108	0	0
Realeza	2.190	339	0	0	1.078	164	899	175	213	0
Renascença	1.176	0	0	0	577	0	589	0	10	0
Salgado Filho	671	258	0	0	328	129	343	129	0	0
Salto do Lontra	1.461	720	0	0	715	368	746	352	0	0
Santa Izabel do Oeste	1.217	623	0	0	611	365	593	258	13	0
Santo Antônio do Sudoeste	2.466	859	0	0	1.240	377	1.197	482	29	0
São João	1.283	301	0	0	486	301	750	0	47	0
São Jorge d'Oeste	1.322	82	0	0	701	48	621	34	0	0
Saudade do Iguaçu	898	0	0	0	427	0	471	0	0	0
Sulina	400	158	0	0	188	100	212	58	0	0
Verê	1.023	241	0	0	515	181	508	60	0	0
Vitorino	847	0	0	0	434	0	413	0	0	0
Total Território	81.578	15.831	0	0	39.202	6.860	38.169	8.971	4.207	0

Fonte: IBGE - Número de Matrículas no Ensino Fundamental (2006).

**Tabela 10 - Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 habitantes
Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR**

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes
Ampére	1,41	0,00
Barracão	1,40	0,00
Bela Vista da Caroba	0,00	0,00
Boa Esperança do Iguaçu	0,64	0,00
Bom Jesus do Sul	0,00	0,00
Bom Sucesso do Sul	2,06	0,00
Capanema	1,26	0,00
Chopinzinho	1,95	0,00
Clevelândia	1,09	0,00
Coronel Domingos Soares	2,28	0,00
Coronel Vivida	1,72	0,00
Cruzeiro do Iguaçu	2,50	0,00
Dois Vizinhos	1,13	0,00
Enéas Marques	2,51	0,00
Flor da Serra do Sul	1,38	0,00
Francisco Beltrão	2,80	0,00
Honório Serpa	2,90	9,57
Itapejara d'Oeste	0,65	0,00
Manfrinópolis	0,00	0,00
Mangueirinha	2,70	0,00
Mariópolis	1,33	0,00
Marmeleiro	1,61	0,00
Nova Esperança do Sudoeste	1,33	4,56
Nova Prata do Iguaçu	1,15	0,00
Palmas	1,41	0,00
Pato Branco	3,41	0,00
Pérola d'Oeste	1,63	0,00
Pinhal de São Bento	0,78	0,00
Planalto	1,20	0,00
Pranchita	2,40	19,17
Realeza	1,12	0,00
Renascença	0,86	0,00

Salgado Filho	1,69	0,00
Salto do Lontra	1,18	0,00
Santa Izabel do Oeste	0,77	0,00
Santo Antônio do Sudoeste	0,67	0,00
São João	1,96	0,00
São Jorge d`Oeste	2,47	0,00
Saudade do Iguaçu	0,65	0,00
Sulina	3,57	0,00
Verê	1,83	8,26
Vitorino	3,98	0,00
Total Território	1,87	0,51

Fonte: DATASUS(2002)

Nota: Excluído Para-médicos de nível superior e médio e Odontólogos

Tabela 11 – Renda per capita, do trabalho, pro chefe de família e transferências governamentais

Território 88 - Sudoeste Paranaense - PR

Município	Renda Per Capita(1)	Renda de Rendimentos do Trabalho(1)	Renda Média do Chefe de Família(2)	Renda de Transferências Governamentais(1)
Ampére	234,61	77,05	461,89	14,34
Barracão	235,19	77,02	621,41	14,08
Bela Vista da Caroba	136,76	74,78	312,45	17,10
Boa Esperança do Iguaçu	186,63	78,43	537,32	12,36
Bom Jesus do Sul	110,78	67,14	266,67	16,98
Bom Sucesso do Sul	200,03	68,37	577,75	16,59
Capanema	233,22	78,98	521,61	14,64
Chopinzinho	223,34	70,90	589,96	14,44
Clevelândia	194,55	67,24	504,60	14,46
Coronel Domingos Soares	107,81	57,91	295,24	11,61
Coronel Vivida	194,85	72,23	520,73	18,34
Cruzeiro do Iguaçu	165,95	72,48	456,01	17,82
Dois Vizinhos	263,01	76,21	637,73	11,86
Enéas Marques	257,21	77,12	641,69	14,84
Flor da Serra do Sul	155,16	76,69	459,96	12,42
Francisco Beltrão	307,97	77,03	712,42	13,55
Honório Serpa	125,22	61,86	386,26	14,37
Itapejara d`Oeste	215,44	73,74	497,94	17,00
Manfrinópolis	116,83	73,75	303,26	16,44
Mangueirinha	193,01	71,71	503,13	16,35
Mariópolis	243,90	71,87	505,11	16,21
Marmeleiro	197,32	77,40	499,80	15,33
Nova Esperança do Sudoeste	187,22	79,18	491,56	14,08
Nova Prata do Iguaçu	197,97	73,92	616,83	15,04
Palmas	241,75	68,36	620,64	10,90
Pato Branco	367,00	72,69	857,32	13,10
Pérola d`Oeste	173,07	76,16	442,70	17,55
Pinhal de São Bento	124,67	66,18	325,18	18,70

Planalto	183,38	74,77	444,42	17,00
Pranchita	254,47	79,06	635,08	14,03
Realeza	241,73	75,29	560,39	15,47
Renascença	179,98	78,64	531,21	15,41
Salgado Filho	135,80	75,32	369,12	17,20
Salto do Lontra	177,83	73,31	490,30	14,38
Santa Izabel do Oeste	202,36	73,45	482,38	17,63
Santo Antônio do Sudoeste	168,16	74,33	447,58	16,06
São João	233,78	70,54	504,76	18,03
São Jorge d`Oeste	213,19	77,17	517,80	15,66
Saudade do Iguaçu	253,51	73,94	608,74	13,66
Sulina	206,67	69,49	523,98	16,98
Verê	218,84	73,76	579,19	15,35
Vitorino	232,94	73,03	629,17	15,07
Total Território	202,22	73,3	511,7	15,3

Fonte: (1)ADBH - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2)IBGE - Censo Demográfico (2000)

Tabela 12 – Quadro demonstrativo da evolução da disponibilidade de consultas por município e dos custos unitários

ACOMPANHAMENTO DE MENSALIDADES DA ARSS - 2010

2010- MENSALIDADES		população	Participação	VALOR MENSALIDADE (1)	PLANTÃO HOSPITALAR (1)	VALOR TOTAL	R\$ PER CAPTA MÊS	R\$ PER CAPTA ANO	R\$ TOTAL GERAL-ANO	ANO 2008		ANO 2009		ANO 2010	
										SERVIÇOS REALIZADOS TOTAL-ANO	CUSTO MÉDIO P/ MUNICÍPIO	SERVIÇOS REALIZADOS TOTAL-ANO	CUSTO MÉDIO P/ MUNICÍPIO	SERVIÇOS REALIZADOS TOTAL-ANO	CUSTO MÉDIO P/ MUNICÍPIO
1	Ampere	17.108	5,08%	4.698	5.016	9.714	0,2635	3,1618	56.376	16.805	2,91	24.098	2,34	35.874	1,57
2	Barracão	9.957	2,96%	2.444	2.609	5.053	0,2635	3,1618	29.326	3.980	6,47	5.831	5,03	19.881	1,48
3	Bela Vista da Caroba	3.921	1,16%	1.109	1.184	2.294	0,2635	3,1618	13.311	3.979	2,99	3.796	3,51	4.387	303
4	Boa Esperança do Igu	2.768	0,82%	769	821	1.590	0,2635	3,1618	9.229	1.311	5,76	2.479	3,72	1.880	4,91
5	Bom Jesus do Sul	3.796	1,13%	1.029	1.099	2.129	0,2635	3,1618	12.353	2.653	4,16	2.847	4,34	3.103	3,98
6	Capanema	18.430	5,47%	4.915	5.248	10.163	0,2635	3,1618	58.984	11.487	4,36	19.190	3,07	18.823	3,13
7	Cruzeiro do Iguaçú	4.266	1,27%	1.118	1.194	2.312	0,2635	3,1618	13.419	3.525	3,13	4.531	2,96	5.228	2,57
8	Dois Vizinhos	36.059	10,71%	9.325	9.955	19.280	0,2635	3,1618	111.894	12.224	7,59	17.294	6,47	23.083	4,85
9	Eneas Marques	6.080	1,81%	1.607	1.716	3.323	0,2635	3,1618	19.287	4.129	3,95	5.774	3,34	7.716	2,50
10	Flor da Serra do Sul	4.723	1,40%	1.258	1.343	2.601	0,2635	3,1618	15.098	2.839	4,99	3.713	4,07	7.014	2,15
11	Francisco Beltrão	78.804	23,40%	19.898	0	19.898	0,2635	3,1618	238.772	116.292	1,74	133.550	1,79	118.675	2,01
12	Manfrinópolis	3.127	0,93%	878	938	1.816	0,2635	3,1618	10.541	2.806	3,15	10.158	1,04	4.674	2,26
13	Marmeleiro	13.900	4,13%	3.555	3.796	7.351	0,2635	3,1618	42.663	11.637	3,17	14.610	2,92	19.657	2,17
14	Nova Esperança do S	5.082	1,51%	1.405	1.501	2.906	0,2635	3,1618	16.865	3.821	3,86	4.463	3,78	4.702	3,59
15	Nova Prata do Iguaçú	10.317	3,06%	2.843	3.036	5.879	0,2635	3,1618	34.119	4.554	6,05	6.503	5,25	13.803	2,47
16	Pérola d'Oeste	6.764	2,01%	1.903	2.032	3.935	0,2635	3,1618	22.835	3.428	5,48	4.039	5,65	5.894	3,87
17	Pinhal de São Bento	2.600	0,77%	685	731	1.415	0,2635	3,1618	8.214	2.320	2,93	2.521	3,26	3.224	2,55
18	Planalto	13.604	4,04%	3.691	3.940	7.631	0,2635	3,1618	44.288	17.833	2,16	20.408	2,17	22.170	2,00
19	Pranchita	5.623	1,67%	1.561	1.667	3.228	0,2635	3,1618	18.734	5.145	3,15	7.856	2,38	9.632	1,94
20	Realeza	16.246	4,82%	4.289	4.579	8.867	0,2635	3,1618	51.462	6.256	6,99	8.040	6,40	11.141	4,62
21	Renascença	6.802	2,02%	1.830	1.954	3.784	0,2635	3,1618	21.959	7.038	2,67	12.387	1,77	14.943	1,47
22	Salgado Filho	4.375	1,30%	1.241	1.325	2.565	0,2635	3,1618	14.889	2.759	4,88	3.206	4,64	3.694	4,03
23	Salto do Lontra	13.671	4,06%	3.381	3.610	6.991	0,2635	3,1618	40.573	11.522	2,99	10.132	4,00	11.883	3,41
24	Santa Izabel d'Oeste	12.825	3,81%	3.097	3.306	6.403	0,2635	3,1618	37.161	5.198	6,16	6.318	5,88	7.852	4,73
25	Santo Antônio do Sud	18.912	5,62%	5.075	5.418	10.493	0,2635	3,1618	60.897	7.511	6,90	9.974	6,11	12.444	4,89
26	São Jorge d'Oeste	9.081	2,70%	2.428	2.592	5.019	0,2635	3,1618	29.130	2.785	8,89	4.190	6,95	5.360	5,43
27	Verê	7.871	2,34%	2.146	2.291	4.437	0,2635	3,1618	25.750	7.262	3,06	7.758	3,32	6.961	3,7
Total>	336.712	100%	88.178	72.900	161.078	0.239	2.868	1.058.131	282.173	3,74	355.666	2,97	403.698	2,62

(1) O Plantão Hospitalar deixou de ser cobrado a partir do mês de maio de 2010.

Anexo 13

Desenvolvimento Territorial – Concepção e Método

1. As Políticas de Desenvolvimento Territorial

No plano das políticas públicas, as características das políticas de desenvolvimento territorial implementadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, pautam-se pelas seguintes orientações.

O conceito de desenvolvimento territorial representa uma categoria analítica em construção e em disputa, tanto no plano teórico quanto político e ideológico. Trata-se de uma abordagem que procura alcançar, aos domínios institucionais da sociedade, ferramentas analíticas para percepção e intervenção sobre uma realidade, contando, necessariamente, com o envolvimento de um conjunto diversificado de forças sociais que tenham uma identidade sócio-política, uma visão de futuro e objetivos comuns.

Parte-se da crítica a dois processos complementares que estimularam os formuladores e os operadores das políticas públicas a elaborar e implementar uma política de desenvolvimento calcada na perspectiva da territorialidade. De um lado, as políticas de desenvolvimento rural podem ser consideradas “insuficientes” ou não proporcionaram “melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade” das populações rurais. De outro lado, as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural configuram uma nova ruralidade, formada com base nas “múltiplas articulações intersetoriais” (NEAD, 2003, p.11).

Essa perspectiva supõe uma concepção diferenciada de abordagem das práticas tradicionais de planejamento e gestão das políticas públicas, uma vez que aponta para o rompimento de processos centralizadores de elaboração das estratégias de desenvolvimento, como fruto de uma “lógica vertical e descendente” da ação do Estado, em suas distintas instâncias. Além disso, configura e introduz a participação social nas políticas públicas, tanto na elaboração, quanto na implementação, no monitoramento e na avaliação.

Contudo, a incorporação desse enfoque não significa apenas uma ampliação da escala espacial de planejamento das ações de desenvolvimento (do município para o território), mas uma ampliação dos atores sociais envolvidos na construção dessas iniciativas, visando fortalecer as capacidades de organização, mobilização, diálogo, negociação, planejamento e autogestão das populações marginalizadas das dinâmicas de desenvolvimento.

É nesta perspectiva que o planejamento territorial articula-se com a gestão social para conformar uma visão integradora das dinâmicas de desenvolvimento num determinado espaço social. Em tal dinâmica, torna-se imprescindível a democratização nas relações institucionais e a transparência nos procedimentos internos à gestão territorial, de maneira que se aprofundem e consolidem os laços de proximidade, confiança, cooperação, identidade e o comprometimento dos sujeitos sociais entendidos como protagonistas.

1.1. Desenvolvimento territorial: uma nova abordagem do e desde o rural

Nos últimos anos, nos debates sobre desenvolvimento rural tem se falado muito em “desenvolvimento territorial”, “enfoque territorial”, “construção de territórios”, “articulação territorial”. Qual as novidades dessa abordagem?

Pensar o rural a partir de uma concepção territorial significa afirmar o desenvolvimento como a socialização dos bens materiais e simbólicos à população, em condições equitativas no campo e na cidade. Significa pensar a organização do espaço nacional de forma totalizadora, integrando os territórios rurais e urbanos, e não simplesmente focando as ações no desenvolvimento dos espaços urbanos. Exige o rompimento da dicotomia rural/urbano onde o primeiro representa o “atraso” nos processos de desenvolvimento.

O rural passa a ser interpretado não mais pelos critérios da delimitação espacial definidos pelas prefeituras municipais e adotados na metodologia do IBGE, mas a partir de uma combinação múltipla de elementos inter-relacionados, como, por exemplo, o número total de habitantes do município, a densidade demográfica e a localização e características geográficas, tal como propõe VEIGA (2002). De acordo com essa concepção de ruralidade, aproximadamente, 90% das cidades brasileiras poderiam ser classificadas como núcleos urbanos de características essencialmente rurais, uma vez que há uma forte interdependência entre o espaço rural e o espaço urbano, necessitando-se de ações que efetivamente articulem alternativas estratégicas que sejam capazes de reduzir as profundas assimetrias inter-regionais.

Nesse contexto, os territórios rurais passam a ser concebidos como espaços sociais criados a partir da vontade coletiva de uma diversidade de atores sociais, tendo em vista a existência de um conjunto de indicadores e processos que lhes conferem uma identidade específica. Visto sob esse enfoque, o desenvolvimento não é resultado apenas da *“ação verticalizada do poder público, mas sim da criação das condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável”* (MDA/SDT, 2005a, p. 8). Essa visão expressa, portanto, uma nova concepção a respeito dos papéis a serem desempenhados tanto pelo Estado –aprofundamento do processo de descentralização das políticas públicas, atribuindo-se competências e responsabilidades aos espaços locais– quanto pela sociedade civil –consolidação da função ativa e propositiva das organizações sociais. A capacidade de intervenção e de mobilização dos atores da sociedade civil torna-se assim um instrumento central no processo de superação das dificuldades estruturais que bloqueiam o desenvolvimento territorial.

Segundo o relatório síntese do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, *“a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns”*. As discussões realizadas nesse seminário destacaram a existência de *“duas propriedades fundamentais de um território”*: de um lado, trata-se de uma *“realidade em evolução”*, ou seja, deve ser percebido como *“uma configuração mutável, provisória e inacabada”* e, de outro lado, é *“resultado simultâneo dos ‘jogos de poder’ e dos compromissos estabelecidos entre os atores sociais”* (MDA/CONDRAF, 2005c, p.16).

Nessa perspectiva, o rural deve ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões e não apenas na sua função básica voltada à produção. O rural, visto sob o enfoque territorial, engloba a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, a preservação do patrimônio cultural e das formas de reprodução dos saberes e conhecimentos tradicionais, a geração de ocupação em atividades não agrícolas, a articulação com os demais setores econômicos, a preservação de formas de sociabilidade e convivência, a articulação de um arcabouço institucional e organizativo específico e o compartilhamento de identidades culturais particulares. Concebido a partir dessa perspectiva metodológica, o rural não pode ser resumido a um “setor econômico”, na medida em que abarca uma diversidade de características que lhes são inerentes, na qual a dimensão econômica convive com outras dimensões essenciais, como a sociocultural, política e ambiental.

Num dos documentos publicados pela SDT, o território é definido como *“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”* (MDA/SDT, 2005a, p. 7-8).

A noção de território pressupõe, assim, *“uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção”* (NEAD, 2003, p. 26) como ponto de partida para a implementação de um conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Visa a integração interna dos territórios rurais e também a sua articulação com os demais setores da sociedade, potencializando-os a partir de seus recursos locais e de suas capacidades específicas, integrando os serviços públicos essenciais e as políticas públicas locais, fortalecendo uma identidade, revitalizando a dinâmica de suas estruturas organizacionais, organizando a circulação de bens em modalidades não concorrenciais, consolidando a capacidade de intervenção sobre a realidade e ampliando os mecanismos de participação social na definição da estratégia global.

Essas noções territoriais conformam um método particular de abordar o desenvolvimento que permite a diferentes atores, tanto ao Estado quanto às organizações da sociedade civil, intervirem no processo de planejamento estratégico, constituindo um arranjo institucional que aumente a eficácia das ações, modalidades apropriadas para as atividades econômicas e potencialização dos recursos disponíveis, superando as visões estritamente setoriais e localizadas para a implementação das ações. A consolidação dessa abordagem na cultura institucional do Estado e das organizações sociais deve ser vista como um movimento de mão dupla, interdependente, pois o aprofundamento dessa concepção de territorialidade na esfera da sociedade civil tem alimentado a disseminação desse enfoque no seio do Estado e vice-versa. Mas a adoção dessa perspectiva por uma parcela do Estado amplia as possibilidades para a sua incorporação pelas entidades da sociedade civil.

1.2. Planejamento e gestão social de territórios rurais

A implementação de uma estratégia integradora e democrática das ações voltadas ao desenvolvimento será possível se esse processo contar com o pleno envolvimento das diversas forças sociais existentes nos municípios, tanto das instituições governamentais quanto das organizações da sociedade civil, em

todas as etapas do ciclo de planejamento e gestão social do desenvolvimento. Não se trata de garantir a participação apenas dos atores tradicionalmente reconhecidos (MDA/SDT, 2005e, p. 14), mas de buscar sensibilizar, motivar e envolver efetivamente o conjunto dos agentes locais interessados em compartilhar dos desafios políticos colocados pela construção coletiva de uma nova territorialidade. Também não se trata de uma participação formal, entendida apenas como instrumento de fiscalização da aplicação dos recursos públicos (MDA/SDT, 2005a, p. 10). Nem tampouco de reproduzir uma lógica de planejamento de caráter centralizado, verticalizado e descendente, em que o papel das entidades sociais se dá fundamentalmente na fase de implementação dos projetos (MDA/SDT, 2005a, p. 10).

Nesse sentido, quando se fala em desenvolvimento territorial uma condição fundamental é que seja realizado por meio do envolvimento das forças sociais em todas as fases (sensibilização, realização do diagnóstico, definição do eixo aglutinador e das prioridades específicas, elaboração do plano e dos projetos, implementação e avaliação dos resultados). É preciso que se criem mecanismos institucionais que estimulem a participação ativa e paritária das diferentes formas de organização e representação social, o fortalecimento de redes sociais de cooperação e de parcerias institucionais e o estabelecimento de processos de concertação social (MDA/SDT, 2005e, p. 9). Com isso, a ação do Estado passa a incorporar a premissa da descentralização com participação social.

Portanto, a ideia de desenvolvimento territorial é indissociável das noções de planejamento e de gestão social (MDA/SDT, 2005e, p. 9). A gestão social deve se apoiar em sistemas descentralizados de decisão, baseados na participação, no estabelecimento de parcerias e na articulações em redes. Para tanto, *“requer a construção de pactos de concertação social – isto é, de formas de articulação social entre diversos agentes locais, públicos e privados –, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e das responsabilidades e, finalmente, mecanismos de controle social sobre as ações previstas no plano”* (MDA/SDT, 2005e, p. 11).

Essas novas institucionalidades territoriais representam espaços para o exercício do diálogo, negociação, complementaridade de perspectivas, construção de convergências, definição de prioridades e projetos. Esses espaços devem ser vistos como oportunidades para a consolidação de práticas democráticas, a superação de tensionamentos e divergências, a gestão pública e transparente das ações voltadas para o desenvolvimento territorial. *“Essas instâncias repercutem eventuais tensões e potenciais conflitos de interesses, mas também representam oportunidades para a prática democrática, para a busca de convergências, a transparência pública e a gestão social”* (MDA/SDT, 2005a, p. 14).

A gestão social é concebida conceitualmente como *“um processo de gerir assuntos públicos, por meio da descentralização político-administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica ampliação dos níveis de capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território”* (MDA/SDT, 2005d, p. 14). De acordo com essa perspectiva, os processos de gestão social estão voltados diretamente para favorecer níveis efetivos de deliberação por parte da sociedade civil, contribuindo para a afirmação de compromissos entre as esferas pública e privada (MDA/SDT, 2005d, p. 15), desde a esfera local até a nacional.

Ao Estado cabe o papel de animador desses processos de concertação e articulação interinstitucional, visando integrar horizontalmente as ações governamentais com as iniciativas das organizações da sociedade civil e, ao mesmo tempo, verticalizar as ações prioritárias, proporcionando uma sinergia coerente e planejada entre as esferas local e extra local, e integrando as diversidades inter-regionais. Para tanto, é preciso reconhecer que o Estado necessita investir na ampliação dos processos de capacitação das organizações locais, no sentido de fortalecer sua capacidade de intervenção autônoma e de inserção nos espaços de gestão compartilhada (MDA/SDT, 2005d, p. 14). Nesse sentido, isso significa que a resolução dos problemas enfrentados pelas populações que habitam um determinado território não é uma “responsabilidade exclusiva” do Estado, necessitando ser assumida e compartilhada com os diferentes atores sociais, econômicos, políticos e culturais que participam da construção desse novo arranjo institucional.

A organização da gestão social demanda também a definição de mecanismos e instâncias transparentes e democráticas de participação dos diferentes atores sociais no processo de sensibilização, mobilização, diagnóstico, planejamento, implementação do plano territorial, monitoramento e avaliação dos projetos específicos desenvolvidos na região. Esses procedimentos são importantes também para o estabelecimento dos papéis a serem desempenhados por esses atores e para a concretização de espaços de debates que estimulem a busca de compromissos entre as partes envolvidas, sempre procurando encontrar os pontos de convergência para superar os principais entraves ao desenvolvimento.

Outro requisito importante para a efetivação de uma gestão social fundamentada numa “visão processual, cíclica e dinâmica” (MDA/SDT, 2005d, p. 15) é a existência de um ambiente marcado pela descentralização político-administrativa, em que a tomada de decisões conte com a participação ativa e igualitária dos diferentes atores sociais nas etapas do processo deliberativo. A construção de uma estratégia descentralizada precisa “*fortalecer institucionalidades participativas e estáveis, capazes de gerir, no longo prazo, as iniciativas voltadas para o desenvolvimento dos territórios rurais*” (MDA/SDT, 2005a, p. 14).

Configuram-se, assim, em espaços sociais voltados para o exercício do diálogo, negociação e concertação de interesses, visando superar tensionamentos e estabelecer complementaridades entre as visões dos sujeitos sociais, “*de maneira que a pulverização e a fragmentação inicialmente existentes deem origem a um projeto coeso, mas diversificado, baseado nos ganhos mútuos aos diferentes grupos sociais. Isso implica uma desejável formalização de estruturas públicas capazes de propiciar a gestão social das políticas e processos de desenvolvimento dos territórios*” (MDA/SDT, 2005a, p. 11).

Ainda que tenham conformações específicas, essas institucionalidades deverão sempre expressar a diversidade social, buscando a representatividade, a pluralidade e a paridade entre as forças sociais, “*para que processos horizontais de negociação e decisão transformem práticas verticalizadas de gestão em processos de planejamento ascendente, baseados na construção de acordos multisetoriais*” (MDA/SDT, 2005a, p. 12). A criação dessas institucionalidades (fóruns, conselhos, consórcios etc.) capazes de estabelecer pactos que orientem a integração das ações desenvolvidas pelos diversos atores sociais, promovendo a convergência desses interesses, constitui-se num outro relevante requisito para a consolidação dessas iniciativas territoriais. E aqui é importante ressaltar que no processo de mobilização

das redes sociais, é fundamental “*contar com o conjunto de agentes do território, mesmo que isto implique em conflitos a serem sanados pelo processo de gestão social*” (MDA/SDT, 2005e, p. 14). A emergência de novos ambientes institucionais que comportem uma estratégia de descentralização aliada à participação social deve ser percebida como parte constitutiva desse processo, uma vez que as institucionalidades existentes não são adequadas para possibilitar esse novo tipo de intervenção do Estado na implementação de suas políticas.

Os processos de gestão social precisam estar apoiados, portanto, nas formas de organização social dos territórios, nos laços de proximidade, identidade, confiança e cooperação existentes entre os agentes locais (MDA/SDT, 2005a, p. 10). A criação e o fortalecimento das redes sociais de cooperação são instrumentos voltados para incrementar a capacidade técnica, gerencial e articuladora dos atores sociais, possibilitando maior grau de autonomia e de empoderamento às comunidades envolvidas na implementação do plano territorial de desenvolvimento (MDA/SDT, 2005d, p. 12). A mobilização dessas redes torna-se, assim, uma ferramenta relevante na conformação de novas institucionalidades, de novas regras de jogo, de novos espaços para a resolução dos conflitos (MDA/SDT, 2005e, p. 14). E onde esse processo encontra-se frágil ou não existe, “*é preciso criar espaços e condições para gerar o aprendizado e o esforço de identificação de complementaridades capazes de pôr em diálogo os diferentes agentes, fazer confluir suas perspectivas individuais, tatear e construir convergências onde há isolamento e fragmentação, formar esse capital social*” (MDA/SDT, 2005a, p. 10).

Nesse sentido, pode-se dizer que as articulações no âmbito de um território “*não se dão soltas no espaço e no tempo, não são livres de condicionantes, não são apenas o resultado do desejo dos agricultores ou de agentes do poder público. Cada arranjo institucional é condicionado, de um lado, pelo conjunto das regras que orientam o comportamento dos agentes e, de outro lado, pela trajetória particular de cada um desses agentes, seu histórico anterior de êxitos e de frustrações em iniciativas semelhantes, de seu aprendizado acumulado*” (MDA/SDT, 2005e, p. 26).

Além da importância de articular institucionalmente os agentes sociais em redes de cooperação, outro aspecto fundamental da construção dessa nova forma de gestão participativa dos territórios é a convergência das diferentes iniciativas de políticas públicas. Cabe destacar a necessidade de integração das ações desenvolvidas por esferas distintas de atuação (municipal, territorial, estadual e nacional) e, principalmente, dos programas governamentais executados por diferentes instituições e/ou organizações da sociedade civil atuantes em uma mesma esfera. Nesse caso específico, torna-se imperativo produzir complementaridades entre as ações das áreas econômica, social e ambiental, integrando-as dentro de uma estratégia de intervenção num determinado território (MDA/SDT, 2005e, p. 10).

ANEXOS do PTDRS

Francisco Beltrão, 02 de junho de 2010.

CONVITE

Prezados(as) Senhores(as),

Ref.: *Seminário para construção de diretrizes e ações do Território Sudoeste do Paraná*

O Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná - GGETESPA, constituído por 26 entidades, 13 governamentais e 13 não-governamentais, convida Vossa Senhoria para participar do *Seminário para construção de diretrizes e ações do Território Sudoeste do Paraná*, com o objetivo de definir as ações que irão permear as atividades destas instituições no processo de desenvolvimento do território.

O evento será realizado nos dias **17 e 18 de junho de 2010, na Casa de Formação Divino Mestre, no Morro Tabor, em Francisco Beltrão**, conforme programação em anexo.

As despesas com almoço, para os dois dias de Seminário, serão custeadas.

Certos de contarmos com o apoio e a participação de Vossa Senhoria, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Coordenação do GGETESPA:

Ari Silvestro (ASSESOAR) – coordenação geral

Norma Kiyota (IAPAR) – Secretaria executiva

Rome Schneider (CAPA) – Coordenação de projetos

Nilton Fritz e Ilário João Caglioni (EMATER) – Coordenação de gestão do PTDRS.

PROGRAMAÇÃO

Seminário para construção de diretrizes e ações do Território Sudoeste do Paraná

Data: **17 e 18 de de junho de 2010**

Objetivos:

- 1- Produzir diretrizes para planejar as ações de desenvolvimento de médio e longo prazo no Sudoeste do Paraná, como subsídio para as câmaras temáticas;
- 2- Estruturar um serviço de assessoria às câmaras temáticas do território tendo em vista operacionalizar as diretrizes deste seminário.

Método:

Manhã do dia 17:

Inscrições – 8:00

Início às 9:00

- Trajetória do território no sudoeste do paraná: aprendizados e fragilidades;
- Investimentos públicos no sudoeste do paraná: via território e outros canais;
- Os planos plurianuais, federal e estaduais, andamento.
- Síntese sobre as diretrizes das conferências da Agricultura, da Ação Social, da Saúde e Meio Ambiente, da Educação, pensando o desenvolvimento territorial.

Almoço às 12:00

Tarde do dia 17:

Início às 13:30

Grupos de trabalho: Análise e indicação de diretrizes:

4 grupos – Orientações: tempo: 1:30 hs; escolher coordenador/a e relator/a; fazer relato digital para exibir em projetor.

Grupo 1 – inicia com 'Relevância e limites do que já temos em andamento';

Grupo 2 - inicia com 'Vazios' em temos de demandas não percebidas, ou não consideradas, que julgamos prioritárias;

Grupo 3 – inicia com Limites e possibilidades em termos de legislação (planos plurianuais), para o que se quer no Território Sudoeste do PR;

Grupo 4 – inicia com Fontes nacionais/PR de recursos para o desenvolvimento.

15:00 - Tempo para relato: 15 minutos por grupo

16:00 – Intervalo

16:15 - Plenária e debates: construir o relato com visualização no projetor. Será a base para o trabalho de formulação das diretrizes para debate no segundo dia.

17:15 – Encaminhamentos para o dia seguinte

Manhã do dia 18, até o almoço:**Início às 9:00**

1- Retomada da produção do dia anterior, com o objetivo de realizar sínteses e visualizar as diretrizes prioritárias.

- Apresentação, discussão e decisão.

2- Rediscussão da estrutura do território quanto às câmaras temáticas: partir da apresentação da estrutura conforme o PTDRS/2006.

3- Encaminhamentos:

3.1- Assessoria às câmaras temáticas para operacionalizar estas diretrizes no plano de ação;

3.2- Calendário/atividades/responsabilidades.

12:30 – Almoço

Diretrizes para o desenvolvimento territorial do Sudoeste do Paraná

Aprovado em 18 de Junho de 2010

Comunicação e Lazer

- 1- Investimentos em infraestrutura de comunicação e informática, assentada na estratégia de geração de renda no local;
- 2- Investimentos e infraestrutura de lazer, arte e convivência para todas as idades, nas comunidades;
- 3- Mobilizar governo e comunidades para o embelezamento dos espaços públicos e das famílias;
- 4- Fortalecimento da identidade do povo do campo, através da valorização e recuperação da história local e da conservação do patrimônio das comunidades – escolas, Igreja, praças e pavilhões.

Educação Pública

- 1- Reposicionar geográfica e politicamente a escola pública, no/do campo e na/da cidade, vinculando-a aos problemas do desenvolvimento atual e aos problemas cotidianos de onde a escola está inserida;
- 2- Implementar as diretrizes operacionais, nacionais e estaduais, de educação do campo, reforçando e ampliando o trabalho já em curso;
- 3- Promover a aproximação das escolas e universidades públicas com os movimentos e organizações, tanto populares como outros órgãos públicos, que respaldem um novo papel do ensino formal para o desenvolvimento;
- 4- Enfrentar as estratégias empresariais (conteúdo e método) junto às escolas, principalmente no ensino fundamental e médio, tendo em vista afirmar os valores da cooperação e o debate das questões agrárias;
- 5 - Formação político-pedagógica de educadores/as para lidar com processos educativos que levem em conta a realidade onde a escola está inserida;
- 6- Criar incentivos aos profissionais que trabalham com as escolas consideradas difíceis quanto ao acesso e ao contexto;
- 7- Formar profissionais afinados com as demandas do desenvolvimento sustentável do Sudoeste do PR.

Saúde e Saneamento

Enquanto não houver uma política de abastecimento, com água e de alimentos qualidade para toda a população, não diminuirão os problemas de saúde. Necessitamos uma política de prevenção aliada ao acesso à água e alimentos saudáveis.

- 1- Assumir publicamente os riscos da contaminação da água e dos alimentos e seus impactos sobre a saúde humana, destinando recursos federais para a qualidade da água, o tratamento dos dejetos e a superação da contaminação por agrotóxicos;
- 2- Ampliação dos recursos para a estrutura de saúde preventiva nos municípios, especialmente em relação aos hábitos alimentares e às deficiências de saneamento, fortalecendo os PSFs;
- 3- Formação dos agentes que trabalham com a saúde, voltando-se para a prevenção e a utilização de fitoterápicos, homeopáticos e outras modalidades de saúde alternativa;
- 4- Política regional, da AMSOP, para captação e armazenamento por cisternas, proteção da água através da técnica de solo cimento e florestamento das nascentes, combinada com a restrição das políticas de perfuração de poços artesianos;
- 5- Considerar o saneamento nos programas públicos de habitação;
- 6- Apostar no hospital regional e na formação de médicos, como difusores da saúde preventiva, relacionada às mudanças nas condições do desenvolvimento;
- 7- Cuidados com o solo, usado para produção e para construções, para que não prejudique os mananciais e a disponibilidade de água potável;
- 8- Diferenciar, desde a matriz curricular do curso, a formação de médicos no Sudoeste do PR, com enfoque compatível com a realidade específica do campo e da medicina preventiva;

Questão agrária, geração e acesso à energia e à sucessão nas famílias

- 1- Reafirmar a reforma agrária como uma necessidade para o desenvolvimento do Sudoeste do PR;
- 2- Tornar o problema fundiário como um dos debates centrais do desenvolvimento do território, no Sudoeste do Paraná;
- 3- Reordenamento fundiário, adequando a estrutura fundiária à legislação do módulo mínimo;
- 4- O território deve ser o espaço propositivo da questão agrária, não um simples executor de políticas de outros níveis;
- 5- Afirmar o papel econômico da agricultura familiar e camponesa no que se refere à produção diversificada e de qualidade. As práticas de produção para autossustento deve ser potencializada como estratégia de atendimento das necessidades da sociedade;
- 6- Conceber o acesso à energia como um direito, semelhante a outros;
- 7- O potencial energético da região deve garantir o acesso e a diminuir o custo da energia para os agricultores familiares/camponeses e trabalhadores urbanos. Adotar, também para as atividades produtivas, o tarifamento progressivo da energia, conforme o consumo;
- 8- A sucessão na agricultura familiar será resolvida quando o desenvolvimento no campo não for marginal nas políticas de desenvolvimento. Essa questão será resolvida, portanto, com mudanças sociais mais amplas.
- 9- Forjar consensos mínimos em relação ao desenvolvimento regional, construindo força política para realizar alterações nos rumos do desenvolvimento nacional;
- 10- Os royalties das hidrelétricas do Sudoeste do PR deverão ser utilizados para a aquisição das terras dos agricultores familiares/camponeses a destinar para as matas ciliares e a proteção ambiental prevista em lei, além de outras necessidades do desenvolvimento dos municípios;
- 11- Investimento em alternativas energéticas já disponíveis, como a energia solar nas linhas de crédito de habitação. O objetivo é democratizar o acesso e desconcentrar os processos de produção de energia, especialmente junto à população do campo;
- 12- Programas viáveis que favoreçam o retorno de quem, vivendo na cidade, quer voltar para a agricultura

Produção

1. Promover uma matriz tecnológica pautada pela agroecologia, com a soberania das sementes, caminhando para transformar o Sudoeste do PR em área livre de transgênicos;
2. Articular, otimizar e ampliar, nesta perspectiva, os serviços de ATER pública e das iniciativas da agricultura familiar/camponesa;
3. Desenvolver a economia solidária como união estratégica entre o campo e a cidade;
4. Buscar a autonomia dos agricultores familiares/camponeses e combater a integração como controle das cadeias de produção pelas empresas;
5. Conhecer, fiscalizar, denunciar e cobrar a aplicação da legislação existente, com relação ao nível de contaminação de alimentos e solos, para afirmar uma nova forma de produção e alimentação;
6. Viabilizar a diversificação produtiva através de pequenas agroindústrias;
7. Avaliar os problemas e ampliar o mercado institucional para estimular a produção agroecológica e a valorização profissional do agricultor familiar/camponês;
8. Revisar a implementação do SUASA, com vistas a viabilizar o fortalecimento das agroindústrias familiares;
9. Criação de centros de abastecimento para os produtos da agricultura familiar/camponesa do Sudoeste do Paraná e ampliação de feiras, realizadas pelas pessoas de baixa renda, como forma de dinamizar as estratégias solidárias de comercialização.

Meio Ambiente

1. Tornar a questão ambiental em tema articulador de debates populares e da sociedade, no campo e na cidade;
2. Tornar o território numa instância de luta na busca pela compensação por cuidados ambientais promovidos pela agricultura camponesa/familiar;
3. Buscar o desenvolvimento de programas voltados ao meio ambiente, desde universidades (na formação de profissionais), instâncias de governo e legislativas, escolas públicas e organizações comprometidas.
4. Desenvolver mecanismos e instrumentos de política que incentivem a preservação ambiental;
5. Adequação da legislação ambiental às condições da agricultura familiar/camponesa;
6. Desenvolver uma política de remuneração à unidade de produção e vida familiar (UPVF), acoplada à sua decisão de adotar a agricultura ecológica. Tal política tem em vista democratizar o acesso ao alimento ecológico, em contraponto à 'prática do nicho' na comercialização de alimentos ecológicos;
7. Normatizar a instância do estado responsável pela realização dos serviços do Sisleg;
8. Luta pela proibição dos químicos comprovadamente danosos à vida social e natural;
9. Adotar, como foco principal dos debates ambientais, os problemas da contaminação química e biológica do ambiente e dos alimentos.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento e o Desenvolvimento Territorial

Documento de apoio à requalificação do Plano Territorial
Sudoeste do Paraná, maio de 2011

Apresentação

O presente documento é resultado de um ciclo de debates promovido pelo Colegiado do Território do Sudoeste do Paraná com os CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, no período de março e abril de 2011, como parte do debate para a requalificação do Plano de Trabalho Territorial.

Foram realizados 13 encontros reunindo os CMDRs por municípios próximos, nos quais participaram 362 conselheiros/as, representantes dos 42 municípios do território.

Estão aqui elencadas as principais elaborações e apontamentos, tanto dos encontros acima referidos, quanto de relatórios enviados posteriormente (até o final de abril) pelo CMDR de cada município, que reuniu-se ampliando a participação nos debates intermunicipais realizados. Considerou-se ainda o relatório publicado pela I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná, realizada em maio de 2010, com participação ativa dos CMDRs⁴². Esta é a versão aprovada no seminário territorial dos CMDRS, realizado no dia 10 de maio de 2011, em Itapejara d'Oeste – PR.

1- Diagnóstico da situação territorial

1.1 - Concepção de desenvolvimento e organização

De maneira geral, os membros dos CMDRs presentes nos encontros têm um tempo de participação superior a cinco anos nos conselhos, demonstrando que, apesar da diversidade de condições e dinâmicas, há um valoroso acumulado de experiências e conhecimentos em vista dos desafios da democratização da políticas de Estado e de Governo, na perspectiva de torná-las públicas.

Mesmo com este tempo de atividade dos conselhos, os participantes afirmaram haver ainda dificuldade quanto à compreensão do papel dos conselhos no desenvolvimento nos municípios, visto que, por um lado, as condições políticas (relações de poder) diferem de município para município e de um governo municipal para outro, após os eventos eleitorais. Por outro, o apoio disponibilizado até o

42 Aprovado por 184 conselheiros, a partir de propostas enviadas pelas conferências municipais.

presente, um importante esforço feito principalmente pela Emater, conta com estrutura insuficiente para acompanhar e aprofundar uma dinâmica permanente de assessoria e formação dos conselheiros de todos os municípios.

Por estas razões, uma parte dos conselhos ainda 'são de gabinete', não tendo condições de influir nos rumos do desenvolvimento.

A abordagem territorial do desenvolvimento não é conhecida pela maioria dos conselheiros atuantes, quadro agravado pelo dia-a-dia de atuação isolada dos municípios na tentativa de solução de seus problemas, por parte do executivo, que faz seguidas 'romarias' para Curitiba e Brasília, num esforço, na maioria das vezes, frutífero apenas para os municípios maiores.

Constatou-se que há uma 'periferia' nas ações de desenvolvimento no território, que fragilizam os municípios menores, quadro agravado pela prática do uso das emendas parlamentares.

Afirma-se que as emendas parlamentares poderiam contribuir caso os recursos canalizados fossem direcionados pelos planos municipais de desenvolvimento, construídos de forma participativa, o que não vem ocorrendo. Ao mesmo tempo, como os recursos das emendas são muito maiores do que aqueles disponíveis para que o território organize políticas de investimentos, observa-se que a maioria delas se destina a municípios onde há maior número de eleitores, uma vez que os mandatos 'vivem e se alimentam' dos votos. Ou seja, as emendas são um instrumento que desequilibram os investimentos, enfraquecendo ainda mais os municípios menores. Neste sentido, quanto maior for volume de recursos via emendas parlamentares, maior é o empecilho para o desenvolvimento territorial.

Por esta razão, o sucesso da proposta territorial de desenvolvimento exige a criação de novos meios de acesso aos recursos públicos que se guiem por um enfoque solidário entre os municípios, diminuindo o peso ou eliminando as emendas parlamentares e a prática concorrencial entre os mesmos. Os consórcios já experimentados, agrupando municípios próximos, são uma forma a adotar e fortalecer no desenvolvimento territorial.

Ao analisar a história recente dos investimentos no Território do Sudoeste do Paraná (últimos 20 anos), sempre tem afirmado que: *'a agricultura familiar está abandonada'*, *'a renda do pequeno agricultor é cada vez menor'*, *'tudo o que se investe favorece as empresas enquanto o agricultor sai da roça'*, *'a agricultura vai se esvaziar'*, *'a juventude não quer ficar na roça'*, *'a educação está fora da realidade'*, *'os municípios menores estão ficando sem gente'* ... Então, se faz 20 anos que já se verificava esta situação e, de lá para cá, se aumentou os investimentos e os recursos disponíveis, e se as políticas estão mais apropriadas, por que é que o problema, ao invés de se resolver, se agravou?

Conclui-se que não adianta apenas aumentar investimentos e disponibilizar recursos se eles não geram autonomia, renda e condições dignas de vida em todos os lugares. É hora de questionar profundamente as bases, os rumos e as políticas de desenvolvimento colocadas em prática, bem como os seus meios de definição e gestão.

Mesmo os escassos investimentos territoriais realizados nos últimos anos, que representam apenas 0,05% do total dos recursos públicos investidos no território, usados em estruturas de beneficiamento de sementes, banco de germoplasma, cursos de formação, agroecologia, controle biológico, estruturação de cooperativas de leite e comercialização, enfrentam problemas que os coloca em dificuldade de funcionamento. Os rumos e as políticas colocadas em prática, até o momento, foram ineficazes contra o esvaziamento do rural, especialmente da juventude, e o empobrecimento da população do campo, principalmente dos municípios menores, mas também do Sudoeste, se comparado a outros territórios do Paraná. Se o Sudoeste aumentou a produção bruta, houve aumento também da concentração das riquezas.

Nos municípios, por enquanto, apenas os CMDRS começam a tratar do desenvolvimento territorial, mas existem outros conselhos já atuantes nos municípios que não participam, o que enfraquece o território, uma vez que mais da metade da população já vive nas cidades. Há limites para pensar e planejar o município e o território de forma que contemple o campo com suas comunidades e as cidades.

O último aspecto levantado quanto à organização política diz respeito à sintonia entre os poderes municipais, estaduais e federais nas ações de desenvolvimento, que a organização territorial pode contribuir para a superação da atual fragmentação.

1.2 – A infraestrutura e o desenvolvimento municipal e territorial

A estrutura fundiária atual tem características limitantes para o desenvolvimento territorial e vem sendo agravada, por um lado, pelo aumento da concentração fundiária na mão dos grandes proprietários e, por outro, pelo aumento do número de famílias com terra insuficiente. Ao mesmo tempo, há a ausência de meios legais que garantam os investimentos nos espaços de vida e trabalho no campo, há falhas graves quanto à participação nas atuais formas de definir e gerir os plano anual, o orçamento e o plano plurianual dos municípios, razão pela qual a constituição de cada município deverá incluir, com urgência, novos meios legais para garantir a participação nas tomadas de decisão.

Repete-se, há muito tempo, que é necessário 'agregar valor' aos produtos dos agricultores. Contudo, as agroindústrias de pequeno porte, nos municípios, ficaram no papel por falta de recursos, acompanhamento técnico e empecilhos legais, enquanto as formas industriais de grande porte tendem a selecionar um pequeno número de agricultores mais capitalizados que '*permanecem no mercado*', como já tem acontecido na história do território. A luta pela implantação do SUASA, parece esbarrar no campo político, ao não se enfrentar o interesse das grandes empresas que industrializam e comercializam.

As infraestruturas viárias, de comunicação e ensino tendem a se concentrar nos municípios maiores e nas cidades, com uma recente tendência de desconcentração das estruturas públicas de ensino superior e tecnológico. Tal situação de concentração tem sido constante devido à prática tradicional dos gestores públicos municipais que imaginam alavancar o desenvolvimento do município baseados na doação de recursos públicos para o capital privado, para que se instalem nas cidades. Do ponto de vista territorial, são os municípios que já contam com um histórico de acumulação de infraestrutura e renda que, concorrendo com os municípios mais frágeis, sediam iniciativas econômicas, mesmo que elas tragam poucas vantagens, se consideradas as necessidades da maioria da população.

O acompanhamento técnico público disponibilizado às comunidades e às famílias é insuficiente e, na sua maioria, inadequado, o que facilita a contaminação do ambiente e dos alimentos pelos agrotóxicos e produtos veterinários. Por outro lado, do acompanhamento privado, controlado pelas empresas que comercializam os produtos químicos, não se pode esperar uma postura de defesa dos interesses da saúde da população, dos animais e do ambiente. É consenso que estas práticas estão causando danos à saúde das pessoas e dos animais no Território do Sudoeste devido a uma contaminação crônica, sendo necessário realizar pesquisas e apropriar-se das que já existem, para tomar as decisões e medidas na solução destes problemas.

As áreas urbanizadas das cidades são mais atrativas para os jovens, se comparadas com as condições da área rural. Destacam-se as condições de conforto nas moradias, o saneamento que é praticamente inexistente na área rural, a dificuldade de acesso aos financiamentos apropriados à maioria das condições das famílias do campo. O transporte e estradas rurais dificultam o deslocamento de filhos de agricultores para estudar em cursos técnicos e superiores, obrigando-os morar na cidade. O acesso ao atendimento aos problemas de saúde por parte dos agricultores, por realizarem seus afazeres nas primeiras horas do dia, é limitado, porque, geralmente, não chegam a tempo de conseguir uma consulta pela manhã, sendo forçados a permanecer todo o dia na cidade. A segurança no meio rural também é precária, devido às distâncias e à falta de policiamento.

O meio rural está abandonado quanto aos meios de comunicação como internet e telefonia, já que o poder público deixou este serviço para as empresas privadas e estas só fazem onde há muitos usuários, para aumentar seus lucros; ao mesmo tempo, o campo é invadido pelos meios comerciais, que colocam em prática os seus valores.

A organização em algumas cadeias produtivas, como a do leite, enfrenta problemas na qualidade, o inadequado manejo das pastagens perenes leva à degradação do solo, além de problemas sanitários como a falta de vacinação de bezerras contra brucelose e a não realização de exames de brucelose e tuberculose. Por outro lado, a concentração da estrutura de beneficiamento do leite em poucos lugares não aproveita o potencial que teria se realizada no município, aumentando os custos e drena os recursos para fora dos municípios que produzem.

Quando ao potencial diversificado da produção de alimentos no território, falta aproveitamento das frutas já produzidas (não há iniciativas de processamento), é baixa a participação dos agricultores nas feiras livres e em programas de alimentação, havendo poucos produtos na lista de alimentos destinados às escolas que possam ser fornecidos pelos agricultores.

Sobre as instituições de pesquisa e as universidades públicas, cuja missão é descrita como sendo a “*produção de conhecimentos e técnicas que promovam a produtividade e a eficiência econômica daquelas atividades que melhorem as condições da vida do agricultor*”, reconhecidos os avanços já proporcionados pela extensão estatal, verifica-se um grande abismo entre toda esta informação e os agricultores familiares, já que a maioria dos conhecimentos são repassados a empresas privadas que, através de seus técnicos, chegam aos agricultores, quadro que afeta a maioria das atividades produtivas, sendo, neste momento, mais visível na produção leiteira pela importância econômica que adquiriu no território. E, quanto à extensão privada, já que se move pelas regras de mercado, não há como direcioná-la pelas deliberações territoriais ou esperar que cumpra demandas de inclusão produtiva e social.

Por que a extensão pública do Paraná e das prefeituras não cumprem este papel?

O aumento da disponibilidade do crédito não tem sido um sinônimo de desenvolvimento rural, sendo preocupante porque já ultrapassa a capacidade de endividamento dos agricultores, com níveis crescentes de inadimplência.

2- Desafios ao planejamento territorial

O PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável deverá considerar, organizar e focar nas ações as necessidades comuns entre os municípios, abrindo novos canais de financiamento no que for de interesse coletivo e público.

Fazer o desenvolvimento de forma sustentável implica em fortalecer as iniciativas autônomas dos agricultores, como feiras e outras formas organizadas de venda para lugares mais distantes. Contudo, o compromisso dos agricultores será especialmente com a produção e seus rumos, enquanto a logística deverá ser política pública, uma vez que a produção de alimentos diversificada não é de interesse das empresas, que compram apenas os produtos padronizados e em grande escala, produzidos pela monocultura; tampouco se pode imaginar a agricultura familiar competindo no mercado contra as empresas para cumprir o seu papel de produzir alimentos para a sociedade. Se o seu papel é social, de produção de alimentos saudáveis e diversificados, cabe ao Estado garantir à população brasileira a infraestrutura para armazenamento e comercialização dos mesmos, dando fluxo à produção diversificada da agricultura familiar.

A juventude de hoje é diferente e, mesmo com as ações de ensino, entre outras, como as Casas Familiares Rurais, a maioria dos jovens sai do campo. Fortalecer políticas específicas de crédito e renda para a juventude é importante, mas não se mostrou suficiente para resolver o problema da sucessão e da ocupação do campo como lugar de produzir e viver. Há a necessidade de maior aprofundamento sobre esta problemática para gerar políticas eficazes, muitas delas fora da alçada do território, o que exigirá o envolvimento em ações em outras instâncias do Paraná e do Brasil.

Para o planejamento, o território deverá estar atento a um conjunto de ações necessárias, estabelecendo metas de longo prazo e prioridades a desenvolver em cada ano, com base nas demandas a seguir:

Infraestrutura viária descentralizada; políticas de controle da geração e reciclagem do lixo; tornar satisfatórias as políticas de habitação, saneamento e instalações rurais; adequação e conservação de estradas rurais; armazenamento de alimentos em estruturas públicas, com logística apropriada para a produção diversificada que organize a comercialização e o transporte, a exemplo do CEASA; adequação das UPVFs de acordo com a legislação vigente (APP e Reserva Legal); investimentos na estrutura de atendimento do SUS no território (medicamentos fornecidos gratuitamente, equipamentos de fisioterapia e odontologia), enfocando principalmente as doenças básicas, a exemplo dos PSF, com atenção para as doenças dos tempos atuais, como depressão e alcoolismo; remuneração e outras formas de incentivo para quem preserva os recursos naturais, incluindo as modalidades de estudo em tempo integral; reestruturação das escolas públicas do campo e dos seus programas de ensino; reordenação fundiária que inclua a possibilidade do acesso à terra em comodato; revisão do crédito fundiário, incluindo a possibilidade da aquisição da terra pelos herdeiros, desburocratizando-o nos moldes da habitação urbana;

criação de mecanismos de subsídios aos jovens rurais e premiação para aquelas famílias cujos jovens organizam sua vida no campo; desenvolver programas de discussão e formação dos pais tendo em vista compreender seus filhos e a juventude, melhorando as condições de sua inclusão; fomento, acompanhamento e alteração da legislação relativa às agroindústrias de pequeno porte, familiares e associativas – urgência na implantação do SUASA; programas e campanhas educativas para os pais, tendo em vista recompor o papel da escola e apontar novas formas de educação dos filhos diante da realidade atual; política de uso sustentável dos solos para moradia e produção com enfoque nos cuidados ambientais, a exemplo das agroflorestas; políticas avançadas de controle da qualidade e uso racional da água à população do campo, especialmente às comunidades com maiores dificuldades, adotando as tecnologias de proteção de fontes, poços subartesianos, recuperação e proteção de mananciais, apontando formas para resolver os problemas da contaminação pelo lixo e pelos agrotóxicos; avaliar e implementar ações ambientalmente sustentáveis que estabilizem a invasão do espaço do campo pelos mosquitos borrachudo e transmissor da dengue e por formigas cortadeiras; no saneamento animal, faz-se necessário a adoção de políticas permanentes no combate à Febre Aftosa, à Brucelose e à Tuberculose; acompanhar o projeto da AMSOP quanto à 'cadeia leite' realizado com a Agência de Desenvolvimento do Sudoeste, avaliando seus rumos e a qualidade, implementando programas de troca de experiências entre agricultores; criar condições de ampliar as compras dos alimentos pelo governo federal, garantindo os preços mínimos (CEASA); integrar-se na mobilização e luta pela criação de um fundo nacional, com recursos previstos no orçamento, destinado à agricultura familiar; lutar pela desburocratização do Pronaf e do Sisleg; lutar por alterações na lei de enquadramento dos agricultores familiares para garantir o acesso às políticas públicas, especialmente a questão ambiental; reforçar a atenção das instrumentos de fiscalização e controle do Estado, para que o agronegócio cuide do ambiente de forma apropriada, cumprindo a legislação; fortalecer as organizações da agricultura familiar que enfoquem a autonomia, a diversificação, a cooperação e o avanço da organização de base, especialmente de mulheres e de jovens; reorientar/rever o conceito e a prática das cadeias produtivas para que fortaleçam os agricultores; implementar formas de comunicação pública de qualidade (telefone e internet) às comunidades rurais, especialmente às mais distantes, hoje não atendidas sequer pelo serviço privado; refazer o debate e apontar demandas de pesquisa às universidades públicas, com relação à geração e avaliação de tecnologias apropriadas à uma agricultura sustentável e adequada à pouca mão de obra do campo; viabilizar programas de formação para disseminar a formação técnica para as famílias do campo; apoio à luta dos atingidos pelas barragens pelos seus direitos e aplicação dos royalties em projetos territoriais;

regularização fundiária; complementação da malha asfáltica nos municípios ainda não ligados; formação de técnicos e outros profissionais para apoiar os agricultores no uso de tecnologias alternativas e sustentáveis; formular políticas específicas para quem decidir diversificar a produção e não quiser utilizar agrotóxicos, incentivando a aprovação de leis nos municípios para limitar o uso dos contaminantes químicos; programar a realização de debates e de pesquisas sobre os usos e impactos dos agrotóxicos e outros produtos químicos no meio ambiente e na saúde; tratar com seriedade as condições de degradação do solo no território, causadas pelas atuais práticas agropecuárias – adotar políticas de recuperação; adotar como linhas produtivas estruturantes do desenvolvimento territorial a produção de olerícolas e as frutíferas, construindo canais públicos adequados de comercialização para o território e para fora dele, com incentivo à produção ecológica e/ou orgânica e garantindo a comercialização da produção feita em menor escala e sazonal; reequipar as prefeituras com pessoal e equipamentos para atender ao seu povo; federalização das faculdades regionais com cursos profissionalizantes; reestruturação dos assentamentos implementando políticas de habitação, crédito, ater e produção; avançar nas ações combinadas entre a Emater e as Secretarias de Agricultura para que os agricultores tenham maior acesso aos conhecimentos; investir na formação dos técnicos que acompanham a agricultura familiar. No que se refere às políticas de assistência social, criar casas abrigo onde ainda não existam

De forma geral, as políticas deverão criar condições para que a população escolha viver e trabalhar no campo, modificando a percepção atual de que só é possível viver na cidade. Uma forma dos municípios menores resolverem seus problemas, como máquinas para infraestrutura no campo, é organizando-se em consórcios, fortalecendo os conselhos para que tenham força de garantir a aplicação do orçamento destinado à agricultura.

3- Propostas para a organização, assessoria e animação territorial

O território do Sudoeste, a partir de seus dirigentes, deverá garantir condições para:

- Formação e acompanhamento permanente aos conselhos municipais, buscando animar eventos coletivos dos mesmos em cada município, criando para isso uma equipe permanente de assessoria;
- Acolher a participação ampliada dos conselhos municipais de desenvolvimento nas instâncias territoriais, como o colegiado e as câmaras temáticas, viabilizando a participação com recursos pagos pelas prefeituras;

- Fortalecer os conselhos com a ampliação da participação de base e o debate permanente dos enfoques territoriais;
- Dinamizar no plano de formação dos conselheiros, os conteúdos e métodos sobre orçamento público municipal, para compreender, apresentar propostas e acompanhar a execução, por exemplo, do PPA, da LDO e da LOA;
- Implementar políticas que aproximem os municípios ao buscar saídas para seus problemas. A organização territorial deverá comportar vários consórcios de municípios, a exemplo do que funciona na Fronteira, para descentralizar os investimentos, garantindo as especificidades;
- Reorientar as práticas para que as emendas parlamentares passem pelas discussões dos conselhos e do território, fortalecendo os investimentos de interesse coletivo e territorial.

4- Indicativos prioritários para o planejamento territorial, por câmara temática

(Conforme apontamentos do seminários de 10 de maio de 2011)

4.1 - Questão Agrária, geração e acesso à energia e sucessão

Regularização fundiária nas propriedades que ainda não têm os documentos

Facilitar o acesso a terra e condições para se manter com dignidade

Reestruturação do sistema de crédito fundiário

Aumentar o limite para enquadramento no crédito fundiário de 30 mil para 80 mil e criar critérios regionais para enquadramento, com diminuição da burocracia

Possibilitar a aquisição de terra entre herdeiros

Visualizar unidades de biocombustíveis

4.2- Educação Pública

Aprofundar o conhecimento sobre a educação do campo no campo, sensibilizando governos e sociedade para sua importância

Reestruturação das escolas públicas do campo, de seus programas de ensino e currículo, voltando-a para a valorização do campo desde os primeiros anos

Escola no/do campo, com currículo adequado à realidade do campo

Valorização das Casas Familiares Rurais e aproximação do ensino entre órgãos

Sensibilizar os pais para a necessidade de lutarem por uma escola apropriada aos seus filhos, valorizando a condição e a vida de agricultores

Universidade Pública com atenção, meios e enfoques apropriados aos povos do campo

Melhorar a qualidade do ensino fundamental

Valorização da sucessão familiar.

4.3- Meio Ambiente, Saneamento e Saúde

Forçar o município e a Sanepar na implementação de fossas ecológicas

Melhorar a qualidade da água, adotando tecnologias acessíveis e já comprovadas de proteção de fontes

Recuperação dos mananciais

Organização da propriedade: fossas, esgoto, destino correto do lixo, condições da habitação rural

Implantação das EFS

Controle racional da água com remuneração para quem preserva os recursos naturais e utiliza os solos de maneira sustentável

Desburocratização ao acesso do Sisleg

Licenciamento ambiental

Abastecedor comunitário

Saneamento urbano, esgoto coletado e tratado, controle da erosão

4.4- Produção, Renda e Abastecimento

Estrutura de armazenamento e logística públicas apropriadas para garantir a comercialização de alimentos diversificados dos agricultores familiares (SUASA), aproximando o acompanhamento técnico, pesquisa e extensão;

Acompanhamento técnico para a diversificação de atividades produtivas das propriedades

Criação de centro regional de comercialização e coordenada pelo setor público

Retomar os investimentos, a legislação e a orientação técnica para fortalecer as agroindústrias familiares e associativas, nos municípios, disponibilizando com mais agilidade as pesquisas públicas

Organização da infraestrutura e de pessoal para melhoria das condições de sanidade animal e vegetal

Implementação do Suasa

Governo: aumentar os mecanismos e os recursos para comprar a produção da agricultura familiar

Programa de incentivo à produção e ao preço mínimo

5- Encaminhamentos gerais quanto à organização territorial

Incentivar a prática de constituir consórcios entre municípios como forma de organização territorial, com participação dos CMDRS;

Trabalhar para que as emendas parlamentares passem pelos planos dos consórcios;

O Território deverá ampliar a estrutura permanente de assessoria e recursos para realizar as atividades e os eventos de forma que atinja por igual os 42 municípios do território;

Esclarecimento junto aos prefeitos a respeito do CMDRS, quanto ao seu papel e formas de participação.

“Somos resultados de nossos gestores, dos que decidem por e para nós” - CMDR – Clevelândia.

Organização final:

Valdir Duarte, da equipe da ASSESOAR, temporariamente na consultoria à requalificação do plano territorial, via convênio RURECO/SDT.

Orientações das Conferências

**RELATÓRIO FINAL DA
I CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Sudoeste do Paraná,
06 de maio de 2010

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar as propostas construídas pela **I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná**, realizada no dia 06 de maio de 2010, na cidade de Francisco Beltrão-PR, como etapa preparatória para a II Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O evento contou com a participação dos 42 municípios da Região Sudoeste do Paraná, com a presença de delegados representantes da sociedade civil e do poder público de cada município, além da comissão organizadora e demais instituições organizadoras e apoiadoras do evento, com um total de 184 participantes.

A comissão organizadora foi composta por representantes do Instituto Emater das regiões de Pato Branco e Francisco Beltrão, pelas Associações de Secretários Municipais de Agricultura das regiões de Pato Branco e Francisco Beltrão e pelo Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

A sua construção deu-se através da discussão do documento base apresentado pela comissão organizadora, a qual apresentou uma compilação das propostas enviadas pelas conferências municipais. O documento base foi estruturado em três temas, sendo 1) Organização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2) Desenvolvimento Socioeconômico do Sudoeste do Paraná, e 3) Qualidade de Vida no Meio Rural do Sudoeste do Paraná. Para cada tema, foi formado um grupo de discussão, o qual avaliou o documento base, ponderando sobre ajustes no mesmo. Posteriormente, realizou-se a plenária do evento, com a apresentação das propostas de cada grupo e sua aprovação. Desta forma, este relatório apresenta as propostas aprovadas pela plenária da I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná, dividido nos três temas acima citados.

Entendemos que este relatório, além de contribuir com a II Conferência Estadual, possa ser usado como balizador na proposição de políticas públicas para a região Sudoeste do Paraná e dos 42 municípios que a compõem.

Comissão Organizadora.

TEMA 1: ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SUDOESTE

Organização dos agricultores

- Incentivar e fomentar a organização dos agricultores em comunidades, associações, cooperativas e sindicatos, visando melhorias nos processos produtivos e de comercialização, bem como forma de representação político-social frente aos poderes públicos e a sociedade em geral;
- Ampliar a participação, representação e articulação da agricultura familiar com os poderes públicos, como forma de defesa dos interesses dos mesmos (problemas e potencialidades);
- Buscar formas de superar o individualismo dos agricultores;
- Monitorar os recursos públicos destinados ao desenvolvimento rural dos movimentos e organizações sociais e demais órgãos públicos;
- Divulgar a importância do conselho de desenvolvimento rural e suas ações em todos os segmentos públicos, sociedade civil, organizações e entidades a fins;

Estruturação do conselho

- Criar uma ajuda de custo (deslocamento e/ou alimentação) para custear as despesas dos conselheiros que são agricultores, para poderem participar das reuniões dos conselhos;
- Tornar todos os CMDR's de caráter deliberativo;
- Orientar para que todos os municípios criem CMDR's, através de leis e não por decretos;
- Orientar para que haja uma participação de mulheres e jovens nos CMDR's;
- Incentivar a participação de representantes de todas as associações de produtores como membros dos CMDR's;
- Incentivar a participação de setores organizados dos agricultores nos CMDR's, como cooperativas, associações, sindicatos, entre outros;
- Orientar para que os CMDR's tenham participação majoritária de agricultores e de suas organizações representativas (sociedade civil);
- Organizar os CMDR's para que tenham um calendário de reuniões pré-estabelecidas durante o ano, no mínimo a cada 60 dias, garantindo assim maior participação de seus membros e a discussão de assuntos pertinentes ao desenvolvimento dos municípios;
- Os conselhos e conselheiros dos CMDR's devem conhecer os projetos a serem implantados no município, a fim de colaborar na melhor execução;
- Os conselheiros representantes das comunidades e associações de produtores devem ser eleitos ou indicados pelas comunidades e associações, e não nomeados pelo poder público;
- Organizar os conselhos e seu regimento interno para que haja uma exigência de assiduidade de participação do membro do conselho nas reuniões do CMDR, a fim de dar continuidade aos trabalhos entre uma reunião e outra. Caso não haja participação, que seja substituído o conselheiro;
- Participação do conselho na elaboração de projetos destinados a agricultura;

- Integração entre Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Territorial, CEDRAF e MDA;
- Proporcionar uma reformulação dos conselhos para que sejam democráticos, transparentes e honestos, que contemple todos os segmentos do meio rural;
- Manter o conselho sem influência partidária nas decisões;
- Reestruturação de um conselho ativo com credibilidade e comprometimento dos componentes;
- Integrar os membros do CMDR's com a administração municipal;
- De preferência, que o presidente do conselho seja um agricultor;
- Dar condições metodológicas e financeiras para que os conselheiros possam repassar as informações dos conselhos para as comunidades;

Capacitação dos Conselheiros

- Organizar um plano de capacitação dos conselheiros, visando habilitá-los a participar de forma efetiva e atuante nas tomadas de decisões dos CMDR's;
- Capacitar os conselheiros sobre orçamento público municipal, a fim de que os mesmos possam compreender e acompanhar a execução, como por exemplo, do PPA, da LDO e da LOA;
- Capacitar os conselheiros para buscar e garantir a aplicação dos recursos para a agricultura;
- Repasse de metodologia para que o conselheiro perceba as realidades rurais e possam incluir estas necessidades na LDO, PPA, LOA;
- Convidar para as reuniões do conselho, quando necessários, pessoas capacitadas para falar de diferentes assuntos proporcionando uma capacitação permanente aos conselheiros;

Papel do conselheiro e plano de trabalho do conselho

- O CMDR deve levantar as necessidades e potencialidades das comunidades, através de visitas, reuniões e da participação dos membros das comunidades no CMDR;
- Todos os CMDR's devem elaborar um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, com visão de curto, médio e longo prazo, para a agricultura do município, a fim de definir as suas prioridades/vocações, a partir das necessidades e potencialidades das comunidades;
- É papel do CMDR conhecer, decidir, monitorar e fiscalizar sobre a destinação de recursos públicos para a agricultura, dentro da visão de atender prioritariamente as áreas mais carentes e dentro do plano de trabalho do CMDR;
- Buscar a integração entre os CMDR's com os demais espaços do poder público executivo e legislativo, bem como de outros segmentos sociais, inclusive das áreas urbanas, para participar da construção de políticas públicas;
- Os conselheiros devem informar a população a qual representam sobre o andamento das suas atividades;
- Buscar recursos junto às demais entidades para desenvolver a agricultura;
- Elaborar propostas para permanência da juventude no meio rural;

- O CMDR tem que ser capaz de criar, planejar, decidir e ser reconhecido e respeitado pelos demais órgãos;
- Discutir o orçamento municipal;
- Conhecer o caráter (deliberativo ou consultivo) do CMDR para exercê-lo;

Papel do poder público e orçamento municipal, estadual e federal

- Estabelecimento de um projeto de emenda constitucional com um percentual mínimo de 5% dos orçamentos públicos municipal, estadual e federal para aplicação em programas/projetos da agricultura, conforme parecer do conselho, a exemplo do que já existe em outros setores como da saúde, educação e ação social;
- Garantir a participação dos conselhos na elaboração do PPA, LDO, LOA dos municípios e do estado;
- Maior divulgação dos orçamentos públicos à sociedade;
- Contemplar recursos no orçamento municipal para custeio das despesas dos conselheiros e formação dos mesmos;
- Trabalhar de forma integrada com a ATER e Prefeitura Municipal para acompanhar as principais demandas em especial a produção de alimentos;
- O poder público deve estar mais próximo do CMDR, conhecendo as propostas um do outro e quando possível, o executivo participar das reuniões do CMDR;

TEMA 2: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Planejamento da produção/propriedade/ diversificação das atividades/comercialização

- Criar política de Incentivo à conservação e correção da fertilidade dos solos (calcário, fosfato, adubação verde, terraceamento/murundum, plantio direto, readequação de estradas...);
- Incentivo a adoção do plantio direto, inclusive com apoio a mecanização nas pequenas propriedades;
- Incentivo a diversificação da produção nas unidades familiares, fomentando inclusive a produção de alimentos saudáveis para o consumo familiar (subsistência). As produções a serem incentivadas para a diversificação são: olericultura, fruticultura (instalação e renovação de pomares, e armazenamento), bovinocultura de leite (melhoramento genético, pastagens e qualidade do leite), sistema agrosilvopastoril e de integração lavoura-pecuária, silvicultura (reflorestamento), piscicultura, avicultura, suinocultura, turismo rural e apicultura;
- Incentivo a produção e a agroindustrialização familiar da produção no meio rural, de diferentes produtos (leite, frutas, verduras, cana, carnes...);
- Implantação de política de preço mínimo dos produtos da agricultura e garantia de renda;
- Buscar formas de redução dos custos e aumento da produção, como a otimização na utilização dos insumos;

- Identificar e incentivar as potencialidades produtivas das comunidades, municípios e região, com base em mercados existentes e na viabilidade econômica das atividades;
- Incentivo a produção agroecológica e/ou orgânica;
- Maior fiscalização quanto ao vazão sanitário, a fim de evitar problemas fitossanitários (Ex. vazão sanitário contra ferrugem da soja);
- Incentivar a sustentabilidade da propriedade rural;
- Resgate e uso de sementes crioulas, com melhoria da legislação vigente para acesso ao crédito;
- Auxiliar na organização e comercialização de insumos e da produção em conjunto pelos agricultores, buscando ampliar as margens de lucro dos agricultores;
- Maior controle/fiscalização sobre o uso de agrotóxicos, visando menos impacto ambiental, melhor saúde das famílias e alimentos “limpos”, bem como implantação de programa de manejo de pragas e doenças das lavouras;
- Elaboração de projetos produtivos conforme a aptidão dos locais (clima, solo, declividade...);
- Realização das feiras municipais de produtores;
- Controle da febre aftosa, brucelose, tuberculose e outras zoonoses;
- Programas de incentivo ao uso da irrigação;
- Criação de centros municipais de comercialização de produtos dos agricultores “mini-Ceasas”;

Crédito

- Melhorar a aplicação do crédito rural, através do planejamento de seu uso nas atividades das propriedades;
- Desenvolver projetos de crédito por propriedades e não por atividades isoladas, e incentivar a utilização de sementes crioulas;
- Promover à igualdade de participação do gênero feminino ao acesso ao crédito, sem exigências diferenciadas;
- Promover ou facilitar o acesso ao crédito, através da desburocratização das linhas de crédito em todos os municípios;
- Ampliação do quadro técnico de ATER dos municípios para que possa ter uma melhor assistência, tanto na elaboração quanto na implantação dos projetos de crédito;
- Melhorar o tempo de análise e deferimento dos pedidos de seguro de lavouras;
- Melhorar as linhas de crédito para compra de terras;
- Criar linhas de crédito rural para reforma ou construção de habitação rural;

Políticas públicas

- Estabelecer políticas públicas, através de lei, com garantia de um percentual mínimo de 5% dos recursos do orçamento público municipal, estadual e federal para aplicação em projetos e programas da agricultura;

- Viabilizar a assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares de forma contínua e gratuita, contemplando a gestão das suas unidades produtivas, as tecnologias de produção, meio ambiente e condições sociais;
- Apoio com horas máquinas para enleiramento de pedras, destoca, construção de açudes e construção de bebedouros para animais;
- Melhoria da estrutura de escoamento e estocagem da produção na região (estradas, pontes, armazéns – câmara fria para frutas);
- Melhoria nas estradas rurais, com readequações e construção de calçamentos. Para a construção de calçamentos, que seja feita a readequação primeiramente;
- Criar uma política que vise à redução da carga tributária para a agricultura, principalmente dos insumos;
- Implantação de forma efetiva do SUASA no Estado do Paraná e nos municípios, atendendo as agroindústrias familiares;
- Criar política pública permanente de melhoria da habitação rural com juros subsidiados e equivalência produto, para que haja a permanência dos agricultores no meio rural com qualidade de vida, a fim de diminuir o êxodo rural;
- Criar patrulhas de máquinas para obras viárias nos municípios para melhorar as condições de tráfego nas estradas rurais;
- Criar planos municipais de assistência técnica rural como forma de integrar e potencializar as ações dos técnicos;
- Aperfeiçoar a política de reforma agrária melhorando as ações de regularização e titulação de áreas rurais, principalmente em assentamentos de reforma agrária, além de outras propriedades fora de áreas de reforma agrária, com garantia de assistência jurídica e cartorária gratuita em casos de regularização;
- Incluir processos de educação do campo na educação formal, tanto das escolas rurais como urbanas, como por exemplo, através de inserção de disciplinas e conteúdos voltados ao meio rural e meio ambiente. Além disto, incentivar o acesso dos jovens rurais a universidades públicas, e que sejam incentivados através de “*bolsa primeiro emprego*” a voltar para o meio rural, auxiliando na sua propriedade e nas propriedades dos demais agricultores da comunidade;
- Complementar os equipamentos das patrulhas agrícolas das associações;
- Rever as leis trabalhistas para o campo, para que o contratante não seja tão penalizado;
- Exigir contrapartida das associações e cooperativas, quando do recebimento de bens e equipamentos públicos;
- Promover ações frente às dificuldades de sucessão familiar devido a não permanência dos jovens no meio rural, principalmente ações de geração de renda;
- Criar laboratórios (regionais) de análises clínica e patológicas para animais, através de parcerias com universidades e outros parceiros;

Capacitação das famílias rurais

- Capacitação para implantação de sistemas agrossilvipastoris nas propriedades rurais como forma de diversificação das atividades e das rendas;
- Formação de lideranças nas comunidades rurais;
- Capacitação do agricultor para agroindustrialização e comercialização de seus produtos, seja produtos tradicionais e/ou orgânicos, visando agregação de valor;
- Cursos em todas as áreas da diversificação agrícola e pecuária e pequenas atividades;
- Capacitação em planejamento da atividade e gestão da propriedade rural;
- Elaboração de plano de capacitação conforme as demandas municipais;
- Capacitação de operadores de patrulha mecanizada rural;
- Capacitação para uso correto de agrotóxicos e prevenção de acidentes;
- Capacitação visando o processo de sucessão na propriedade rural;
- Divulgação de tecnologias da produção dentro das realidades sociais, econômicas e ambientais de cada local;
- Ampliação de educação do campo – Casas Familiares Rurais, Colégios Agrícolas, entre outras;
- Capacitação em transformação de produtos da agricultura (agroindústria);
- Formação para transição de atividade extrativista para produtiva;
- Criação de Centros de Capacitação para os jovens agricultores e para os professores que trabalham com jovens rurais, visando a valorização do meio rural e a possível permanência dos jovens, aproveitando estrutura de Colégios Agrícolas e Casas Familiares Rurais;
- Curso de organização e paisagismo visando o embelezamento das propriedades;
- Capacitação em gestão e planejamento da propriedade rural;
- Intercâmbios entre municípios para conhecimento de experiências de sucesso;
- Educação e conscientização ambiental;
- Cursos de cooperativismo e associativismo;
- Intercâmbios entre agricultores;
- Criar mecanismos para acesso à educação a distância para os agricultores, seja de curso formais (ensino médio e superior) e mesmo profissionalizantes;
- Viabilizar o Centro Estadual de Ensino Profissionalizante Assis Brasil, localizado no município de Clevelândia, em um centro de treinamentos de produtores rurais com parceria da Secretaria de Educação, SEAB e demais órgãos;
- Incluir nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, disciplinas específicas com foco no tema gestão das atividades rurais;

TEMA 3: QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL DO SUDOESTE DO PARANÁ

Qualidade de vida no meio rural

- Garantia de segurança pública no meio rural, com policiamento (patrulhas rurais);
- Monitoramento via satélite da fronteira;
- Garantia de acesso à alimentação de qualidade, com incentivo a diversificação e produção “limpa”;
- Melhoria na qualidade de vida com políticas públicas nas três esferas (municipal, estadual e federal), e agilidade na liberação dos recursos de habitação e saneamento básico no meio rural com programas governamentais;
- Garantia de acesso a um sistema de saúde pública de qualidade no meio rural, com agentes comunitários qualificados e PSF, bem como criação e/ou ampliação da rede odontológica móvel no meio rural;
- Acesso à educação de qualidade no meio rural, que contemple no currículo a valorização e integração do meio rural com o urbano;
- Mais escolas com ensino profissionalizante voltadas ao meio rural;
- Acesso a transporte coletivo e estradas de qualidade no meio rural;
- Acesso a atividades de lazer e culturais no meio rural, como esporte, teatro, música e atividades que promovam a auto estima;
- Coleta de lixo reciclável e de materiais poluentes na área rural;
- Inclusão digital (telefonia e internet) nas comunidades e aulas de informática;
- Realização de campanhas direcionadas a qualidade de vida do agricultor, com equipes multidisciplinares;
- Melhorar a oferta de água potável de qualidade às populações, através de proteção de fonte/minas de água, construção de poços ou cisternas comunitárias, sistemas coletivos de distribuição de água e manejo de dejetos;
- Instalações rurais (estábulo, galpões, vias...) adequadas para preservação da saúde;
- Conservação, instalação e o embelezamento da propriedade;
- Diagnosticar as causas dos problemas e não apenas se deter às consequências (ex. alcoolismo, câncer de pele, depressão, CRAS, etc), promovendo tanto ações preventivas, como de tratamento;

Meio ambiente

- Incluir nos currículos escolares a educação ambiental, bem como em programas voltados a sociedade em geral;
- Melhorar a qualidade da água, através da proteção de mananciais e da destinação adequada de dejetos humanos e animais, além de construção de abastecedores comunitários;
- Coleta de lixo reciclável e de materiais poluentes no meio rural;
- Orientar para importância da reposição e conservação da Reserva Legal e APP;

- Política de remuneração econômica sobre áreas de preservação permanente e reserva legal (remuneração por serviços ambientais);
- Auxílio governamental para os agricultores familiares adequarem e conservarem ambientalmente suas propriedades de acordo com a legislação, auxiliando nos trâmites legais e com ajuda no isolamento das áreas de APP e RL;
- Adequar a legislação ambiental de acordo com a realidade de cada propriedade, município, região e do Estado;
- Revisão do código florestal brasileiro, em função da inviabilização de muitas propriedades da agricultura familiar;
- Maior fiscalização sobre aquisição e aplicação de agrotóxicos, bem como sobre a devolução de embalagens;
- Promoção e investimento com políticas públicas para recuperação, correção, uso e conservação dos solos agricultáveis;
- Incentivar e ampliar as possibilidades de exploração da reserva legal;
- Incentivar o uso do manejo integrado de pragas e doenças pelos agricultores como forma de reduzir o uso de agrotóxicos;
- Incentivo a produção e consumo de produtos orgânicos/agroecológico;
- Priorizar e fomentar atividades que contribuam para a preservação do meio ambiente;
- Conciliar a produção agropecuária com a preservação ambiental e silvipastoril, sem inviabilizar as propriedades rurais;
- Reativação de viveiros municipais de mudas nativas e exóticas para implantação de mata ciliar e áreas de preservação permanente, além de silvicultura para geração de renda;
- Rever as políticas de liberação e conscientização do uso de agrotóxico com eliminação da comercialização de alguns princípios ativos (ex. efeitos sobre a fruticultura e horticultura);
- Instituição de leis municipais de conservação de solo e preservação das águas;

Futuro da agropecuária do Território

- Ter uma agricultura sustentável onde as famílias possuam qualidade de vida (saúde, educação, segurança, lazer, infraestrutura, habitação, saneamento, cultura ...), com geração de renda e empregos, preservação do meio ambiente e reprodução social das famílias rurais. Esta agricultura deve ser reconhecida e valorizada como essencial para a sociedade em geral;
- Construção de projeto alternativo que vise o desenvolvimento integral, com legislação diferenciada para as pequenas agroindústrias de área vegetal e animal;
- Criar políticas públicas com mudanças do modelo atual para um modelo estruturante, sustentável e autônomo, estabelecer um processo de transição (ex produzir sementes, trocar insumos e diversificar).

Resumo dos documentos oficiais das demais conferências

II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - (maio de 2010)

Abrangência - 317 municípios - 640 delegados e 80 observadores

De forma geral a Conferência Estadual segue o mesmo perfil dos eixos temáticos da Conferência Regional. Acrescenta alguns aspectos e dimensões mais amplas para a sustentabilidade do desenvolvimento, como a redução das desigualdades sociais e regionais, a soberania nacional, a ampliação da participação social, a universalização dos direitos fundamentais, a distribuição da renda, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a reforma agrária, a conservação da biodiversidade e convivência com biomas, a promoção da igualdade de gênero, de geração, raça e etnia.

1. Com relação aos **Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável** incorpora e reforça basicamente as mesmas propostas da Conferência Regional, amplia o enfoque de alguns aspectos e traz algumas propostas novas, conforme segue:
 - Reforça o caráter institucional dos Colegiados e propõe ampliar a representatividade;
 - Nas articulações para fora reforça a relação com o CEDRAF e CONDRAF - propõe a criação/ organização de um Fórum dos Conselhos Municipais;
 - Propõe a criação do fundo municipal da agricultura;
 - Recursos para o custeio das despesas operacionais e decorrentes da atuação de seus membros;
 - Propõe a criação de um Fundo Nacional para Agricultura Familiar;
 - Criação de Secretarias Municipais de Agricultura nos Municípios que ainda não possuem.

2. Ressalta a eficiência e importância econômica e incorpora a proposta de **reconhecimento e valorização da agricultura familiar** na produção de alimentos e segurança alimentar, dentro de uma perspectiva de uma **agricultura sustentável** associada à qualidade de vida das famílias. Assim como as proposição quanto à **qualificação dos sistemas de produção** e mudanças na composição dos sistemas de produção, na base tecnológica e na relação de mercado.

Incorpora os demais aspectos mais específicos da conferência regional, amplia e traz algumas novas propostas conforme segue:

- Preços mínimos remuneradores aos produtos da agricultura familiar com garantia de compra do excedente pelo governo;
- Investir na agroindustrialização e outras formas de agregação de valor à produção agrícola no próprio meio rural, por meio do apoio ao cooperativismo, à organização de bases e redes de comercialização, e à participação das organizações dos agricultores familiares nos mercados institucionais.

- Manutenção da diversidade genética das sementes crioulas e promover o livre acesso dos agricultores às sementes, mudas e outros componentes da agrobiodiversidade;
 - Ampliação das oportunidades de trabalho e renda para o meio rural, na produção, beneficiamento, transformação, comercialização e consumo de agrocombustíveis e de outras fontes de energia alternativas.
 - Políticas públicas que incluam os jovens e mulheres nas atividades rurais, em experiências produtivas para geração de renda, facilitando sua permanência no campo com prioridade para o acesso à terra e crédito sem exigência diferenciada para atividades agrícolas e não agrícolas;
 - Educação e formação profissional dos jovens rurais, implementação das Diretrizes Básicas de Educação do Campo;
 - Aumentar de 4 meses para 6 meses o salário maternidade para as mulheres rurais;
 - Superação do individualismo e fortalecimento das organizações da agricultura familiar;
 - Criar planos municipais de ATER como forma de integrar e potencializar as ações dos técnicos em redes de ATER integrando as diferentes formas de ATER pública;
 - Amplo processo de regularização fundiária;
 - Implantar e melhorar estruturas de escoamento e estocagem de produção no Estado - aumento do uso da rede ferroviária.
 - Agilização do SISLEG pelo Governo Estadual.
 - Programa de compensação pelas ações conservacionistas do ambiente para os agricultores familiares, através de doação de mudas nativas e material para cercar as áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
 - Acesso à saúde com programas de saúde preventiva, acesso a medicamentos, extensão e ampliação do programa saúde para as famílias do meio rural, postos de saúde aparelhados, unidade móvel nas comunidades com atendimento odontológico, médico e acompanhamento nutricional, fisioterapeuta, enfermeiros, profissional de educação física. Realização de trabalho preventivo no tocante ao combate às drogas e dependência química.
 - Ampliar e divulgar o Plano Nacional de Habitação Rural
 - Igualdade de condições entre o campo e cidade na destinação das políticas públicas gerais (saneamento, lazer, saúde, transporte, educação e outras)
 - Possibilidades de outros agentes financeiros (além do Banco do Brasil) de operarem o Fundo de Aval, com aumento do valor avalizado.
 - Democratizar o acesso à terra e aos recursos naturais por meio da reforma agrária, do crédito fundiário e de um amplo programa de regularização fundiária, com a mudança de legislação para reduzir os custos processuais e cartoriais, envolvendo a participação integrada dos governos municipais, estadual e federal.
-

CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE SAÚDE DO MEIO AMBIENTE – (setembro de 2009)

Abrangência – 42 municípios – 452 participantes.

Quanto ao contexto identifica-se o uso intensivo de agrotóxicos, solo raso permite que os venenos e dejetos se infiltram na água, atividades industriais potencialmente poluidoras

(baterias, alumínio,) pedreiras, postos combustível, destinação inadequada do lixo sólidos, líquidos, de saúde, gasosos, perda da biodiversidade, falta de educação em saúde ambiental nas escolas, saneamento básico, transgenia inviabilizando a produção orgânica.

Síntese das proposições:

1. Educação ambiental :

- Disciplina de educação ambiental no currículo desde a educação infantil ao ensino superior além de capacitação do professor;
- Capacitação de gestores públicos e outros profissionais;
- Ações integradas entre os órgãos do governo e a comunidade;
- Investimento nos meios de comunicação na conscientização da sociedade.

2. Ecologização dos sistemas de produção:

- Políticas públicas que aproximem as instituições de pesquisa e ensino que propiciem tecnologias visando minimizar, controlar e restringir o uso de agroquímicos, controle do material genético e adequado uso e manejo do solo - pesquisa voltada para agroecologia;
- Ações e programas para o desenvolvimento da agricultura orgânica / agroecológica - mudanças da matriz produtiva;
- Adequação ambiental e legal - conservação e gerenciamento dos recursos hídricos.

3. Serviços e apoio:

- Estruturação e qualificação da pesquisa e extensão rural - acompanhamento/ orientação técnica permanente ao pequeno agricultor;
- Políticas públicas de incentivo financeiro uso de tecnologias limpas e por ações/ serviços ambientais prestadas;
- Diagnósticos e estudos de viabilidade econômicos e ambientais nas pequenas propriedades;
- Saneamento básico.

4. Organização:

- Criar fóruns com equipes multidisciplinares para discussão dos problemas da saúde ambiental da comunidade;
- Parcerias entre instituições religiosas, ongs, órgãos públicos e privados;
- Criação decretos-lei de criação de conselhos municipais de meio ambiente;
- Criar e executar plano diretor e plano de gerenciamento de recursos hídricos.

5. Destinação correta dos resíduos:

- Políticas públicas municipais de gerenciamento de resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem de resíduos e fiscalização;
 - Utilização do resíduo orgânico para adubação;
 - Aterros sanitários.
-

CONFERÊNCIA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abrangência –municípios –participantes.

As proposições voltam-se basicamente à qualificação, fortalecimento, articulação e integração das ações de assistência social no conjunto da esfera organizacional e de desenvolvimento.

Síntese das principais proposições:

Organização/ articulação:

Implementação e estruturação do SUAS - integração de políticas públicas relacionadas - ações integradas e articuladas com outras áreas sociais.

- Participação da comunidade na formulação/planejamento da política de assistência social, bem como fiscalização na execução da mesma - exercer o controle social sobre as entidades de assistência social;
- Ampliar, manter e estruturar o CMAS, com leis municipais que garantam a composição paritária entre governamental e sociedade civil;
- Fortalecer e ampliar a equipe multidisciplinar de atendimento da assistência social.

Formação - capacitação - informação:

- Ampliar as estratégias de informação, participação da sociedade civil em geral - divulgar a rede sócio assistencial do município;
- Conscientização e comprometimento das autoridades nas três esferas de governo em relação a política de assistência social - criar mecanismos que assegurem um fluxo permanente de comunicação entre as esferas;
- Articulação entre Assistência Social e Educação visando ensino, capacitação e profissionalização dos usuários;
- Capacitação e formação continuada trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros municipais de assistência social e representantes de entidades da rede sócio assistencial;
- Esclarecimento e informação sobre direitos conquistados através da Constituição Federal 88, leis como LOAS;
- Capacitação na elaboração de projetos.

Infra estrutura e apoio:

10. Garantir percentual mínimo de 5% para a política de assistência social nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

ETAPA REGIONAL DE SAÚDE DA IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL - (abril de 2010)

Abrangência -- 199 participantes.

De forma geral, este evento foi bem específico e aprofundado do tema saúde mental e a maioria das ações propostas volta-se para dentro dos segmentos diretamente envolvidos - traduz-se abaixo as ações mais abrangentes e envolventes.

Organização/ articulação:

- Programas de saúde mental em todos os Municípios com o comprometimento dos três níveis de governo;
- Ampliar a rede de atenção psicossocial na abrangência da 8ª Regional de Saúde - Formação de uma rede intersetorial articulada e atuante entre as organizações governamentais e não governamentais dentro do próprio município;
- Articulação regionalizada (municípios mais próximos) e intersetorial, como ação social, cultura, saúde, educação, CRAS, APAE, polícia, conselho tutelar;
- Criar junto aos Conselhos Municipais de Saúde comissões de saúde mental;
- Contratação de equipes interdisciplinares para dar suporte nas escolas da rede pública no enfrentamento das questões ligadas a violência, drogadição, sexualidade e transtornos mentais, promovendo a aproximação das famílias no sistema educacional;
- Ampliação da equipe mínima de profissionais do PSF.

Infra estrutura e apoio:

- Recursos das diversas esferas do poder público para desenvolvimento de projetos intersetoriais em níveis municipais e regionais;
- Abertura urgente dos quinze leitos psiquiátricos do Hospital Regional do Sudoeste- implantar leitos psiquiátricos em hospitais gerais;
- Ampliar número de leitos em Hospitais gerais para desintoxicação de usuários de substâncias psicoativas;
- Criação de casas de apoio para abrigar pacientes psiquiátricos egressos de internação repetitivas e com perda do vínculo social e familiar.

Formação/ capacitação:

1. Promover e viabilizar cursos de capacitação em Saúde Mental para os profissionais da área de Saúde nos mais diversos níveis de atenção do SUS, bem como, para o controle social, usuários e familiares;
2. Garantir a todos os Agentes Comunitários de Saúde cursos de capacitação.